



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA 2			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0005/17	DATA: 08/02/2017	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 11h09min	TÉRMINO: 16h26min	PÁGINAS: 141

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Debata acerca de investigação de fatos relativos à Fundação Nacional do Índio — FUNAI e ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária — INCRA nos termos que especifica.

OBSERVAÇÕES

Há palavra ou expressão ininteligível.
Houve intervenções ininteligíveis.
Houve intervenções inaudíveis.
Há oradores não identificados em breve intervenção.
Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relativos à Fundação Nacional do Índio — FUNAI e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, nos termos que especifica.

Informamos aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 4ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está dispensada a leitura da ata.

Está em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Já passou.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu coloquei a ata em discussão. O Deputado Valdir Colatto falou.

Passo à leitura do expediente.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Os microfones têm que ser ligados, porque nós não conseguimos nos comunicar com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Os microfones estavam ligados, tanto que o Deputado Valdir Colatto falou. Era só ter pedido a palavra. Passou o momento para isso. Eu coloquei a ata em discussão e em votação.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, agora sim ligou! Agora sim que ligou! Eu queria pedir a leitura da ata, mas o microfone estava desligado, e também queria discutir a ata, mas estava também desligado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É intempestiva a solicitação de V.Exa. Já passou o momento para isso.



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu estou pedindo a leitura da ata.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, o microfone não estava ligado, Presidente! Eu tentei ligar o microfone, e eu não consegui.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Não estava ligado. Eu estou pedindo a leitura.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu falei aqui, pedindo a dispensa da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O Deputado Valdir Colatto sabe que o microfone estava desligado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Estava ligado. Está gravado, Deputado. Eu falei aqui e está gravado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal, vamos começar da seguinte maneira: se o microfone não estiver com som, por qualquer motivo, basta um gesto. Eu vejo todo mundo. Quando eu coloquei a ata em discussão, ninguém se manifestou. Não se pode usar a desculpa de que o microfone estava desligado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu pedi imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, pediu posteriormente a isso.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu pedi imediatamente, pedi imediatamente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se o microfone estiver desligado, basta um sinal. Acontece lá no plenário da mesma forma e liga-se imediatamente.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O microfone estava desligado. E eu pedi.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O microfone estava desligado. O meu estava desligado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Estamos na leitura do expediente. Essa etapa está vencida.

Esta Presidência informa o recebimento dos seguintes documentos.

Ofício nº 1.010, de 2016, do Ministério da Justiça, em resposta ao Ofício nº 8, de 2016, para encaminhamento de informações a respeito das terras indígenas no Município de Luciara, em Mato Grosso.



Aviso nº 1.065, do TCU, em resposta ao Ofício nº 14, de 2016, informando a disposição dos servidores do Tribunal de Contas da União à CPI para atendimento das solicitações específicas da Comissão.

Ofício nº 350, de 2016, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, encaminhando a Proposta de Fiscalização e Controle nº 28, de 2015, e o Relatório Final, de autoria do Deputado Valdir Colatto.

Ofícios nºs 1, 2 e 3, de 2016, do Gabinete do Deputado Nilto Tatto, solicitando esclarecimentos da Secretaria da CPI. A Presidência informa que determinou à Secretaria que prestasse ao Parlamentar as informações requeridas.

Memorando nº 314, de 2016, da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, em resposta à solicitação da CPI, indicando os nomes dos Consultores Legislativos que prestarão assessoramento à Comissão: Daniel Chamorro Petersen, Fernando Carlos Wanderley Rocha e Lucas Azevedo de Carvalho.

Despacho da Presidência da Câmara dos Deputados encaminhando o Ofício nº 927, de 2016, da Liderança do PSDB, indicando o Deputado Ricardo Tripoli como membro titular da Comissão.

Mensagem eletrônica da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, em resposta à solicitação da CPI, encaminhando o Ofício do Gabinete CS nº 001, de 2017, em que disponibiliza o Procurador do Estado Rodinei Escobar Xavier Candeia para assessoria da Comissão.

Mensagem eletrônica da Polícia Federal, em resposta à solicitação da CPI, encaminhando o Ofício nº 10.219, de 2016, em que disponibiliza o Delegado Federal Marcelo Augusto Xavier da Silva para assessoria da Comissão.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, como V.Exa. está falando das mensagens que chegaram à Secretaria da CPI, eu queria saber se chegou também resposta da Advocacia-Geral da União — AGU ao pedido de vinda do servidor Godinho, pedido que nós também encaminhamos. Chegou alguma notícia nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Nós ainda não temos resposta a respeito desse servidor. Assim que a tivermos, nós informaremos ao Parlamentar.



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Havia também outro pedido por outro servidor da AGU.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O funcionário da AGU, pela informação do Secretário, disse que encaminharia os expedientes. Mas não houve nenhuma outra resposta.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - São dois pedidos de servidores da AGU, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Os dois pedidos foram encaminhados, e nós ainda não temos resposta da AGU.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - De nenhum dos dois pedidos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - De nenhum dos dois.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à apreciação dos requerimentos constantes da pauta.

Esta Presidência tem o entendimento de que, em se tratando de requerimento de transferência de sigilo, com informações pessoais de caráter sigiloso, a reunião deve ser realizada também em caráter reservado.

Nesse sentido, eu consulto os nobres Parlamentares membros desta Comissão para saber se concordam com a transformação em reservada, para a apreciação dos requerimentos constantes da pauta. Se assim entenderem, eu determinarei providências para que a reunião seja convertida em reservada, nos termos do Regimento Interno.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - V.Exa. está fazendo o questionamento agora, Sr. Presidente, se queremos transformar ou não em reservada? Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deixe-me dizer o seguinte: o Regimento Interno da Casa determina que reuniões desta natureza, com esses conteúdos, sejam reservadas — art. 48 do Regimento. Não obstante, em virtude do que aconteceu na CPI anterior, o Plenário é soberano. Se o Plenário quiser decidir por reunião aberta, ele terá que votar para decidir por reunião aberta.

É isso que estamos propondo.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, obviamente V.Exa. vai colocar em votação, mas eu quero antecipar a necessidade de esta audiência ser aberta. Isso é muito importante. Os requerimentos que estão sendo colocados na pauta de hoje, para quebra de sigilo, são um acinte à luta dos movimentos brasileiros pelas causas indígenas. Fechar esta reunião vai ser grave. É necessário que ela seja aberta, para que a imprensa possa acompanhar e possamos ter um debate mais aprofundado da real motivação dessas quebras de sigilo.

Nós já temos decisões no Supremo. Na verdade, não é só uma, mas várias decisões que tornam inconstitucional a quebra de sigilo da forma como foi apresentada aqui. Aliás, nós temos pedido da CPI anterior que, numa verdadeira manobra, foi colocada na CPI 2, numa tentativa de fazê-la passar.

Portanto, quero pedir aos colegas Parlamentares: já que todo mundo está dizendo que quer fazer a coisa na mais absoluta clareza e transparência, vamos fazer a sessão aberta, que é uma forma de darmos transparência e clareza ao debate nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra continua à disposição dos Parlamentares, para discutirem se desejam que a reunião seja feita na forma do Regimento, reservada, ou se, soberanamente, seja aberta, pela vontade soberana da Comissão.

Com a palavra o Deputado Dionilso Marcon.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente Deputado Alceu Moreira, demais Colegas Deputados e Deputadas aqui presentes, nós estamos apreciando, na pauta de hoje, quatro requerimentos de quebra de sigilo bancário. É isso? Esses requerimentos, por ordem de entrada na Secretaria da Comissão, são os Requerimentos nºs 80, 81, 82 e 86.

A nossa bancada apresentou 14 requerimentos, e até hoje eles não foram apreciados, Sr. Presidente. Um exemplo: nosso requerimento entrou na ordem com os números 6, 10, 11, 12, 17, 23, 24, 30, 31, 44, 56 e 61.

Nós estamos apreciando hoje os requerimentos que entraram na Mesa, de números 80 a 86. Qual é o motivo para que nossos requerimentos, da Minoria, que não é chapa-branca, não tenham sido colocados em pauta para ser votados? Há



algum problema de ilegalidade? Há algum problema de modo que teremos que recorrer a outro lugar para que eles entrem na pauta, Sr. Presidente?

É isso que nós queremos saber. Será que a Minoria não tem direito, nenhum Deputado que não faça parte da chapa-branca, de ter seus requerimentos na Mesa para serem apreciados, pelo mínimo, neste quórum, Sr. Presidente?

É isso que quero pedir. Vejo que os requerimentos — eu também não sou da opinião de que a reunião tenha que ser fechada, escondida.

Tenho certeza de que o nosso Bispo Dom Roque, que hoje está em Porto Velho, se não me falha a memória, e era Bispo de Boa Vista, em Roraima... Tenho certeza de que a CNBB quer saber o que o Bispo fez, assim como os católicos.

A população brasileira, independentemente de religião, quer saber o que Dom Roque fez de errado para a CPI querer quebrar o sigilo bancário do Arcebispo, que foi nomeado pelo Papa Francisco como Arcebispo. Quem sabe, agora a CPI quer nomeá-lo Cardeal — o que é bom — ou Papa. Eu acho que ele é da mesma linha do Papa Francisco.

Se fosse olhar e se eu pudesse votar, em primeiro lugar, ele poderia ser cardeal para depois ser papa também. Não há problema nenhum, ele tem todas as qualidades e tem capacidade para ser papa, igual ao Papa Francisco.

A minha solicitação aqui, entretanto, não é nomeá-lo cardeal. Eu gostaria de saber por que os nossos 14 requerimentos ainda não foram apreciados pela Mesa. Qual é o problema? Eles foram perdidos na Secretaria? Eles foram extraviados? Eu acho que não é nada disso; pelo contrário, é o patrolamento que a turma da chapa-branca do Governo está fazendo nesta CPI.

Eu queria fazer esse registro, como Parlamentar, porque há requerimentos meus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Bom, eu queria primeiro argumentar com o Sr. Parlamentar que todos sabem que esta CPI está sendo reproduzida porque a outra CPI foi concluída intempestivamente. Esta Comissão segue o mesmo rito.

O primeiro requerimento, aliás, diz que esta CPI reaproveitaria todos os documentos vindos da CPI anterior. Esses requerimentos estavam na CPI anterior,



então, por ordem de precedência, eles estão antes dos que entraram nessa condição.

Além disso, fazer a pauta da reunião é de autoridade desta Presidência. Não há nenhuma contrariedade nesse processo. Todos poderão ser apreciados, mas, neste momento, agora, estamos cumprindo a ordem de preferência daquilo que aconteceu na CPI anterior.

Deputado Valdir Colatto, V. Exa. se inscreveu.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, quero fazer só uma pergunta, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pode. Pode, Deputado Marcon.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, eu tenho que fazer o pedido por escrito para V.Exa. para apreciar os nossos 14 requerimentos? V.Exa. precisa da minha assinatura? Pergunto ao meu conterrâneo, do meu Estado, se é para fazer isso. É disso que se precisa? Eu acho que não é por Estado aqui, é por mandato. Eu posso fazê-lo.

Eu espero bom senso. Esses são requerimentos que não foram apreciados na outra CPI, que não deu em nada porque não há o que investigar. Eu espero que, nesta CPI, nós possamos investigar esses requerimentos, que já são matérias inclusive de Justiça, são matérias da Polícia Federal, de operações.

Nós queremos que esta CPI investigue. Este é o papel da CPI.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, só uma questão que é interessante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Há Deputado inscrito. Eu passo a palavra a V.Exa. logo posteriormente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não se preocupe.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, essa questão que nós estamos discutindo, da pauta, agora é se a sessão vai ser aberta ou não. Eu acho que nós temos que discutir isso para começar



os trabalhos dos requerimentos que há aqui, da quebra de sigilo bancário e fiscal de algumas entidades, conforme os requerimentos feitos por vários Deputados.

Levando em conta o art. 48, § 1º do Regimento Interno, ele autoriza o Plenário a decidir se faz reunião aberta ou fechada. Qual é a situação que se encontra aí e quais são os motivos de essa reunião ser aberta ou fechada?

Quando há uma sessão aberta, como a que nós estamos tendo aqui, inclusive mostrada pela Internet, ao mundo, nós vamos deixar aqui expostas as entidades e as pessoas que estão sendo relacionadas para que seja quebrado o seu sigilo bancário e fiscal. O Deputado Osmar Serraglio é o nosso causídico aqui e pode nos informar as consequências disso.

Na verdade, a sessão fechada é para resguardar essas pessoas ou essas entidades, para que não se tornem públicos esses problemas que poderão ocorrer pela discussão que vai acontecer aqui e, com certeza, pelos argumentos que serão levantados.

Uma das entidades aqui é o Conselho Indigenista Missionário — CIMI. Todo mundo sabe da atuação do CIMI, dos recursos que vêm do exterior. Na página do CIMI, inclusive, está a relação dos recursos internacionais que vêm para o Brasil. Nós queremos saber para onde vai esse dinheiro. É só isso.

Mas por que esconder essas coisas? Se não há nada errado, Srs. Deputados, nós temos que mostrar ao Brasil. Por isso é que nós queremos a transparência, e não é aqui decisão de chapa-branca ou não chapa-branca. Aliás, alguns gostaram e ficaram durante 12 anos, 13 anos como chapa-branca e agora estão reclamando por 6 meses, só, de chapa-branca.

Nós temos que levantar essa questão. Então a decisão dos Srs. Deputados é isto: querem tornar público o que nós vamos discutir aqui ou não. Se não quiserem, nem Internet vai divulgar. Se a sessão for aberta, o Brasil e o mundo vão saber o que nós discutimos aqui.

Tenho certeza de que há pessoas que não gostariam que isso acontecesse. Nós somos pela atuação do respeito ao Regimento Interno, mas também não temos nada contra se a sessão for aberta, para que todos saibam, conheçam e vejam transparentemente o que vai acontecer nesta sessão da CPI.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado Valdir Colatto.

Concedo a palavra à Deputada Eliziane Gama, por favor.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, é bom que nós falemos as coisas de uma forma muito clara, já que estamos falando tanto de transparência, como o Deputado Valdir Colatto coloca aqui.

Primeiramente, quero perguntar ao Sr. Deputado: mais exposição do que já foi feita até agora em relação a essas entidades, que vivem 24 horas por dia para a defesa dos povos indígenas? Não existe mais do que isso. As argumentações são públicas, os processos estão aí. Qualquer pessoa, na verdade, pode ter acesso a elas.

A argumentação de não se fazer uma reunião fechada não tem nenhuma justificativa, do ponto de vista de convencimento. Isso não é verdade. Nós precisamos debater aqui, saber quem quer de fato isso. Para mim fica muito clara uma perseguição às entidades que defendem os povos indígenas, uma retaliação.

Por exemplo, pedir a quebra do sigilo do CIMI — Conselho Indigenista Missionário? Do ISA — Instituto Socioambiental, que faz um trabalho extraordinário em relação às comunidades? Meu Deus do céu! Para que mais transparência do que a que esses órgãos têm? Basta entrar nos órgãos, Sr. Presidente, está lá exposta a prestação de contas, a movimentação.

Eu quero, Sr. Presidente, argumentar contra uma colocação de V.Exa. V.Exa. faz a argumentação de que os requerimentos que estão sendo hoje apresentados vêm da Comissão anterior. Isso não é verdade, Sr. Presidente. Para começar, eles foram aprovados e depois derrubados pelo STF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não foram.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não está falando a verdade.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, veja bem, então, nós deveríamos levar em consideração a decisão do STF, que não aceitou a constitucionalidade do pedido da quebra do sigilo dessas entidades. Então, se é verdade...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Esta consideração não houve, Parlamentar. V.Exa. está equivocada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, Presidente! Nós temos uma decisão liminar no Supremo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não há decisão, não existe decisão.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Há, sim, Presidente! Aliás, há seis decisões iguais — há seis decisões iguais.

Se for para considerarmos os requerimentos da CPI anterior, então vamos considerar também a decisão do Supremo relativa à CPI anterior, os 14 requerimentos que estão parados nesta Comissão, e que, aliás, são, sim, contra os interesses dos ruralistas, dos financiadores, daqueles que já têm condenação, Presidente, por violência, por morte, por assassinato. Esses aqui deveriam ser levados em consideração por esta Casa, Presidente.

Esta Casa é representação popular brasileira! O Brasil não pode aceitar e não aceita, porque o Brasil inteiro está acompanhando aqui, pela Internet, o que está acontecendo agora.

Então, essa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, a argumentação que V.Exa. está fazendo...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É verdadeira, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) – V.Exa. não tem o seu tempo...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) – Eu lhe dei tempo para uma argumentação ser feita.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim, mas eu falei. Se não quiser, pode tirar a minha fala, mas V.Exa. não vai impedir que eu fale a verdade. E o que eu estou colocando aqui é verdadeiro! Já há decisão no Supremo nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não há.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E eu não vou admitir aqui que tenha que se macular e passar uma falsa verdade para o nosso Brasil. O que está



acontecendo, aliás, desde o nascedouro desta CPI, Presidente, é uma tentativa de retaliar, é uma tentativa de perseguir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, conclua o seu discurso.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Olha só, Presidente, quebrar o sigilo do Centro de Trabalho Indigenista, do Conselho Indigenista Brasileira, do ISA, da Associação Brasileira de Antropólogos é um desrespeito! Isso é uma falta de sensibilidade com as entidades brasileiras que defendem as comunidades indígenas do Brasil.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Financiado por área internacional. Está aqui, Sr. Presidente, quem financia a ISA, CIMI, etc.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Essa é a grande verdade, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, por favor, peço que conclua.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Se V.Exa. não quer concordar comigo, não concorde! Não concorde! V.Exa., como todos os demais Parlamentares aqui que têm esse mesmo objetivo, pode também não concordar, mas é uma verdade! E nós temos aqui decisões. Está aqui. O mandado de segurança está aqui, Presidente, na minha mão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, V.Exa. vai concluir ou vou ter que cortar a palavra, porque V.Exa. não está no espaço para o debate.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim, mas V.Exa. me deu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas por tempo determinado. Considere isso.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então discorde, mas não diga que eu não estou falando a verdade. Estou com os dois mandados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não está.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Posso deixar na sua mão para V.Exa. poder acompanhar de forma mais específica.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com relação à decisão do STF, houve uma decisão tomada pelo Ministro Lewandowski, em caráter liminar, no período do recesso do Poder Judiciário, remetido depois para esta Casa para fazer a justificativa dos fatos para a quebra de sigilo.

Portanto não houve decisão definitiva alguma. Houve uma decisão liminar de mandar para esta Casa, não aceitando a quebra de sigilo, até que se justificassem os motivos pelos quais faríamos. Nós estávamos fazendo a justificativa para cada um deles, quando se concluiu o tempo para esse processo.

Portanto, não há decisão. Passar isso para a opinião pública como se verdade fosse, não! Absolutamente! Não houve decisão definitiva. É uma decisão liminar, monocrática de um Ministro, no intervalo do recesso do Judiciário, especificamente para dizer o seguinte: *“Liminarmente não aceito. Passo para decisão de mérito”*. Isso foi distribuído a vários Ministros, para nós podermos colocar a argumentação que motivou o pedido da quebra de sigilo bancário. Esta é a verdade! Mais do que isso não existe.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A liminar impediu as quebras, Presidente. V.Exa. sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não é verdade o que V.Exa. está dizendo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A liminar impediu as quebras, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não. A liminar remeteu para cá, para que nós apresentássemos as causas da solicitação da quebra.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, eu queria também colocar a minha opinião com relação a esta sessão: sou favorável a que ela seja aberta, primeiro porque os requerimentos que estão colocados aqui são os mesmos da CPI anterior, que se encerrou sem relatório e que, quando da aprovação, foi motivo de ação na Justiça.

Foi dada a liminar não só pelo procedimento como também pelo mérito, até porque, no conteúdo do requerimento, não há motivo que justifique a quebra de sigilo. Então isso é importante que se registre. Estão cometendo o mesmo erro.



Portanto esta CPI vai ser judicializada novamente, em razão desses requerimentos, pelo conteúdo que está aqui.

Também queria apontar aqui que esses requerimentos não tiveram a oportunidade de ser votados na CPI anterior, porque tiveram problemas. A mesma CPI anterior teve uma série de outros requerimentos nossos que não vieram para a pauta, que não vieram para votação. Então há dezenas de requerimentos da CPI anterior que não foram motivo de convocação, de convites, para ouvirmos as instituições e pessoas. A mesma coisa ocorre agora: nós temos já mais de 90 requerimentos desta CPI 2 que não estão na pauta.

Eu queria justificar por que tem que ser aberta esta reunião. Os requerimentos que estão na pauta hoje, do Deputado Nilson Leitão, estão pedindo a quebra de sigilo de instituições importantes, reconhecidas internacionalmente pelo trabalho sério que fazem — instituições de pesquisa, representantes de pesquisadores, como a Associação Brasileira de Antropologia, a Pastoral Indígena da Igreja Católica —, sem motivo real, sem um fato concreto.

Eu estou falando aqui e gostaria que cada Deputado aqui ouvisse.

Essas instituições e as pessoas que estão arroladas aqui representando essas instituições não foram ouvidas nesta CPI. Elas não vieram aqui para ser questionadas. Não foi solicitado a essas instituições nenhum relatório financeiro que justificasse alguma razão ou algum motivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Nilto Tatto, o que está em discussão é só se a sessão será aberta ou não. Só isso.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu estou justificando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - E nós não vamos continuar discutindo. Já há dois Deputados que fizeram (*ininteligível*) e dois que faltam falar para se concluir a discussão.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu estou justificando por que tem que ser aberta: pela importância dessas instituições para a sociedade brasileira, pelo trabalho sério que fazem.

É importante que cada Deputado aqui coloque a sua digital. É importante que o Deputado Nilson Leitão, que apresentou o requerimento, coloque sua digital na aprovação da quebra de sigilo. É importante saber do significado político da quebra



de sigilo de um bispo, de uma instituição como CIMI, como ISA, como CTI, como ABA, sem haver uma razão concreta, sabendo do valor simbólico do que significa quebra de sigilo numa CPI.

O simbolismo é que diz que essas instituições cometeram crime, e não há crime aqui no requerimento. Não há razão para a quebra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, eu lamento, mas eu não vou permitir...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, cada Deputado aqui, não importa se é evangélico, se é católico, não importa se reconhece o trabalho de instituições de pesquisa, vai colocar a digital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Haverá o tempo...

Vou lhe cortar a palavra, Deputado. Vou ser deselegante. V.Exa. não quer concluir... Deputado, conclua, senão eu lhe corto a palavra.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - E tem que ficar gravada a digital do Deputado que quebrou o sigilo de arcebispo, que quebrou o sigilo da Pastoral da Igreja Católica, que quebrou o sigilo de instituições como CTI, como CPI — Comissão Pastoral Indígena, que quebrou o sigilo...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal, está em discussão tão somente se a sessão será aberta.

Outra coisa: não é uma opção do Presidente...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, Deputado. V.Exa. vai ter a oportunidade de falar desse tema, sobre esse mérito, no momento oportuno.

E é uma questão regimental. Estão querendo colocar que nós queremos a sessão fechada como se fosse uma opção nossa. Isso está no art. 48. É o Regimento que diz isso. Se, soberanamente, os Parlamentares quiserem sessão aberta, será sessão aberta.

Então, está em discussão só se a sessão será aberta ou fechada. E é só sobre isso a argumentação.

Com a palavra o Deputado Valmir Assunção. Depois falará o Deputado Nilson Leitão, e se conclui o debate sobre o tema.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. já falou por 6 minutos.

Com a palavra o Deputado Valmir Assunção.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu estava com a palavra e no meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. falou por 6 minutos, Deputado, e só tinha 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, eu pedi a inscrição a V.Exa., por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal, nós vamos deixar o Deputado Valmir Assunção, o Deputado Nilson Leitão e o Deputado João Carlos Bacelar falarem sobre esse tema. Depois concluiremos para saber se a sessão é aberta ou fechada.

Posteriormente vamos discutir o mérito da reunião, sem nenhum problema. Mas agora a discussão é só esta. E não vão fazer um *kit*-obstrução querendo passar o dia inteiro discutindo se a sessão é aberta ou fechada. É claro que não.

Com a palavra o Deputado Valmir Assunção, por favor.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Presidente, eu só quero fazer uma preliminar que eu acho que é importante nesse processo.

Eu só posso dizer aqui se a sessão é aberta ou fechada? Só isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pode usar seu tempo. V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Se for só isso, eu não vou me posicionar. Mas se eu tiver o direito de argumentar sobre por que deve ser aberta, aí está o.k. Essa preliminar é fundamental, porque eu acho que os Parlamentares no mínimo têm que ter o direito de falar o que pensam. É o que eu acho.

Começando sobre essa questão, eu penso que uma decisão monocrática de um Ministro do Supremo Tribunal vale, porque o Presidente eleito desta Casa tornou-se candidato a partir de uma decisão monocrática. Para o Presidente da Casa vale uma decisão monocrática e para a CPI não vale uma decisão



monocrática? Vale, sim! Então, a decisão que o Supremo tomou sobre a quebra do sigilo vale.

Qual é o problema? É que foi criada esta CPI, que não tem fatos concretos, que precisa dar satisfações aos ruralistas e agora quer quebrar o sigilo das pessoas mais pobres que existem neste País, que são os indígenas e os quilombolas. É isso que está em debate.

Eu estou explicando isso porque há uma série de requerimentos de entidades ligadas ao agronegócio que não vêm para a pauta porque o Presidente diz que está seguindo o Regimento. É ele que faz a pauta, então é lógico que não vai colocar em pauta os requerimentos de quebra de sigilo bancário e fiscal justamente das entidades ligadas a eles.

Nesse aspecto, já estão nítidos o caráter e o objetivo desta CPI. Por isso, tudo o que vamos fazer aqui tem que ser transparente. É preciso fazer uma discussão transparente, para que a sociedade acompanhe, saiba quem é quem, o que V.Exas. estão defendendo e o que agronegócio está defendendo. Portanto, sou a favor de uma discussão aberta e transparente, para que a sociedade acompanhe os trabalhos da CPI.

Eu acho que é fundamental estabelecermos aqui um rito de trabalho que respeite os Parlamentares, que seja um pouco mais democrático. Peço a todos, já que não têm tradição democrática, que façam um esforço para que tenham um pouquinho mais de espírito democrático, para que esta CPI transcorra da melhor forma possível, para que façamos o debate que nós queremos e V.Exas. alcancem seus objetivos, porque temos aqui um rolo compressor que dita o rito que V.Exas. querem na Comissão. Essa é a verdade. Foi assim no passado, e agora querem fazer desse jeito.

Mas nós temos o direito de falar. Cortar a palavra do Deputado Nilto Tatto é falta de respeito do Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Deputado, V.Exa. quer presidir esta sessão?

Sr. Presidente, peça a ele que presida a sessão. Ele foi generoso comigo, pois me concedeu a palavra.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Vou concluir dizendo que somos a favor de que a discussão seja aberta e transparente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quem gosta de ditadura não somos nós.

Com a palavra o Deputado Nilson Leitão.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, peço a atenção de todos para o fato de que o debate desse tema nunca é fácil nesta Casa, porque cada um se acha o dono da verdade. E isso vale para todos.

Eu não quero me colocar aqui como dono da verdade, pelo contrário, mas em relação ao discurso de que não se pode fazer a quebra de sigilo bancário de qualquer entidade — eu sou católico praticante —, digo que cabe à CPI fazer a investigação. Nós somos Parlamentares e temos motivos para investigar, não para sentenciar. Isso não é um prejulgamento, isso é o papel da CPI de fazer as investigações.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, concordo com a proposta de que a sessão seja aberta, e não fechada, o que é uma opção dada pelo Regimento. Em segundo lugar, quero aqui dizer que a quebra de sigilo bancário e fiscal dessas entidades se faz necessária pela quantidade de documentos que chegaram a esta CPI.

Mas quero também me render, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados — e peço a aquiescência do Deputado Valdir Colatto — e retirar do requerimento todas as pessoas físicas, sem exceção, não apenas o bispo, o padre ou a freira, mantendo a quebra do sigilo bancário de todas as entidades.

Com a quebra do sigilo bancário, todas as dúvidas serão dirimidas. Toda entidade séria não se preocupa com ser fiscalizada. Para ela, não há nenhum problema. Se tudo está certo, não há o que temer, pelo contrário.

Então, como autor do requerimento, em conjunto com o Deputado Valdir Colatto — peço sua autorização —, retiro do requerimento todas as pessoas físicas. A partir do momento que recebermos a quebra do sigilo bancário dessas entidades, se nada houver que extrapole qualquer limite, se não houver nada de errado que



alcance os dirigentes da entidade, o assunto estará sanado. Se houver, nós pediremos a quebra do sigilo bancário dos dirigentes das entidades.

Todavia, nenhum ser humano pode não ter cometido erro. Estamos vivendo em um país onde existem falhas em muitas entidades, em muitas empresas e em muitas ONGs. Já foi criada CPI destinada a investigar ONGs, e muitas delas estavam envolvidas em corrupção na área de habitação, de saúde e em outras áreas. Inclusive, a saúde indígena é algo que tem que ser discutido. E há muitos temas que devem ser levantados, sim, porque não é possível entidades como essas funcionarem e índios morrerem todo dia numa quantidade enorme neste País. Houve aumento dos casos de morte de índios em 200% nos últimos 10 anos.

Com isso, Sr. Presidente, deixo aqui minha reivindicação, meu pedido. Acho que a sessão deve ser aberta, com a retirada de todas as pessoas físicas desse requerimento, mantendo as pessoas jurídicas, as entidades, se for aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É regimental que o autor da proposta tenha o direito de pedir sua modificação. Quando da votação do requerimento, os autores dirão que querem retirar a quebra de sigilo das pessoas físicas, e nós votaremos tão somente a quebra de sigilo das pessoas jurídicas, sem nenhum problema. Os requerimentos não são da Presidência, mas dos autores.

Antes de colocar a palavra à disposição do Deputado Bacelar, quero dizer que a discussão neste momento, pura e simplesmente, é saber se a sessão vai ser aberta ou fechada. Peço aos Parlamentares que sejam o mais sucintos possível.

Com a palavra o Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Deputado Alceu Moreira, Sr. Relator, Deputado Nilson Leitão, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar e louvar a atitude do Deputado Nilson Leitão com relação a essas proposições. Deputado, nós precisamos passar o País a limpo em relação ao que está acontecendo no campo agrário brasileiro. E nada mais justo que esta sessão seja realizada de forma aberta, para mostrar que a bancada ruralista, que a bancada econômica, que a bancada que quer o bem do Brasil não deixa nada a desejar ao fazer uma sessão aberta.

O Deputado Valmir Assunção é uma figura ilustre, uma pessoa do campo, e reconhecemos os trabalhos feitos por S.Exa. na área rural, principalmente em favor



dos mais carentes na Bahia e no Brasil. Eu conheço e louvo a atuação do Deputado Valmir Assunção na defesa que faz das pessoas carentes.

Ao mesmo tempo, Deputado Valmir Assunção, *data venia*, nós temos em paralelo algumas organizações — preste atenção, Sr. Presidente, por gentileza — bancadas pelo capital internacional, como algumas ONGs, algumas associações, que vêm tentando usurpar o direito do agricultor brasileiro na Bahia, em Mato Grosso, no Brasil.

Digo isso como investidor do setor agrário. Nós não podemos afugentar os investimentos internacionais no que há de mais importante no Brasil, que são o agronegócio e o turismo. Note-se que são as belezas e os fatores naturais que nos propiciam ser extremamente produtivos nesses dois setores.

Infelizmente, os excessos de algumas organizações, os excessos cometidos pelas ONGs financiadas por interesses escusos estão afastando o homem do campo, o empresário rural e, automaticamente, o emprego e quem equilibra positivamente a balança comercial brasileira. Aqui, vamos acabar com esse paradigma quando forem quebrados os sigilos bancário, fiscal e telefônico das associações.

Concordo com V.Exa. e o parabenizo — para encerrar, Sr. Presidente —, quando V.Exa. retira as pessoas físicas, como padres ou algum agente pessoa física.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Deputado Moisés Diniz é o último inscrito para a discussão.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Mas as pessoas jurídicas, as organizações feitas ou compostas em crime organizado para lesar a economia brasileira precisam ser desnudadas.

E o Brasil precisa presenciar aqui a quebra do sigilo dessas organizações, desses indigenistas que muitas vezes chegam aqui para querer usurpar o direito, como relata um dos meus requerimentos feitos. No Mato Grosso, na reserva Cacique Fontoura, antropólogos chegaram e invadiram as fazendas, bancados por ONGs internacionais, querendo tirar à força os proprietários rurais, em uma região extremamente produtiva, Sr. Presidente, para poder fazer demarcações indevidas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Conclua, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Vou terminar, Sr. Presidente.

Precisamos é banir isso do Brasil! O Brasil precisa produzir, gerar emprego e renda para equilibrar a nossa balança com uma das coisas mais importantes que nós temos, a agricultura brasileira.

Muito obrigado. Parabéns, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Moisés Diniz, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - Sr. Presidente, eu sou neto de índios axanincas. Nós somos herdeiros dos incas que fugiram dos espanhóis, atravessaram a fronteira peruana e entraram no Brasil pelas cabeceiras do Rio Juruá. Aqui, em 1 minuto, eu queria falar em nome da nossa população indígena.

Eu queria propor, já que o principal discurso aqui é que quem deve não teme — acerca da abertura dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das entidades que trabalham com os povos indígenas —, eu queria propor que todos os Deputados desta Comissão, antes de votar a abertura daqueles sigilos, que nós abrissemos os nossos sigilos bancário, fiscal e telefônico, senão não teremos moral. Como é que nós Deputados vamos pedir a abertura dos sigilos fiscal, bancário e telefônico de entidades que trabalham com pessoas que estão morrendo?

Lá nas cabeceiras dos rios amazônicos, as crianças indígenas morrem com doenças do século XIX e não têm um único médico. E nós aqui não andamos nem 50 metros para ter acesso a um médico particular. Isso é uma imoralidade! Os Deputados têm hospital particular, e os índios não o têm. Portanto, seria uma grande imoralidade, uma grande indecência abriremos os sigilos fiscal, telefônico e bancário dessas entidades, se nós não abriremos também os nossos.

Neste momento, oficialmente, Sr. Presidente, eu estou me colocando à disposição para abrir o meu sigilo bancário, fiscal e telefônico, para poder votar, em seguida, a abertura dos sigilos das entidades.

Por fim, se V.Exas. quiserem abrir uma guerra com a Igreja Católica, será uma guerra. Será uma guerra abrir o sigilo telefônico dessas entidades. E olhem que



vai ter que abrir o sigilo de muita gente de entidades religiosas, não só católicas! Se querem abrir essa guerra, nós vamos abrir! Tem muita gente que não aquenta sequer um depoimento aqui dentro, imaginem abrir o seu sigilo fiscal e telefônico!

Eu encerro insistindo nisto. Podem dizer que é demagogia, podem dizer que é discurso barato, mas, se os Deputados desta Comissão não abrirem — todos nós — os nossos sigilos fiscal, bancário e telefônico, não temos moral perante o Brasil de abrir sigilo fiscal e telefônico dessas entidades que defendem os povos indígenas, pois não são elas responsáveis por garantir saúde e por garantir educação para os povos indígenas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Conclua, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - O responsável é o Estado brasileiro, e não essas instituições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quero apenas explicar, Sr. Deputado, que a quebra de sigilo bancário numa Comissão Parlamentar de Inquérito se dá por requerimento e com sustentação nos autos do processo, que diz claramente qual é a motivação. Não se pode fazer quebra de sigilo à revelia, pelo bel-prazer de fazer um discurso, para dizer que todos devem fazê-lo.

É claro que, sendo esta uma Comissão Parlamentar de Inquérito, este é um pré-requisito. Se ele estiver fundamentado — e têm todo o direito de recorrer ao Judiciário, como recorreram —, nós vamos fazer. Esta Presidência põe em votação aquilo que vem para votação. Não há aqui nenhum requerimento para pedir a quebra de sigilo de todos os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, um esclarecimento sobre a proposta!

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, por favor!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Se me permite, Sr. Presidente, V.Exa. não coloca em votação o que vem para votação, porque V.Exa. não coloca em votação os nossos requerimentos. V.Exa., portanto, não tem a imparcialidade, que é requisito mínimo para presidir qualquer instância nesta Casa. V.Exa. não coloca em votação o que vem para votação. V.Exa. coloca em votação o que é de interesse



daqueles que querem fincar as suas estacas em terras indígenas e quilombolas e destruir a Constituição brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu tenho que respeitar a sua opinião, embora não concorde, e dizer o seguinte: quem produziu maioria nesta Casa foram as urnas. As urnas produzem maioria. É assim que acontece. Há milhares de projetos para votarmos no Plenário da Casa, e Mesa e a Presidência decidem o que votar. É natural que aconteça isso, em qualquer sistema. V.Exas. podem não concordar, mas isso vai ser decidido soberanamente pelo Plenário.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, um esclarecimento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço só um momento. O Deputado Glauber Braga tinha pedido a palavra. V.Exa. já falou. Eu passo a palavra para o Deputado Glauber Braga. Logo depois lhe concederei a palavra, sem problema.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Está bem.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, o Deputado Moisés Diniz fez aqui uma ponderação. Disse que, se vamos fazer a discussão da quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de algumas entidades, o mesmo deveria ser feito por Parlamentares. E V.Exa. respondeu que a quebra de sigilo telefônico e bancário tem que vir a partir de um requerimento devidamente instruído. Nós já fizemos o questionamento — e não foi uma vez só, foram várias vezes — de requerimentos que não são pautados nesta Comissão. E existe um questionamento permanente sobre a parcialidade na condução dos trabalhos.

A pergunta que eu faço a V.Exa. e ao Relator, Deputado Nilson Leitão, é se então voluntariamente V.Exa. e o Relator Nilson Leitão aceitam a quebra do sigilo telefônico, bancário e fiscal dos senhores, voluntariamente, exatamente para poder dar a demonstração de que existe isenção para a condução dos trabalhos que estão sendo aqui realizados. Os senhores aceitam a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos senhores?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, o seu tempo concluiu, Deputado.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Esse é o questionamento, é a pergunta que eu queria fazer para os senhores: os senhores aceitam?



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, por favor!

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Aceitam?

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Um assunto desses aqui? Deveria ter vergonha o Deputado que pede a outro a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dentro de uma CPI!

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Os senhores querem quebrar o dos outros, mas eu pergunto se aceitam quebrar o dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não, não, esperem só um pouquinho!

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Aceitam quebrar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Glauber, por favor!

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Estou completamente à disposição. Se o Presidente e o Relator aceitarem, quebro o meu de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Glauber, eu conheço sua...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - É demagogia, Sr. Presidente! Vamos acabar com a demagogia aqui dentro.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - É demagogia para alguns Parlamentares que têm medo e que querem utilizar a Comissão como instrumento de perseguição a povos indígenas e a organizações que lutam pelo direito à terra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Glauber, Deputado Glauber...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Exa. quer ser candidato a Presidente da República. E o Rio de Janeiro nem índio tem!

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - As intervenções de V.Exa. não me tocam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Bacelar, por favor, a discussão paralela não ajuda neste momento!

Deputado Glauber, V.Exa. pode me deixar concluir?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Posso. Eu estou...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com respeito eu o ouvi, embora não concordando com uma palavra sua!

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O Deputado Bacelar é que está fazendo interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, eu conheço sua capacidade intelectual, sua profundidade de conhecimentos e sua forma criativa e competente de fazer política. Esse discurso apelativo não tem nada a ver com a sua *performance*. Pode ter certeza de que diminui a sua forma de se pronunciar. V.Exa. fica menor quando faz um discurso dessa natureza.

Deputado Nilto Tatto, por favor.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Respeite a fala dos Parlamentares, Deputado, respeite! V.Exa. é Presidente.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, V.Exa. demonstra, mais uma vez, que não tem isenção para a condução dos trabalhos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não tem isenção. V.Exa. não deveria estar presidindo...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Nilto Tatto, por favor.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não tem isenção no momento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, por favor! Deputado, por favor!

Com a palavra o Deputado Nilto Tatto, por 1 minuto.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Respeite o Deputado, respeite!

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Demagogo!

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não tem problema: se cortar o microfone, falamos fora do microfone. Não tem isenção para a condução dos trabalhos. E é exatamente por que não tem isenção que não pode conduzir, não pode conduzir! Não tem capacidade para conduzir porque não tem isenção.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Demagogo!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Deputado Nilto Tatto com a palavra.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não tem isenção! O que se tem aqui é um processo de perseguição! É um processo de perseguição, é isso que os senhores têm!

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - É consenso. Nós estamos fazendo sessão aberta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Glauber, posso ouvir seu colega Nilto Tatto?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor não tem imparcialidade para presidir esta CPI.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não existe imparcialidade nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - A democracia não chegou à casa dele. Ele acha que é o dono daqui, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Aqui é um tribunal de exceção, é um tribunal de exceção! É o que se tem nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Meu ilustre e respeitável Parlamentar do Rio de Janeiro, eu entendo a intenção de fazer obstrução, conheço a capacidade argumentativa, mas, por respeito ao Deputado Nilto Tatto, deixe S.Exa. fazer a última argumentação, por favor.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Pois não!

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, dois esclarecimentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluídas as argumentações com a concessão de 1 minuto ao Deputado Nilto Tatto. E vamos para a votação.

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não, vamos para votação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Para encaminhar, para encaminhar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, este é o encaminhamento.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, não é encaminhamento! Não é encaminhamento, é discussão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Um Parlamentar para orientar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, dois e dois.

(Não identificado) - Presidente, eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Nilto Tatto, por favor.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, eu gostaria de dois esclarecimentos antes. O Deputado Nilson Leitão fez uma proposta. Não seria o caso, então, de retirar os requerimentos aqui hoje e reapresentar...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Não, não foi proposta. Foi uma decisão, eu sou autor. Eu não fiz proposta, é uma decisão minha.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu estou pedindo...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu não propus nada, eu decidi. Eu decidi retirar as pessoas físicas.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu estou pedindo informação. Como no requerimento estão as pessoas físicas, eu estou pedindo informação: se seguir avante a proposta, a sugestão que o Deputado Nilson Leitão está fazendo, não seria o caso de retirar os requerimentos e reapresentá-los em outra... Estou pedindo esclarecimento.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir também esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal, eu não estou conseguindo ouvir o Parlamentar. Queria que houvesse respeito, e não discussão paralela.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Por que, por exemplo, o Requerimento nº 12, de 2016, não vem para a pauta? Refere-se à abertura de sigilo do Sr. Marino José Franz, da Operação Terra Prometida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo, Deputado, concluído seu tempo! O senhor já teve todo o tempo.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Lá, sim, há um processo de apuração e houve a constatação de que uma quadrilha estava vendendo lote.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído seu tempo, Deputado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Nesse caso, nesse requerimento, por exemplo, eles têm fatos concretos que esta CPI deveria apurar, e o requerimento não está pautado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, quer que eu lhe corte a palavra outra vez?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu gostaria de saber por que esses requerimentos, em que há fatos concretos, apurados em processo de apuração com a Polícia Federal...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, eu lamento. Não é possível.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, a proposta que fez o autor...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, deixe-me terminar só o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - No grito, V.Exa. não vai ganhar. Eu não vou ficar aqui a manhã inteira ouvindo V.Exa.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu estou pedindo um esclarecimento da Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu posso esclarecer!

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - ... e não me deixa terminar o pedido de esclarecimento. Por que um requerimento em que há fatos concretos de um processo que está sendo apurado pela Polícia Federal e que são objeto desta CPI... Diferentemente dos requerimentos que estão para votação hoje aqui, há aqui um caso concreto no requerimento. Portanto, deveria ser objeto, para se convocar o Sr. Marinho José Franz, para vir trazer a abertura do sigilo bancário e telefônico dele, para nós contribuirmos inclusive com a apuração que está em processo na Polícia Federal. Deveríamos trazer aqui para esta CPI. Vêm outros que não têm caso concreto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Nilto Tatto, eu lamento, mas V.Exa. não tem respeito por...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, eu gostaria de saber...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Só para responder, haverá orientação de bancada, por 1 minuto, um contra e um a favor. O encaminhamento acabou de ser feito.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, não, não foi feito o encaminhamento. Foi feita a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Só vai haver orientação de bancada agora, só orientação de bancada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, Sr. Presidente!

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, eu quero dizer o seguinte, respondendo ao questionamento do Deputado Nilto Tatto: a proposta feita pelo autor é retirar os requerimentos no que é pertinente à pessoa física, tão somente isto. É isto que será votado, ou então o requerimento completo, como está, com jurídica e física. Foi isto que S.Exa. propôs, pronto.

Eu só quero discutir...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem, art. 192.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, questão de ordem, art. 192. O que diz o artigo?

Espere só um pouco, Deputada. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ligue o meu microfone para que eu possa falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quando eu fizer a leitura do art. 192, para saber se dou ou não a palavra a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É o dono da bola, é o dono da cerca!

O SR. DEPUTADO MARCON - A chapa-branca nem mais microfone não dá para a Minoria.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem, Sr. Presidente, 5 minutos, por favor!

O art. 192 diz:

“Art. 192. Anunciada uma votação, é lícito usar da palavra para encaminhá-la, salvo disposição regimental em contrário, pelo prazo de 5 minutos, ainda que se trate de matéria não sujeita à discussão ou que esteja em regime de urgência.”

E diz o § 1º:

“§ 1º Só poderão usar da palavra quatro oradores, dois a favor e dois contrários, assegurada a preferência, em cada grupo, a Autor de proposição principal ou acessória e de requerimento a ela pertinente (...)”

Digo isso porque V.Exa. está suprimindo de forma indevida, devorando e rasgando o próprio Regimento. Está suprimindo... *(Pausa.)*

Peço o microfone, Presidente! Como é que eu vou fazer a questão de ordem sem microfone? *(Pausa.)*

Agora sim, agora sim!

Como eu disse, Sr. Presidente, é exigido pelo Regimento que nós tenhamos que ter tempo para o encaminhamento: 5 minutos para cada orador, sendo aqui estabelecidos dois contrários e dois favoráveis. Portanto, Sr. Presidente, V.Exa. não pode, a seu bel-prazer, no topo da sua parcialidade, no topo, que diz que V.Exa. não tem condições de presidir esta CPI, V.Exa. não tem como suprimir o encaminhamento porque decide suprimi-lo!

V.Exa. tem que entender que a democracia se constrói com respeito à maioria, mas com respeito à minoria, à minoria! Uma democracia não se consolida quando as minorias são esmagadas, e é o que V.Exa. tem feito na Presidência desta Comissão. V.Exa. se recusa a colocar em discussão os requerimentos de quebras de sigilo para aqueles que V.Exa. já nominou como parte a ser defendida nesta CPI.

Portanto, não se constrói uma CPI com desrespeito às minorias. Não se constrói uma CPI com desrespeito ao Regimento, com desrespeito à própria lei. E



não se constrói uma CPI como *bunker* de defesa de interesses econômicos contra a Constituição brasileira ou contra indígenas e quilombolas.

V.Exa. deveria, no mínimo, estabelecer aqui um prazo de encaminhamento, mas não quer a discussão. Sente-se dono do Regimento, que não lhe pertence!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, o seu tempo está concluído.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O Regimento não lhe pertence! E se sente dono das nossas vozes, que também não lhe pertencem. O Presidente de uma Comissão deveria proporcionar aqui a pluralidade e o respeito a todos os Parlamentares.

Por isso, Sr. Presidente, venho aqui para dizer que o art. 192 assegura tempo de encaminhamento para as proposições, ainda que não lhe caibam as discussões. V.Exa. abriu a discussão sobre o tema de abrir ou não esta sessão e deve abrir o período para que nós possamos fazer os encaminhamentos necessários e assegurarmos uma discussão que possa dizer que esta Casa é um Parlamento, e não um tribunal de exceção contra todos aqueles que discordam das suas posições políticas e das suas cercas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu queria deixar claro o seguinte: a argumentação da Deputada Erika Kokay com relação ao art. 192 é pertinente. Há direito de discussão de dois Parlamentares contra e dois a favor, por 3 minutos. É pertinente isso, está no Regimento.

Quando V.Exa. for ler o artigo que lhe interessa, leia também o parágrafo, por favor.

O que se diz é o seguinte: o que nós estamos discutindo é um tema extrapauta, que é pura e simplesmente para discutir uma questão que é regimental. Uma sessão que trate de quebra de sigilo deve ser reservada. Está no Regimento. Quem pode contrariar isso? A decisão soberana do Plenário. Então, colocou-se em discussão somente se era aberta ou fechada, e o Plenário se manifesta soberanamente. Isso é extrapauta, não está nas matérias a serem votadas, portanto não é necessário cumprir todo o rito desse processo, porque nós tão somente estamos discutindo se é aberta ou fechada, tão somente.



De qualquer sorte, se há exigência do art. 192, abre-se neste momento a discussão de dois Parlamentares contra e dois a favor, por 3 minutos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Dois contra a sessão aberta. Todo mundo é a favor, mas de qualquer maneira eu vou colocar à disposição.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu me inscrevo para falar contra.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu me inscrevo para falar a favor.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O senhor é contra a ser aberto?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu vou argumentar aqui.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - V.Exa. é contra a ser aberto?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - V.Exa. não pode dizer o que eu vou falar. Eu estou inscrito para falar contra. V.Exa. agora quer ser o censor aqui, Deputado Nilson Leitão?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu só quero saber a sua opinião.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Ora, mas eu vou dizer!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nós dois estamos inscritos, eu e o Deputado Glauber Braga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, não façam discussão paralela, pois só atrapalha!

Deputada Erika Kokay, como primeira inscrita contra... *(Pausa.)* V.Exa. vai inscrever-se para falar contra ou a favor?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A favor de que a sessão seja aberta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A favor da sessão aberta ou secreta?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Aberta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Então, a primeira inscrição, a da Deputada Erika Kokay, é para falar a favor da sessão aberta. S.Exa. terá 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eu quero me inscrever, Sr. Presidente, para falar a favor da sessão aberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - São somente dois Parlamentares contra e dois a favor. Não pode inscrever-se, se já há inscrição. São dois contra e dois a favor.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu quero me inscrever para argumentar, para que ela seja aberta.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu vou me inscrever para falar contra, eu vou me inscrever para falar contra!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada Erika Kokay, V.Exa. tem 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu fui a segunda, Sr. Presidente, a se inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, o segundo foi o Deputado João Carlos Bacelar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Presidente, permite-me outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, por favor, tem a palavra a Deputada Erika Kokay por 3 minutos.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputados, queiram desligar o microfone, por favor. Deixem a Deputada se pronunciar.

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay, por 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu penso o seguinte: esta CPI tem colhido uma série de irregularidades. Esta CPI foi judicializada em vários aspectos, porque nesta CPI — e isto está absolutamente nítido — há uma maioria que foi construída para poder criminalizar as entidades que defendem os interesses de indígenas e quilombolas, que defendem a Constituição. Esta CPI, portanto, tem colhido toda a sorte de irregularidades. A CPI tem divulgado para a imprensa relatórios ou depoimentos sigilosos, que os Parlamentares não conhecem, mas que são entregues para a imprensa quando interessa. Tem feito diligências com posturas de intimidação à população indígena, sem respeitar os indígenas neste País.

Esta CPI quebrou sigilos bancários, e essas quebras de sigilo bancário foram anuladas, em função da ilegalidade que as permeou. E agora busca quebrar sigilo



bancário de entidades, sendo que esta CPI não constatou nenhum fundamento para que esses sigilos fossem quebrados.

Por que se quer quebrar o sigilo bancário de um Bispo? Não se sabe. Por que se quer quebrar o sigilo bancário do CIMI? Não se sabe. Por que se quer quebrar o sigilo da Associação Brasileira de Antropologia? Não se sabe, não se sabe. Isso não pode ser dito, porque não tem fundamentação. Por que se quer quebrar o sigilo bancário de uma instituição respeitada mundialmente como a ISA? Não se sabe, não se sabe! Só há uma fundamentação: criminalizar as entidades que defendem os direitos do povo indígena e do povo quilombola.

Querem criminalizar a Constituição, que os membros desta CPI querem rasgar, querem triturar com a PEC 215. Querem criminalizar e buscam os culpados. Criminaliza-se, *“e vamos ver o que nós construímos no curso”*. É ilegal essa quebra de sigilo, como está sendo proposta, porque não há fundamentação. Não há nesta CPI nada que aponte, com os trabalhos que ela desenvolveu... Inclusive, esta é uma CPI nova, esta CPI tem pouco tempo. Não há nada nesta CPI, nada que pôde ser visto por esta CPI que justifique as quebras de sigilo.

Por isso, nós queremos a quebra aberta, para que as pessoas coloquem a sua digital e digam que o seu ódio contra indígena, que o seu ódio contra quilombolas, que o seu amor a cercas e latifúndios, que isso justifica criminalizar quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo, Sra. Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Isso é um tribunal de exceção, e nos lembra os processos de Moscou, e nos lembra a ditadura militar. Aliás, a ditadura está em curso, porque estamos em ruptura democrática.

Como se sentem à vontade os ditadores! Os ditadores, como estes se sentem à vontade!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga, para falar contra.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - A minha posição contrária, que vai levar inclusive à solicitação de obstrução na votação, é exatamente pelo entendimento de que esta votação nem deveria estar ocorrendo.



E aí eu pergunto a V.Exa., Sr. Presidente, e ao Deputado Nilson Leitão se reconhecem esse helicóptero, a foto desse helicóptero. (*Mostra fotografia.*) Eu pergunto a V.Exa. se reconhece o helicóptero de modelo AS350B2.

Eu gostaria de fazer um questionamento formal a V.Exa. Foi utilizado um helicóptero da empresa Serra Grande Assessoria Agropecuária para a realização de algum tipo de diligência ou de deslocamento de V.Exas. para tratar de algum tema relativo a esta Comissão? Esse é um questionamento claro que eu faço a V.Exas. Foi feito algum deslocamento nesse sentido?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O Deputado Nilson Leitão desconhece. Afirmo que não aconteceu?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Porque isso não aconteceu. Eu não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O Presidente afirma que não aconteceu esse deslocamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A pergunta que o senhor fez anteriormente, se me permite respondê-la, é se eu o conheço e o utilizei. Não o conheço e não o utilizei, só isso.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Então, não houve nenhuma diligência nem nenhum deslocamento da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não disse... As palavras o senhor está tentando colocar na minha boca, e essa capacidade V.Exa. não tem.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu estou perguntando a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Essa capacidade V.Exa. não tem.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu estou perguntando a V.Exa. Não houve?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu já lhe respondi. Esta discussão não está na argumentação do que nós estamos fazendo agora, de aberta ou fechada.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Está na argumentação, inclusive porque vai garantir a obstrução no processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Fique à vontade, Deputado.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu estou dizendo, inclusive, que há uma seletividade, uma parcialidade na condução da Mesa. Existe um conjunto de requerimentos que já foram apresentados e que não são colocados em votação. E eu estou dizendo aqui que a Mesa, V.Exa. e o Relator, estão sob suspeita. E, se estão sob suspeita, se há algum sigilo que tem que ser quebrado, é dessas empresas cujos requerimentos não foram pautados e é dos senhores.

Por isso, a minha pergunta a V.Exa.: se houve um deslocamento desta Comissão para a realização de diligência, ou dos senhores, exatamente para diligência em uma empresa que é uma daquelas que está sendo investigada. Que dificuldade em responder, Sr. Presidente! Que dificuldade na resposta!

É engraçado isto: querem quebrar o sigilo para exercer uma atividade policial de repressão a movimentos sociais; agora, quando se fala numa empresa que efetivamente tem requerimento para ser colocado em votação, não se coloca.

Esta sessão não devia nem estar acontecendo. Há um desrespeito a decisão de Tribunais Superiores. Há seletividade na condução. O que se vê aqui é um tribunal de exceção para criminalizar inimigos. Não existe inclusive qualquer possibilidade de que esta sessão possa ser considerada válida.

O diligente Assessor está tentando instruir os senhores no que diz respeito ao helicóptero — e faz bem, porque está na sua função, no exercício da sua tarefa —, mas demonstra que existe uma dúvida concreta dos senhores em relação à utilização dessa aeronave.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Acabou o tempo de V.Exa., Sr. Deputado. Acabou o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Os senhores não conseguem responder. A Mesa está sob suspeita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Bacelar para falar a favor.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Primeiro, eu vou ouvir os encaminhamentos, depois eu lhe dou a palavra, até porque a senhora está inscrita para fazer o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, eu queria lamentar essa fala do Deputado Glauber. O Deputado Glauber é um Deputado falante, é um Deputado que se pronuncia bem. Tenho respeito pelo Deputado Glauber, mas, a partir do momento em que S.Exa. usa a tribuna de Comissão tão importante como esta para ferir a honra de Deputados, como a dos Deputados Alceu e Nilson Leitão, acho que o Deputado Glauber se rebaixa neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quer fazer o favor de trocar de microfone, pois o de V.Exa. não está funcionando perfeitamente.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Se me citar, eu vou pedir o Regimento, para poder responder depois.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Primeiro, Deputado Glauber Braga, o partido de V.Exa. tem mania de jogar pedra na vidraça e nos colegas.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não é verdade.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Em Comissão desta Casa, houve um pedido de cassação de um membro do partido de V.Exa. por jogar pedra nos outros excessivamente, de forma totalmente descabida e sem argumento.

Então, eu pediria a V.Exa., se possível, até por este Parlamento, que retirasse as palavras que disse aqui, até para que não constem dos Anais desta Comissão tão importante na Câmara Federal. É a sugestão que dou a V.Exa. V.Exa. pode fazer demagogia, pode fazer o discurso demagogo, como muitas vezes fez aqui, mas, na hora em que atinge a honra de dois colegas, acho que V.Exa. exagera nesta CPI.

E, Sr. Presidente, precisamos acabar aqui com esse discurso de criminalizar, esse discurso de excluído, esse discurso que algumas massas, principalmente as ONGs internacionais, fazem com pessoas desfavorecidas, mas por trás há alto volume de dinheiro vindo do exterior para bancar esse discurso de excluído.

Então, com toda a maestria que V.Exa. tem conduzido esta CPI... Eu quero parabenizar o Deputado Nilson Leitão e dizer que esta Comissão, para votar esses



requerimentos, tem que ser aberta. O Brasil precisa saber o que está por trás disso. O Brasil precisa saber quem está bancando e é bancado, muitas vezes.

Essas são nossas palavras. O encaminhamento do meu partido, o Partido da República, é que a votação deva ser aberta nesta sessão.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Questão de ordem. Eu fui citado nominalmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O último inscrito é...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu fui citado nominalmente, há citação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu lhe dou, logo depois, 1 minuto para responder.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - aguardo para a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A citação nominal não lhe dá ordem de inscrição.

Concedo a palavra à Deputada Eliziane Gama, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - A questão de ordem tem precedência sobre as outras questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Isso não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - É, sim senhor.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu quero inicialmente deixar... É preciso que se esclareçam as coisas aqui nesta Comissão. Para começar, Presidente...

(Intervenções simultâneas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu gostaria de pedir respeito.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria que V.Exa. me desse o tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu quero assegurar a palavra a V.Exa.

(Intervenções simultâneas fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Glauber Braga, desde que V.Exa. chegou à sessão, está tumultuando-a de propósito. Isso não é obstrução educada.

Por favor, Deputada Eliziane, continue.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, primeiramente, a bem da verdade, é bom que façamos alguns esclarecimentos aqui, nesta Comissão. V.Exa. colocou no início que esses requerimentos não haviam sido aprovados. Os requerimentos têm o mesmo teor, Sr. Presidente. O que muda nos requerimentos desta CPI para os requerimentos da CPI anterior é o número, porque foram apresentados na nova CPI. Naturalmente, precisariam de novos números, mas são os mesmos requerimentos aprovados na CPI anterior e foram impedidos, por decisão do Supremo. Foi impedida a execução das quebras requeridas. Nós já tivemos deliberação nesse sentido, Presidente.

Quando, mais uma vez, o Relator coloca em pauta o requerimento, isso é uma tentativa de desrespeito a uma decisão do Supremo, meu nobre Deputado Nilson Leitão. Isso é desrespeitar uma decisão que já foi dada: o impedimento, a inconstitucionalidade da execução de quebras para essas entidades. Aliás, sobre as outras que foram apresentadas até o presente momento — as 14 aqui — não há nenhum interesse.

Eu queria inclusive perguntar ao Relator a razão de S.Exa...

Já que V.Exa. está tão interessado em apresentar esse requerimento, então apresente também o Requerimento nº 12, que trata da quebra do sigilo bancário e telefônico do Sr. Marino José Franz.

Sr. Presidente, coloque em apreciação a quebra do sigilo bancário desse senhor, que, aliás, estava lá na Operação Terra Prometida. Deputado, nós não podemos usar dois pesos e duas medidas nesta Comissão. Isso é um acinte!

Há outra coisa: nenhuma dessas entidades é internacional, não. São todas brasileiras, com endereço certo e com prestações de contas expostas. Aliás, não foi convocado nenhum dos membros dessas quatro organizações brasileiras. Estão fora de qualquer suspeição. Não há nenhuma suspeição que paire sobre essas entidades. Não há nenhum inquérito na Polícia Federal nem no Ministério Público Federal que faça o questionamento dessas entidades.



E são exatamente as entidades que estão sendo investigadas pela Polícia Federal — as que têm condenação por assassinato, por coação, por venda de lotes, por todo tipo de crime — que passam longe desta Comissão. Passam longe e incólumes desta Comissão! Mas estão aqui as entidades que fazem a defesa dos povos indígenas brasileiros.

Isto aqui é um desrespeito ao povo brasileiro! Num momento em que o Brasil quer uma política nova, em que o Brasil cobra desta Casa ações mais respeitáveis, eu vejo que aqui não há a menor sensibilidade. Não há a menor preocupação com o povo brasileiro, quando se tenta quebrar o sigilo dessas entidades.

Fica meu repúdio, Sr. Presidente, não apenas a uma tentativa de fazer sessão secreta, mas sobretudo à tentativa de colocar em suspeição entidades tão importantes e significativas como essas!

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - A minha questão de ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Primeiro, não há tentativa alguma de se fazer a sessão secreta. A sessão secreta está no Regimento, é regimental. Então, Deputada, por favor, quando V.Exa. quiser fazer suas ofensas, pelo menos faça-as à luz da verdade.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Nós não estamos pedindo sessão fechada alguma.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - V.Exa. é que deveria falar a verdade. V.Exa. é que está faltando com a verdade nesta Comissão. V.Exa. faltou com a verdade nesta Comissão...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, não estou faltando com a verdade coisa alguma.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não concedo a palavra pela ordem. V.Exa. por favor...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Art. 48, Presidente, é regimental...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A senhora quer deixar o Deputado Glauber... A senhora acabou de usar a palavra. Questão de ordem não tem ordem de preferência.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, a senhora quer ter a educação de ouvir seus colegas?

Por favor, Deputado Glauber Braga, V.Exa. tem a palavra por 1 minuto, para responder ao Deputado João Carlos Bacelar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, a senhora vai contraditar depois do Deputado Glauber Braga.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Essa é uma decisão que tomarei. A senhora não tem que me orientar, por favor.

Por favor, Deputado Glauber Braga.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, ninguém aqui vai ganhar no grito, nem a senhora! A senhora vai ou não vai respeitar?

Deputado Glauber Braga, o senhor tem 1 minuto para a contradita, por favor.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Deputado João Carlos Bacelar, eu quero falar respeitosamente com o senhor, respeitosamente e com toda firmeza.

Não existe aqui acusação sendo veiculada contra qualquer Parlamentar, nem contra o Deputado Nilson Leitão nem contra o Deputado Alceu Moreira. O que existe, claramente, é o seguinte: se existem requerimentos, esses requerimentos são apresentados porque o seu autor disse que havia alguma suspeita colocada sobre eles; e o que eu estou dizendo aqui, afirmando, é que existem outros requerimentos que não foram pautados, e isso faz com que a Mesa e a condução dos trabalhos da Comissão fiquem sob suspeita. Se existe suspeita sobre a condução dos trabalhos pela seletividade na forma como a questão está sendo conduzida — e a utilização de um helicóptero para algum tipo de ação ou iniciativa da Comissão por uma empresa privada, que poderia ser inclusive objeto de requerimento —, necessariamente tem que haver...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluído seu tempo, Deputado.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - A seletividade não pode ser a regra na condução dos trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado.
Para orientar.

Deputada Eliziane Gama, o art. 48, a que a senhora fez alusão...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu quero fazer referência ao art. 48, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O art. 48, que a senhora está querendo tratar como questão de ordem, tão somente estabelece que, em caso de quebra de sigilo, a sessão é reservada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - V.Exa. pode ler, então, o § 2º, já que V.Exa. não quer me dar direito à questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sim, por favor.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, deixe-me falar a V.Exa. V.Exa. é Presidente desta Comissão, mas não é maior que ninguém nesta Comissão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Nem pretendo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Pois é, então me dê a questão de ordem, regimentalmente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. quer questão de ordem para tratar do tema ou quer discutir...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, V.Exa. dá a palavra democraticamente a todo mundo. Tomou conta aqui da...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Não é possível, Sr. Presidente! Só uma pessoa que fala!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, a senhora não vai tumultuar, querendo discutir se gosta ou não gosta da forma como eu presido. Esse é outro departamento. A senhora tem o direito de discordar.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, eu não gosto, é claro! Mas, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Então, come menos. O que eu vou fazer?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, V.Exa. pode me permitir, por favor. *(Pausa.)* Qual foi a frase que V.Exa. citou? Não consegui ouvir.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Diga de novo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Repita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quem não gosta, come menos. É uma...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, respeite-me!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas eu não estou faltando com respeito nenhum!

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Respeite-me, Presidente! Respeite-me, Presidente! Eu estou aqui representando as mulheres...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A senhora tinha questão de ordem. Não tem mais!

Por favor, para encaminhar...

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para orientação, um Parlamentar.

Para orientação, como vota a bancada do PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, o PMDB vota "sim", todos votam "sim"...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - V.Exa. me respeite! E eu quero a questão de ordem. Eu não vou abrir mão da questão de ordem.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - A Deputada quer aparecer aqui. Nunca fez parte desta Comissão e quer aparecer aqui, Sr. Presidente. Tem que ter respeito com os colegas aqui e dar tempo para todo mundo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu sou membro desta Comissão, Sr. Parlamentar.



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Não é só um que pode falar aqui nesta Comissão.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Parlamentar, eu sou membro desta Comissão e estou hoje na situação de titular. V.Exa. não queira inibir e cortar minha fala aqui, não.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Então, respeite os Deputados que estão aqui!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - V.Exa. é obrigado a garantir o direito, é obrigado a garantir o direito à questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, V.Exa. me garanta a questão de ordem! V.Exa. me garanta a questão de ordem!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, é obrigado a garantir o direito à questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - V.Exa. desrespeita as mulheres desta Casa, V.Exa. conduz de forma arbitrária esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, eu não desrespeito. V.Exa. quer fazer tão somente a argumentação da questão de ordem?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - V.Exa. me garanta a questão de ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem, está garantida a questão de ordem. Por favor, a senhora tem 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, vamos lá, vamos lá!

O art. 48, § 2º, estabelece quando é necessária, adequada e legal a aplicação da sessão secreta:

Art. 48.....

2º Serão secretas as reuniões quando as Comissões tiverem de deliberar sobre:

I - declaração de guerra, ou acordo sobre a paz;

II - passagem de forças estrangeiras pelo território nacional, ou sua permanência nele.

Não me parece que seja sobre nenhum desses dois pontos a discussão nesta Comissão. Portanto, não cabe um debate sobre sessão secreta nesta Comissão.



Nós estamos aqui tratando de quebra de sigilo. Nós não estamos tratando aqui de declaração de guerra ou de acordo sobre paz.

Portanto, Sr. Presidente, é inócuo fazer o pedido de sessão secreta nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A Deputada já concluiu sua fala? (*Pausa.*) Obrigado.

Está indeferida a questão de ordem, porque nós estamos tratando de uma questão...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Argumente pelo menos, Sr. Presidente. V.Exa. a indefere e não argumenta nada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não sou obrigado a argumentar, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Porque V.Exa. não tem argumento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A senhora não permite. A senhora quer perguntar e responder.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - V.Exa. não argumenta, porque não tem argumento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A senhora quer ter pelo menos a educação de ouvir?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Está bem. V.Exa. não tem argumento. Isto está claro: V.Exa. não tem argumento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, é que a senhora está confundindo reunião reservada com reunião secreta, e nós estamos tratando de uma reunião reservada.

Concluída e indeferida a questão de ordem.

Orientação de bancada.

Como orienta a bancada do Partido dos Trabalhadores?

Com a palavra a Deputada Erika Kokay, por 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu acho que está mais claro, a cada dia, qual é o objetivo desta CPI. Nós temos aqui dois pedidos de quebra de sigilo bancário. Um deles é de uma empresa, sobre a qual recaem



inúmeras denúncias. Descobrimos que ela forneceu o seu helicóptero para que membros da CPI pudessem utilizá-lo. Veja que relação de promiscuidade, de promiscuidade! Como é que esta CPI pode investigar qualquer coisa, se se locupleta com empresas que deveriam ser objeto dos seus trabalhos?

Veja, nós tivemos um Vice-Presidente cassado porque utilizou um jatinho! E aqui nós temos membros da CPI utilizando o helicóptero de uma empresa que deveria ser investigada. Para além disso, nós temos aqui a Operação Terra Prometida, e não se quer quebrar os sigilos bancários. Isso é uma farsa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, está concluído o seu tempo de orientação. Trata-se de orientação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Para orientar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Terminou o seu 1 minuto. Oriente ou não oriente. Dou a palavra a V.Exa. para orientar, por favor.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores vota por abrir esta reunião, para explicitar para toda a Nação a que se presta a maioria desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, em apenas 1 minutos, quero dizer que é um absurdo que se crie uma celeuma para se votar uma quebra de sigilo numa CPI que tem que fazer as investigações para as quais ela foi criada. Portanto, aí sim fica sob suspeição quem cria tanta dificuldade para abrir o sigilo. Eu abro o meu na hora que qualquer um aqui quiser. Quem não deve, não teme.

Portanto, eu não só voto a favor, como também (*inaudível*) deve ser de forma muito clara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota a bancada do PP?

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. DEPUTADO MARCON - É isso aí! É disso que precisamos. Já temos apoiadores, é isso aí!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, pessoal! Não entre nesta discussão, meu amigo!



Como vota a bancada do Partido Progressista, Deputado Luis Carlos Heinze?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nós votamos “sim”.

Nós estamos acompanhando essa questão indígena há muito tempo. Tivemos o caso de Raposa Serra do Sol, Deputado Valdir Colatto, e ouvimos os moradores de lá, inclusive índios, dizerem: “*Fora, padres italianos! Fora, padres de tudo que é congregação!*” Eles estão usurpando as reservas minerais do Brasil e todas as demais reservas!

Então, nós votamos “sim”. E não vejo por que não, seja o CIMI — Conselho Indigenista Missionário, seja a FUNAI — Fundação Nacional do Índio, seja quem for. No caso da própria Igreja Católica, poderia abrir. Nós queremos sessão aberta e votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PSD? (*Pausa.*)

Como vota o PSB?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT votou “sim” à sessão aberta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PT votou “sim”.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Está “não” ali, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É só trocar. Foi um equívoco de quem escreveu. Ofende V.Exa. também isso?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - São muitos os equívocos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PSB? (*Pausa.*)

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - O PSB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PSB vota “sim”.

Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota o PDT? (*Pausa.*)

Como vota o PTB?

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - O PTB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PTB vota “sim”.

Como vota o PSD? (*Pausa.*)

Como vota o PTN? (*Pausa.*)

Como vota o PSC? (*Pausa.*)



Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota o PMB? *(Pausa.)*

Como vota o PRP? *(Pausa.)*

Como vota o Governo? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Como não temos Governo e Minoria...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, está errado.

O requerimento é para sessão fechada.

Votar “sim” é para sessão fechada. Está errado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A orientação de voto...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - .É para voto aberto.

Então, é “não” para todo o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Isto é apenas formalidade.

O Regimento diz que nós temos uma sessão reservada. Se a soberana maioria quer... *(Pausa.)*

Está bem. Todos votam “não”.

Como vota o PPS?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O PPS encaminha naturalmente pela sessão aberta, exatamente por entender que isso é um desrespeito às entidades brasileiras. Eu fico aqui me perguntando: qual é o crime? Qual é a ilegalidade? Qual é o ato que essas instituições, na verdade, cometem no Brasil? É a defesa dos povos indígenas? Talvez aqui alguns Parlamentares, especialmente os da bancada ruralista, acreditem que esse seja o maior crime delas. Aí, portanto, estão tentando macular, criminalizar, impedir essas instituições de continuar com o seu trabalho. Isso é um desrespeito, Sr. Presidente, à antropologia, por exemplo, e à ciência. Isso é um desrespeito à Igreja, isso é um desrespeito aos padres, às freiras, a toda uma organização que está lá de forma incansável, diariamente, fazendo a sua defesa e os seus trabalhos com as comunidades indígenas.



Então, em nome do povo brasileiro, vamos fazer esta sessão aberta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Todos já tendo orientado...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Pelo PSOL, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O Deputado Edmilson Rodrigues vai orientar pelo PSOL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, o PSOL não foi chamado. O Deputado Edmilson Rodrigues vai orientar pela bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PSOL não está representado na Comissão, como é que vai orientar?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas é um partido deste Poder aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quer orientar o voto na Comissão. Orientar quem, se não há ninguém aqui?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - É um partido que tem representação na Casa.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O partido tem representação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem representação, mas não tem voto. Orientar quem, se não ...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, abra a votação, isso virou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, expirou o prazo. Está em votação.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, então vamos fazer uma coisa: já que V.Exa. vai cassar o nosso direito à orientação, eu peço a palavra como Líder do PSOL, pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Em período de votação, não há orientação.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu peço a palavra pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Estamos em votação.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, isso é uma violência.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, Sr. Presidente, não desrespeite mais uma vez o Regimento. O que é isto, tribunal de exceção?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O partido aqui não pode ser cassado por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Srs. Deputados, aqueles que concordam com...

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Srs. Deputados, estamos em processo de votação. Aqueles que concordam com a sessão aberta... Srs. Deputados...

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

(Tumulto no plenário.)

(O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vamos para a votação, por favor.

Estamos em processo de votação.

Aqueles Parlamentares que concordam... Por favor, Srs. Deputados...

Deputado Valmir Assunção...

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Aqueles que concordam com a sessão fechada permaneçam como se encontram, os que querem aberta se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada a sessão aberta.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Peço a palavra pela Liderança do PSOL.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, 1 minuto aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSOL.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu vou conceder a palavra a V.Exa. pela Liderança do PSOL. Qual é o tempo de Liderança?

Por favor, Deputado Glauber Braga, V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - A orientação política é um direito de todas as bancadas nesta Casa. V.Exa. sabe, e o Deputado Relator sabe que o Deputado Edimilson Rodrigues foi presença efetiva na discussão de toda essa questão, inclusive em relação à CPI anterior.

Agora, o que nós temos aqui é um jogo de cartas marcadas. É um jogo de cargas marcadas. Quando V.Exa. diz "*Não, isso é simples formalidade*", diz porque é formalidade mesmo. O resultado da CPI já está previamente determinado. Agora, o que a Mesa não respondeu, e talvez o Deputado Domingos Sávio tenha a resposta, porque está numa defesa tão contundente da Mesa, é quem foi o Parlamentar ou agente da Comissão que viajou num helicóptero de uma empresa privada sobre a qual incide um requerimento para votação aqui nesta Comissão.

Quem tem que responder...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu voto a favor desse requerimento. Eu voto.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Quem tem que responder inclusive a esse questionamento são os Parlamentares que estão aqui fazendo uma defesa do tribunal de exceção. Se o Deputado Nilson é a favor do requerimento, nós podemos apresentar um requerimento extrapauta agora e já colocá-lo em votação. Se for da aceitação do Presidente — o Relator disse que aceita —, já vamos colocar em votação esse requerimento exatamente por isso. Está havendo divergência, talvez porque o grau de informação sobre quem utilizou o helicóptero seja diferente em relação aos dois membros da Mesa. Agora, vamos colocá-lo em votação.

Quanto à suspeita, eu não sei se o Deputado Domingos Sávio tem alguma resposta para nos dar sobre essa questão; talvez tenha. E eu estou aqui exatamente citando o seu nome para que ele possa falar ao microfone, porque vamos fazer aqui a defesa de que tribunal de exceção não seja órgão utilizado por Parlamentares para CPI na Câmara dos Deputados.

O que V.Exas. querem é criminalizar movimentos sociais. O que V.Exas. querem é, através de um suposto poder policial, que não têm, porque inclusive não



têm imparcialidade para condução do processo, fazer com que, na Câmara dos Deputados, aqueles requerimentos que foram apresentados pelos Parlamentares não sejam devidamente colocados em votação.

Já que o Deputado Nilson Leitão disse que topa colocar em votação hoje o requerimento que trata do helicóptero, que foi tratado — hoje, não, desculpem-me — , que aceita votar o requerimento do helicóptero, eu peço que se faça um requerimento extrapauta para que todos os Parlamentares aqui possam apor a assinatura, e que o Presidente o coloque em votação no dia de hoje.

Eu tenho certeza, inclusive, de que nós vamos contar também com a aprovação do Deputado Domingos Sávio no sentido de que esse requerimento seja aprovado e de que fique claro quem utilizou, em nome da CPI, esse helicóptero de uma das empresas em relação às quais há um requerimento para ser votado e pautado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, para responder às citações de referência, 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, por favor. A resposta só pode ser dada por quem foi citado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu fui citado mais de uma vez, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Primeiro, é claro que qualquer requerimento que possa nos ajudar a esclarecer qualquer suspeição terá meu apoio e meu voto favorável. Esse é um princípio que norteia o PSDB.

Segundo, disse claramente que meu sigilo está aberto e não faço isso para fazer proselitismo. Eu, antes de dizer, faço. Entreguei já há algum tempo, no início desta Legislatura, ao Procurador-Geral da República autorização para que, permanentemente, enquanto eu exercer função na vida pública, o meu sigilo esteja aberto, não só o sigilo bancário, mas o fiscal, o patrimonial e até o telefônico, porque eu não tenho que esconder nada de ninguém.



Acho que votar a quebra de sigilo bancário daqueles que estão suspeitos de desvio de dinheiro público é dever de uma CPI. Ficar aqui tentando impedir a aprovação da quebra desses sigilos, isto sim, coloca sob suspeição as pessoas.

Defendo a Mesa porque sei que ela está agindo regimentalmente sob a sua presidência e sob a ação do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Portanto, estou tranquilo quanto ao que me inquiriu o Deputado. Voto a favor de requerimento que possa esclarecer qualquer dúvida e abro o meu sigilo bancário porque tenho o dever de ter uma vida transparente e procuro fazer isso sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - E aprova que o sigilo bancário da Mesa seja quebrado também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Há sobre a mesa requerimento de V.Exa...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Como Líder, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, eu queria aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não.

Há sobre a mesa requerimento de retirada de pauta, de acordo com o art. 117, inciso VI, e art. 83, parágrafo único, que requer a retirada de pauta do Requerimento nº 80, de 2016, requerimento de autoria do Deputado Valmir Assunção.

Nós teremos um Deputado para encaminhar contra o requerimento e um para falar a favor dele.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Dois e dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Um, de acordo com o Regimento, art. 117.

A palavra está à disposição da Deputada Erika Kokay pelo prazo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Um minuto para quê, Deputado?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, 1 minuto, eu estou com um requerimento aqui de uma matéria extrapauta. Já tenho as assinaturas, porque aqui foi dito por todos os Parlamentares que quem não deve não teme. O requerimento pede a inclusão, na pauta de hoje, dos Requerimentos nºs 10, 23, 41, 42, 57 e 61. É para serem colocados na pauta de hoje, como matéria extrapauta, estou com as assinaturas aqui.

Eu pediria, inclusive, aos outros Parlamentares que levantaram aqui a frase "*Quem não deve não teme*" que assinem este requerimento. Vou deixá-lo na mesa para que possamos inclusive apreciá-lo também na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Faremos essa observação ao final da votação dos outros requerimentos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem a palavra a Deputada Erika Kokay pelo tempo de Líder.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, eu queria fazer uma reclamação, por favor.

Quero invocar o art. 192, se V.Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Faça por escrito a reclamação, Deputado.

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay pelo tempo de Liderança do Partido dos Trabalhadores, por 4 minutos. Isso foi o que chegou hoje para nós. Esta é a orientação que chegou da Mesa hoje, o tempo é de 4 minutos. O tempo era pelo Bloco, são 4 minutos para a bancada do Partido dos Trabalhadores.

V.Exa. tem 4 minutos, Deputada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu já lhe dou a palavra, Deputado, deixe S.Exa. falar como Líder.

V.Exa. tem a palavra por 4 minutos, Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nós estamos vivenciando aqui uma estrutura das mais cruéis que esta Casa pode produzir, das mais cruéis. Nós



estamos aqui na construção de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que teve o seu desenvolvimento no ano passado, não apresentou relatório e agora ressurgiu de forma questionável, do ponto de vista jurídico. É uma CPI em que, todo dia que passa, nós percebemos o seu caráter de perseguição e de criminalização dos movimentos sociais. É uma CPI composta por aqueles que têm como interesse não o povo brasileiro, têm como interesse a defesa de um segmento da sociedade brasileira que representa 0,08% do povo brasileiro e detém 80% das terras cultiváveis — 80% das terras cultiváveis estão nas mãos de 0,08% do povo brasileiro.

Esta CPI, em sua maioria, maioria construída, maioria engendrada, maioria que construiu aqui um palanque de criminalização de movimentos, tem como único crime... E é crime para esses latifundiários a defesa dos povos indígenas, a defesa dos povos quilombolas, a defesa da Constituição brasileira, que se quer moída, que se quer dilacerada, para se impor o interesse das cercas, mostrando que não fizemos o luto do colonialismo — não fizemos o luto do colonialismo —, o colonialismo daqueles que se sentem donos da terra e se sentem donos também das mulheres e das crianças.

Por isso, nós temos tantas expressões misóginas, e tivemos uma expressão misógina, uma expressão sexista da Presidência desta CPI há pouco tempo. É como se isso fosse normal, isso não é normal nem é natural! O natural é a Constituição brasileira.

Ao mesmo tempo, há esses que se colocam com a condição de defender inclusive a resistência armada ou de defender as armas. Nós temos aqui um Presidente que deixou muito claro em um discurso que os ruralistas deveriam se armar — *Rasguem a Constituição, transformem a Constituição em bala e em armas* — e que transforma o instrumento de uma CPI em instrumento persecutório e de criminalização dos movimentos sociais.

Por isso, esta CPI, na sua maioria, quer quebrar o sigilo bancário do CIMI — Conselho Indigenista Missionário. Por quê? Não sabemos — não sabemos! —, a não ser pela postura do CIMI de defender a lei e de defender a nossa brasilidade. Esta CPI quer quebrar o sigilo da ABA — Associação Brasileira de Antropologia. A



ABA é responsável por uma categoria das mais relevantes deste País, porque nos ajuda a entender a nossa brasilidade e a reconhecer os déficits do País.

Por que querem quebrar o sigilo da ABA? Porque a ABA representa os antropólogos, que emitem os laudos, o primeiro passo para a homologação. Querem quebrar o sigilo de uma ONG como o ISA — Instituto Socioambiental, que tem renome internacional, por quê? Porque defende o meio ambiente. E quem protege o meio ambiente são os indígenas, não são os ruralistas.

Por isso, nós estamos aqui com essa intenção, essa maioria. Ao mesmo tempo, querem preservar os helicópteros que foram utilizados por V.Exas. daqueles que estão investigados e que esta CPI se nega a investigar e querem impedir que a terra prometida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu estou concluindo, Sr. Presidente. Querem impedir que a terra prometida seja investigada. Portanto, Sr. Presidente, renuncie à Presidência desta CPI. V.Exa. não tem isenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputada.

Fui eleito pela grande maioria.

Deputado Edmilson, quero informar V.Exa., antes da sua reclamação, que reclamação ou questão de ordem, pelo Regimento, deve ser feita por membros da Comissão. Pronunciar-se qualquer Parlamentar pode, mas fazer reclamação não. Em todo caso, como V.Exa. participou desta Comissão, eu lhe dou um minuto para V.Exa. fazer a sua reclamação.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Nenhum Deputado ou partido pode ser impedido de exercer um direito regimental. O que diz o art. 96 é:

"Art. 96. Em qualquer fase da sessão da Câmara ou de reunião de Comissão, poderá ser usada a palavra para reclamação, restrita durante a Ordem do Dia à hipótese do parágrafo único do art. 55 ou às matérias que nela figurem".

Então, não há, em nenhum momento, aqui, essa restrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Leia o § 2º, Deputado.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Vou ler:

"Art. 96

§ 2º O membro de Comissão pode formular reclamação sobre ação ou omissão do órgão técnico que integre. Somente depois de resolvida, conclusivamente, pelo seu Presidente, poderá o assunto ser levado, em grau de recurso, por escrito ou oralmente, ao Presidente da Câmara ou ao Plenário".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O membro de Comissão.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sim, diz "o membro", mas não diz que o não membro está impedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Então, só para justificar, Sr. Presidente, da mesma forma, o § 2º do art. 192 diz:

"Art. 192

§ 2º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, cada Líder poderá manifestar-se para orientar sua bancada, ou indicar Deputado para fazê-lo em nome da Liderança, pelo tempo não excedente a 1 minuto".

V.Exa. foi antidemocrático, porque um partido que tenha representação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado. O seu tempo terminou.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Deixe-me concluir, Sr. Presidente.

Um partido que tem representação na Casa tem que ter o direito, conforme o Regimento, de expressar a sua posição, sua postura ideológica e sua visão programática para toda a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - V.Exa. cassou o direito do PSOL de encaminhar a votação anterior. Espero que isso não ocorra novamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Há sobre a mesa requerimento de retirada de pauta, o Requerimento nº 80, de 2016, que já foi lido.

Para encaminhar, vou chamar um orador que falará contra e um que se pronunciará a favor.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu vou encaminhar contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Deputado Valdir Colatto tem a palavra para encaminhar contra.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu encaminho contra esse requerimento. Acho que nós temos que votar essa matéria. Fala-se na brasilidade dessas entidades, mas faço a seguinte pergunta: quem está financiando esses recursos?

Eu tenho aqui uma lista mostrando que vem dinheiro do mundo inteiro para o Conselho Indigenista Missionário — CIMI, para o Instituto Socioambiental — ISA, para assuntos indigenistas e outras coisas mais. Então, nós temos aqui uma relação e queremos saber exatamente para onde vai esse dinheiro. É isso só. Por que as pessoas têm que esconder os recursos que vêm de fora? Qual é o interesse que o mundo lá fora tem em colocar dinheiro na questão indígena aqui? Por que os Estados Unidos e outros países não cuidaram dos seus indígenas? Deixem-nos cuidar dos nossos indígenas aqui. E é isto que nós queremos saber, se esse dinheiro vai exatamente para os indígenas. Se não, para quem vai? Essa é a pergunta que o Deputado Nilson Leitão quer fazer no requerimento para aprovarmos isso.

Ora, se esses recursos forem bem aplicados para os indígenas, nós vamos bater palmas, vamos aplaudir. Realmente é isso o que nós queremos. Agora, esses recursos vêm para cá, e ninguém sabe quem usa, quem está por trás deles, quais pessoas físicas manipulam os recursos que vêm para essas entidades. É isso o que nós queremos saber.

Não tem nada de querer misturar a Igreja Católica, padre e freira. Isso é demagogia pura. Nós queremos é saber exatamente o que está se fazendo com os indígenas do Brasil, que precisam, sim, de uma política indigenista, o que não existe no Brasil hoje. Todos os indígenas do Brasil, que ocupam 13% do território



brasileiro, estão na pobreza, na miséria. É só ir a uma aldeia para saber o que está acontecendo. É isso o que nós temos que levantar. E a CPI tem, sim, argumentos, Srs. Deputados. O pessoal que não os conhece pode ir à Secretaria e ver tudo o que foi levantado para esta CPI. Há muito argumento, muita coisa lá. Querer esconder essa verdade...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Responde logo quem participou da questão do helicóptero.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O helicóptero é um detalhe. V.Exas. estão querendo desviar o foco da situação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não é detalhe, não!

(Tumulto no plenário.)

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Qual é a suspeição de crime, Deputado?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Quantos helicópteros o PT usou nas campanhas? Ninguém falou nisso e em outras coisas mais.

(Tumulto no plenário.)

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Então, não venham com essa história. Nós temos recursos milionários indo para a questão indígena.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Qual é a suspeição de crime sobre essas entidades, Deputado?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - E os índios estão na miséria. É isso o que o pessoal quer esconder. Nós queremos só mostrar ao Brasil o que está acontecendo, Srs. Deputados, que é isto aqui: os indígenas ocupam 13% do território brasileiro e estão morrendo de fome. É isso o que o pessoal quer esconder. Nós vamos mudar a FUNAI, vamos mudar todo o INCRA. Vamos fazer um trabalho sério, respeitando a lei. É isso o que nós queremos, e a CPI vai mostrar isso com clareza. Há muitos elementos, sim. É só o pessoal ir à Secretaria e verificar as denúncias que chegaram aqui, Sr. Presidente, para saber que esta CPI tem fundamentos, sim, tem elementos, sim. O que está acontecendo é um discurso vazio, para não deixar as coisas andarem.

Somos contra a retirada de pauta. Precisamos aprofundar essa investigação e mostrar a realidade. Se não tem medo de que haja algo errado, por que o PSOL



está contra? Por que estão contra? O que estão escondendo? O que está por trás disso? Essas são as perguntas que faço.

Portanto, Sr. Presidente, nós somos contra a retirada de pauta deste requerimento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção, para falar a favor do requerimento.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta CPI, no Congresso, na Câmara dos Deputados, às vezes nos fazemos algumas perguntas. Aqui há um conjunto de Deputados que criticam as ONGs, porque dizem que elas recebem dinheiro lá de fora. No entanto, na Comissão de Agricultura, os Deputados da bancada do agronegócio, da bancada ruralista aprovaram um projeto de lei que autoriza a venda de terras para estrangeiros — justamente para as ONGs estrangeiras.

Eu não entendo o que V.Exas. querem. É preciso que V.Exas. expliquem isso à sociedade. Por que podem ser vendidas terras brasileiras às ONGs estrangeiras?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Eu estou com a palavra.

Não estou mentindo. Isso está previsto no projeto de lei. V.Exa. sabe disso.

Agora são contra a que as ONGs que trabalham com população indígena possam eventualmente receber recursos estrangeiros. O grande problema é que V.Exas. têm preconceito contra qualquer organização ou pessoa que trabalhe com pobres neste País. V.Exas. não gostam de índio, não concordam com os índios, mas dizem que são a favor dos índios. Seria bom que V.Exas. falassem a verdade para a população brasileira.

Esta CPI foi criada justamente porque V.Exas. querem perseguir a população indígena e os quilombolas; porque V.Exas. querem as terras indígenas e quilombolas para explorar o agronegócio. Isso é o que V.Exas. querem! Mas vão encontrar resistência nas ruas e aqui no Parlamento. Nós vamos resistir. Não vamos concordar com isso.



Apresenta-se requerimento solicitando a quebra do sigilo fiscal e bancário de determinadas entidades, e V.Exas. dizem: “*Vamos quebrar o sigilo bancário, sem nenhum problema*”. No entanto, por que o Deputado Nilson Leitão, Relator, não inclui a FAMASUL e a ACRISSUL nesse requerimento, para que também seja quebrado o sigilo fiscal e bancário dessas entidades? Por que S.Exa. não faz isso? Porque essas empresas são do agronegócio. Daí não pode. Só fazem isso com indígenas e quilombolas, só fazem isso com os pobres. Essa é a situação que vivemos nesta CPI.

Cada vez mais, nós vamos enfrentar esse debate, porque acreditamos que é fundamental a sociedade brasileira compreender o que se passa na Câmara Federal, o que se passa nesta CPI. E digo isso porque todos os dias, em todos os nossos debates, nota-se uma perseguição, pois cada vez mais querem criminalizar as organizações populares — e muitas vezes defendem isso em nome dos votos que tiveram. É lógico que foram esses votos que nos permitiram chegar a Deputados, mas é preciso que tenhamos consciência de que precisamos ter um país mais igual.

Não podemos, de forma alguma, tentar excluir a população mais pobre. Os índios e quilombolas estão sendo massacrados há 517 anos! Será que há necessidade de mais perseguição contra essa população, em nome simplesmente dos votos que V.Exas. obtiveram? Por que não podemos trabalhar para termos um país cada vez mais democrático?

Mas V.Exas., Deputados ligados ao agronegócio, sabem que os índios neste Brasil sempre foram assassinados pelas mãos daqueles que são os poderosos. Foram eles que assassinaram os índios. V.Exas. sabem disso, mas não querem reconhecer. Se alguém tem que ir para o banco dos réus, não serão os índios, mas sim aqueles que mandaram assassiná-los ao longo desses 517 anos.

Sr. Presidente, como V.Exas. querem aprovar, de toda forma, esse requerimento, vou retirar o meu requerimento de retirada de pauta, para que V.Exas. façam o que quiserem em relação à votação.

Estou retirando o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Retirado de pauta pelo autor.



Está sobre a mesa requerimento de autoria da Deputada Erika Kokay com o mesmo teor.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Trata-se de adiamento de votação.

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 40 do Regimento Comum, o adiamento de votação do Requerimento nº 80/16.

Todos tratam da mesma questão.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, Presidente. O requerimento não está prejudicado. V.Exa. disse que está prejudicado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não. Eu não falei “prejudicado”.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ah, então abra para discussão o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Trata-se de requerimento de adiamento da discussão.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, temos que debatê-lo, pois o outro não foi apreciado. Trata-se de requerimento de adiamento de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para encaminhar, concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, não tem sentido esta CPI. Se fosse uma CPI séria, ela não estaria avaliando quebra de sigilo simplesmente porque houve uma maioria eventual que se construiu com um objetivo claro: fazer desta CPI — um instrumento tão valioso — um *bunker* para defender interesses ruralistas e perseguir indígenas e quilombolas.

Se esta CPI fosse séria... Mas não é, até porque ela foi construída sem fato determinado. Aqui já foi dito por membro desta CPI que não precisamos dos fatos determinados, pois vamos investigar. Daí serão descobertos os fatos. Essa é uma inversão do sentido de uma CPI.

Aliás, esta CPI, que vem em um sentido, foi criada na perspectiva da construção de uma ruptura democrática. Esta CPI tem a sua condução transformada



em um rol de rupturas democráticas. Esta CPI divulgou na íntegra e encaminhou para a *TV Bandeirantes* um depoimento colhido em sigilo — em sigilo! — e o divulgou. Não houve nenhuma investigação da Presidência desta CPI sobre essa afronta ao Regimento e aos trabalhos da própria CPI. Não houve nenhuma investigação, é como se isso fosse natural.

Interessa-me pegar um depoimento sigiloso e entregar, na íntegra, a uma rede de televisão para ser veiculado em âmbito nacional? Interessa-me? Nada foi investigado. A Presidência desta CPI recusou-se a investigar, talvez, porque tenha responsabilidade no vazamento e não quer uma investigação que iria lhe imputar uma culpa.

Porém, não é só isso. Membros desta CPI utilizaram o helicóptero de uma empresa que está sob investigação. Esse helicóptero foi utilizado junto com autoridades, com Prefeitos. Que seriedade tem o trabalho de uma CPI cujos membros se locupletam com os investigados? Contudo, isso é absolutamente natural para aqueles que têm esse conceito ético, essa flacidez em uma avaliação ética.

Esta CPI recusa-se a discutir a quebra de sigilo de uma pessoa envolvida em uma operação chamada Terra Prometida, talvez, porque — se essa operação for investigada e o sigilo for quebrado — chegue muito perto de membros desta CPI. Por isso, a CPI, através da sua Presidência, nega-se a colocar em pauta a quebra desses sigilos.

Então, vem alguém aqui defender a quebra de sigilo bancário do CIMI — Conselho Indigenista Missionário, para dizer que basta olhar o que está lá, porque o que está lá incrimina o CIMI. Mas o que incrimina o CIMI de fato? Os trabalhos desta CPI não apontaram nenhuma necessidade de quebra de sigilo de CIMI ou de ABA. Pelo contrário, esta CPI convocou uma antropóloga baseada em argumentos falsos, dizendo que da sua tese constavam pronunciamentos que não estavam ali presentes. Em cima de mentiras, foi convocada uma antropóloga para que ela explicasse aqui parte da tese dela. Na ocasião, a antropóloga disse que aquilo não estava na tese. E eles pediam que ela explicasse outra parte de sua tese. E ela respondia que aquilo não estava na tese dela.



Esta CPI convocou essa antropóloga. Por isso, quer quebrar o sigilo da Associação Brasileira de Antropologia — ABA, para descaracterizar e desconsiderar os antropólogos deste País. Não vão conseguir fazer isso. Com toda a truculência que está sentada à Presidência desta CPI, com todo o caráter de desrespeito às minorias e de nítido interesse de defender o latifúndio neste País, com tudo isso esta CPI não conseguirá prosseguir na construção da criminalização de CIMI, ABA e ISA. Não conseguirá!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze, para falar contra a retirada.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente e colegas Parlamentares, o Partido dos Trabalhadores, do Presidente Lula e da Presidente Dilma, em 13 anos, enterrou o Brasil.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - É verdade. Não é mentira que 12 milhões de trabalhadores estão desempregados.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - No Governo Temer foram 5 milhões.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Respeite quem está falando!

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Meu Deus do céu, Deputado Luis Carlos Heinze, vocês vão chegar a 15 milhões de desempregados.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Hoje, o único setor que dá certo no País é o agronegócio: agricultura, pecuária e produção. Esse é o processo que nós temos no Brasil hoje. E vocês estão criticando quem está colocando comida na mesa do povo.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Vocês vão voltar a 2008, a 2010, com 22 milhões de famintos no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, eu gostaria que V.Exa. respeitasse a palavra do orador. A palavra tem que ser respeitada, tanto a de V.Exas. quanto a de outros Parlamentares, em igual condição.

Por favor, continue, Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Por isso, hoje eu estranho os Deputados que aqui estão. Qual o medo que S.Exas. têm de abrir o sigilo bancário



do CIMI, do ISA, do CTI, por exemplo? Será que o dinheiro que foi para eles também foi para algum desses colegas Parlamentares? Qual o problema que há? Deixem que abra. Pode abrir o dos helicópteros, não interessa de quem quer que seja. Então, há pessoas que estão com medo disso. Portanto, temos que votar essa situação aqui.

Não tenho medo, Deputado. Tão logo o meu nome foi citado, há 705 dias, fui ao plenário da Câmara, fui à Procuradoria-Geral da República, fui à Polícia Federal, fui a todos os lugares, até no próprio Supremo Tribunal Federal, e coloquei o meu sigilo bancário, fiscal e telefônico à disposição das autoridades. E ele pode ser aberto na hora em que se quiser, não devo nada. Não quero esconder a verdade de ninguém.

Então, Deputado, temos que votar “sim”, para que possamos votar essa matéria, contra a retirada de pauta e a favor da votação dessa matéria, o mais urgentemente possível.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Orientação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para orientação de bancada, por 1 minuto, como vota a bancada do PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, o PMDB vota contra a retirada de pauta dessa matéria. Os estudos já foram feitos. Convido mais uma vez os Deputados que não conhecem a CPI e que não participaram dela. É claro que estamos trazendo novamente a CPI, porque houve um ato do Presidente da Casa que não deixou os trabalhos serem concluídos. Por que esconder isso tudo? A pergunta que quero deixar é esta: por que os Deputados defendem isso com unhas e dentes? Quem sabe quebramos o sigilo bancário do ISA? Há Deputado aqui que foi diretor do ISA e não quer de jeito nenhum que se quebre esse sigilo bancário, que se quebre o sigilo bancário dos Deputados.

Portanto, nós queremos, sim, fazer uma CPI com toda a transparência. E não tem isso de que queremos perseguir os indígenas. Nós queremos resolver o problema do indígena no Brasil, porque o PT não foi capaz de fazer isso em 12 anos. E nós vamos fazê-lo. Vamos apresentar uma proposta ao Governo e resolver a questão para os indígenas, e não para aqueles exploram os indígenas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PMDB já votou contra.



Como vota o Partido dos Trabalhadores?

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu fico muito assustada com tudo o que estou vendo, porque é uma lógica muito fascista.

Deputado, por que não estamos investigando a quebra do sigilo bancário do Sr. Edward Mantoanelli, que estava a serviço dos latifundiários? É antropólogo que foi expulso de instituições, porque estava a serviço. Ele não soube explicar nesta CPI como vive, e não se quebra o sigilo bancário dele. Por que não se quebra o sigilo bancário da empresa que forneceu um helicóptero para membros da CPI utilizá-lo? Por que não se quebra o sigilo bancário dos envolvidos na Operação Terra Prometida? Esses sigilos não são quebrados. Querem criminalizar o CIMI, a ABA, o ISA. Querem criminalizar essas instituições, porque elas defendem um Brasil para todos os brasileiros, e não um Brasil cheio de cercas que cercam a terra e o sonho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como orienta, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Por isso, o Partido dos Trabalhadores quer adiar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Partido dos Trabalhadores vota "sim".

Como vota o PSDB?

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, nós votamos contra o requerimento e a favor de que a reunião continue, para que possamos aprovar, sim, a quebra do sigilo. Aprovaremos também a quebra de sigilo em outras situações que tenham justificativa.

Agora, é preciso deixar claro e registrado que aqui tem havido um verdadeiro desfile de manifestações absurdamente demagógicas, como, por exemplo, a tentativa de rotular esta CPI como sendo para defender o latifúndio. Ora, eu nunca fui ligado a latifúndio, não tenho latifúndio e não sou filho de latifundiário. Sou filho de microprodutor.

Está muito claro que há aqueles que não querem que a CPI investigue. Isso, sim, é algo sob suspeição. O Brasil precisa acordar para isso. Vem alguém aqui e



desfila falando o seguinte: “*Quem investigar é contra os pobres e os índios*”. Ora, não estamos quebrando sigilo de índio nem estamos tendo nenhuma atitude contra pobre. Queremos quebrar sigilo de quem tem milhões, bilhões de reais. Por que todo esse interesse em impedir a quebra de sigilo? Tem que quebrar o sigilo e desmascarar essa quadrilha.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PSDB vota “não”.

Como vota o PP?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Pauta tudo, Deputado. Vamos pautar. Vota tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o Partido Progressista?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Nós achamos estranho que falem em Brasil, mas o dinheiro da Noruega, da Inglaterra e da Holanda, dinheiro estrangeiro, vem para o Brasil para financiar o quê?

Nós votamos “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSB?

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Sr. Presidente, esta Comissão precisa começar a respeitar as pessoas que nos assistem. Isso aqui é um circo. Não é possível quererem retardar a votação dessa quebra de sigilo. Vamos quebrar sigilo de todo mundo, Sr. Presidente. Essa conversa de helicóptero não é verdade. Eu acabei de saber da história desse negócio de helicóptero. Eu quero trazer aqui depois os documentos. Estão falseando a verdade. Não é verdade! O helicóptero é de uma empresa que cometeu crime ambiental. Horas desse helicóptero foram cedidas a uma prefeitura para pagar compensação. O Prefeito colocou-o à disposição. *(Manifestação no plenário.)*

Quantas vezes saíram desta Casa pessoas para ir lá ao meu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vamos ouvir! Vamos ouvir!

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Por favor, eu fiquei em silêncio quando V.Exas. estavam falando. Eu quero dizer mais uma coisa: quando



Deputados foram ao meu Estado incitar invasões, agora eu também quero saber como é que eles foram para lá. Várias comitivas desta Casa foram ao meu Estado incitar a briga, a violência, quando queríamos a paz. Nós queremos a paz. O CIMI tem gente boa, mas tem muita gente ruim também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encerrado o seu tempo, Deputada.

Como vota o PSB?

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - O PSB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota do DEM?
(Pausa.)

Como vota o PRB? (Pausa.)

Como vota o PDT? (Pausa.)

Como vota o SD? (Pausa.)

Como vota o PTN? (Pausa.)

Como vota o PSC? (Pausa.)

Como PPS? (Pausa.)

Como vota o PHS? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - Sr. Presidente, é a segunda vez que V.Exa. não consulta o PCdoB. Está lá na lista.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O PPS, Sr. Presidente. V.Exa. falou muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu vou chegar no PCdoB, por favor.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - Na outra vez, eu não fui consultado. Vou ser consultado agora ou depois? Pode ser agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sim. Pode falar. Fique à vontade.

V.Exa. tem a palavra por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, eu só estou aqui para informar, apesar de ser um Deputado novato, do interior do Brasil, que não vou entrar neste debate: se adia ou não adia, quem convoca. Vou apenas pedir aos Deputados, se quiserem, até porque quem



não deve, não teme, que assinem o nosso requerimento solicitando a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos membros da CPI. Está aqui na minha mesa. Vou protocolá-lo após o término da sessão. Para os Deputados que tiverem interesse, está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PSC? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - PSOL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PPS?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu acho que podemos aqui fazer um acordo que seja bom para todo mundo. Quem não deve, não teme. A minha argumentação não é que não se quer quebrar o sigilo das entidades. Agora, o que não dá é fazer isso a partir de uma perspectiva de perseguição, de coação, que é o que está acontecendo nesta Casa.

Se os Parlamentares se unirem, votarem os 14 requerimentos... Então, vamos lá, vamos aprovar tudo e quebrar o sigilo de todo mundo. Está certo. Esse seria o caminho mais adequado, mas não se quer isso, Sr. Presidente. O que se quer é selecionar, por exemplo, as quatro instituições de maior credibilidade, de maior trabalho no Brasil, com o argumento de que recebem dinheiro do exterior.

Quando se recebe dinheiro do exterior é porque tem credibilidade. Esse dinheiro vem pelo Banco Central. O COAF, que é uma instituição fazendária, faz o acompanhamento. Não vem de forma aleatória. Está lá exposto. Todas essas entidades, ao contrário dessas dos 14 requerimentos, têm suas prestações de contas claras na Internet.

Então, não há o que se fazer. O que é mais grave: quebra-se o sigilo sem nenhuma diligência, sem convocar alguém dessas instituições para vir aqui prestar esclarecimentos. Não se faz uma quebra de sigilo sem suspeição de crime.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tempo concluído, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Qual o crime dessas instituições? Não há nenhum crime. O STF, inclusive, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, está concluído o seu tempo.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Já finalizando, quando há o deferimento, pede-se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A senhora pode usar o tempo de Líder depois.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Vou já usar.

Pede-se uma argumentação profunda. Não se tem o que tem aqui. É recorte de Internet.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o seu voto, Deputada? Responda para eu não cortar a sua palavra.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nós somos favoráveis ao adiamento da votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PHS? (*Pausa.*)

Como vota o PROS? (*Pausa.*)

Como vota o PV? (*Pausa.*)

Como vota o PEN? (*Pausa.*)

Como vota o PMB? (*Pausa.*)

Como vota o PRP? (*Pausa.*)

Deputado Edmilson Rodrigues, pelo PSOL. Embora não haja nem um membro para V.Exa. orientar aqui, eu vou ouvir a sua orientação, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Afirmando que não é a favor. E o § 2º do art. 192 garante a palavra ao Líder ou a alguém por ele indicado. Portanto, tenho a indicação do meu Líder.

Quero apenas dizer que há aqui uma celeuma feita com certo teor de perversidade. Essa história sobre receber recursos federais não é crime. A nossa querida Deputada do PPS deixou isso muito claro, porque aqui a Monsanto e outras multinacionais financiam campanhas e ninguém reclama, uma empresa privada cede helicóptero... Por mais que haja uma versão aqui, que tem de ser avaliada, agora há necessidade de investigar, porque há duas versões. As duas têm que ser respeitadas, para que nós saibamos, definitivamente, qual é a verdade maior, porque ninguém deve estar mentindo.

Então, por ser o CIMI um órgão da Igreja Católica — a Igreja Católica é um Estado, o Vaticano é um Estado —, qual seria o problema se uma organização não



governamental da Holanda ou da França decidisse apoiar um projeto do CIMI em defesa dos povos indígenas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Terminou o seu tempo, Deputado. Lamento. É para orientar.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sou a favor do adiamento desta votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Todos tendo orientado, está em votação.

Os que concordam com a retirada de pauta se manifestem — os que concordam; os que não concordam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem.

Acabamos de votar adiamento de votação...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Foi favorável. Ganhou a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sim. Foi claro o que eu disse aqui.

Quer pedir verificação, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não sei o resultado, Presidente. Tem que anunciar o resultado primeiro.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Verificação, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Tem que primeiro anunciar o resultado. O resultado foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está rejeitado o adiamento de discussão.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, peço verificação! A votação foi clara, Presidentel!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A votação foi clara, Presidente. Peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Olhe as notas taquigráficas.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Verificação! Verificação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu disse: os que...



Verificação. Vamos para a votação. Verificação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ganhamos na votação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Claro que não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ah, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu deixei claro na votação: os que concordam com a retirada de pauta...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Que se manifestem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, quem preside é V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem. Verificação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Quem proclama o resultado é o Presidente. Agora...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para começar, o Sr. Edmilson não vota, não é membro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Nove contra quatro e vocês ganharam? Está bem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT muda para “obstrução”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tendo sido votado o requerimento de adiamento da discussão e rejeitado, foi pedida a verificação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT obstrui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - PT em obstrução.

Vamos para a votação nominal.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Os que não concordam com a retirada de pauta votam “não”; os que concordam votam “sim”.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, quem pede a verificação, pelo Regimento, tem que manifestar a presença. É bom que fique claro isso para não haver nenhuma dúvida depois. O Regimento é claro sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada Erika Kokay.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não se pede verificação sem estar presente. Para efeito de quórum, isso já fica assegurado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT em obstrução.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - Sr. Presidente, PCdoB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - PCdoB em obstrução.

(Pausa.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, as pessoas que aqui estão presentes já votaram. V.Exa. poderia encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Heinze) - Tem prazo ainda.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E qual é o prazo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Heinze) - Vamos dar um prazo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Qual é o prazo?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O Presidente não pode votar, só pode dar o voto de Minerva.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Qual é o prazo?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O prazo é o começo da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Heinze) - Próximo de 1 hora.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É evidente que vários colegas, em razão da obstrução, ausentaram-se da sala, mas estão na Casa. Eu já recebi vários telefonemas de colegas que estão na Casa e que saíram em razão da obstrução obstinada, que eu respeito. Mas, óbvia e regimentalmente, eles estão em condições de votar e estarão aqui dentro de alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Heinze) - Às 14h30min, encerraremos a reunião, se não houver quórum.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nossa, que absurdo! Que absurdo! E ainda se ri disso.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, gostaria de ter a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Heinze) - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer à Casa, aos colegas Deputados, nesse período de votação, que um



projeto de minha autoria, de nº 6.268, de 2016, que trata da normatização e do controle da fauna brasileira.

Algumas entidades, como o Greenpeace e outras, estão distorcendo totalmente o nosso projeto, que visa regulamentar uma situação muito importante, com o objetivo de conservação da fauna silvestre, da fauna exótica do Brasil. A nossa Constituição e a legislação brasileira determinam que, quando se perde o controle de algum animal, é possível fazer o abate através de decisão dos órgãos ambientais, porque essa perda de controle de certos pode trazer dificuldades quanto sanitárias e econômicas. É o caso do javali europeu, que hoje traz muitos prejuízos para a agricultura brasileira, colocando em risco a sanidade dos nossos rebanhos de suínos e aves. A respeito disso, nós precisamos fazer um controle sustentável.

Dentro desse processo, nós pretendemos regulamentar as questões relativas a esse setor, uma vez que até hoje não existe uma legislação específica. A que existe é extemporânea, não possibilita o controle, até porque essa decisão diante de um quadro de desequilíbrio...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Quando a Deputada Erika Kokay parar... É só ela que fala!

Continuo, Presidente. Quando nós temos esse desequilíbrio sobre os animais, nós temos que buscar uma ação do Governo, porque é responsabilidade do Governo fazer esse controle. E hoje nós realmente estamos sem uma legislação pertinente nesse processo.

Por isso eu fiz esse projeto. As pessoas que não leram o projeto não sabem do que se trata. Ele é fruto de um trabalho técnico aprofundado, que visa uma solução para essa situação. Essas pessoas criticam, chamam-nos de tudo que é adjetivo, sem saber exatamente que o Brasil precisa ter uma legislação.

Nós temos aí o contrabando, o comércio ilegal de animais silvestres e exóticos. Há um descontrole total. O IBAMA e demais órgãos ambientais não têm qualquer controle sobre os Centros de Triagem de Animais Silvestres — CETAS, para onde são recolhidos os animais que são apreendidos em decorrência de ilegalidade. Esses animais são apanhados e devolvidos à natureza. Mas esses



CETAS, realmente, são cemitérios de animais, porque lá os órgãos ambientais não têm nem como tratar esses animais.

Então, nós temos que trabalhar esse processo. A tendência...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Presidente, quero usar da palavra também!

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - As questões... Presidente, por favor, eu gostaria de ser respeitado aqui, porque eu estou com a palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Estou me inscrevendo, Presidente.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - A Deputada podia nos respeitar por 1 minutinho, já que não o faz tantas vezes, para que nós possamos concluir o nosso pensamento.

Quero dizer que o Brasil precisa, urgentemente, ter uma legislação de controle sustentável dos animais silvestres no País, dados os desequilíbrios que ocorrem.

Aí, uns dizem: *“Não, mas nós não podemos combater o morcego hematófago porque ele combate insetos”*. Mas, por outro lado, transmite a raiva. *“Nós não podemos combater o javali europeu porque é um animal que está aí, na natureza”*. Mas, por outro lado, ele causa prejuízos econômicos e leva doenças aos nossos rebanhos.

Nós temos que realmente nos debruçar sobre essa situação, buscar uma solução técnica — técnica, e não ideológica! — nesse processo. E as pessoas que não conhecem esse projeto, por favor, leiam, estudem, discutam, porque ele está aqui, tramitando nesta Casa.

No caso do Código Florestal, havia uma grande polêmica, mas nós conseguimos chegar a um acordo. E o Código Florestal brasileiro hoje está servindo, e muito, para o Brasil, é uma dos maiores programas de reflorestamento e ambiental do planeta. Por que não podemos ter aí, então, um sistema?

Nessa questão, qual é a liberação de abate que nós estamos autorizando com o projeto? Somente para aqueles que precisam disso para a sua sobrevivência, como é o caso dos índios, dos ribeirinhos, das comunidades tradicionais.

Uns defendem que os indígenas têm que voltar para as aldeias e ficar lá, num sistema que não tenha relação com a sociedade moderna, e viver da caça e da



pesca. Outros dizem que o indígena não pode caçar e não pode pescar. Vejam a incoerência deste Brasil.

A única situação em que nós estamos dizendo que poderá haver o abate é aquele mediante autorização do órgão ambiental. No outro lado, o abate é quando há descontrole, como é o caso do jacaré no Pantanal, que está acabando com os peixes. É também o caso do javali, que está acabando com a nossa fauna e a nossa flora, porque ele é onívoro, come animais e plantas. E nós precisamos resolver essa situação.

Então, eu queria fazer um apelo aqui, da Comissão de Agricultura, para que as pessoas busquem esse projeto, estudem e venham discutir conosco. E não fiquem falando besteira, inclusive o Greenpeace, que fica dizendo que nós estamos autorizando a caça profissional, o assassinato dos animais.

Eu queria saber exatamente o que o Greenpeace faz de real e quem está por trás do Greenpeace, quem financia o Greenpeace para fazer todo esse barulho que está por aí. Eu acho que seria bom até nós fazermos um requerimento. E vou fazer um requerimento de informação para saber como são os recursos que vêm para o Greenpeace e onde são aplicados.

Aqui nesta Comissão ninguém é contra que lá de fora se mande dinheiro para as ONGs fazerem o trabalho aqui, desde que elas façam um trabalho, realmente, transparente e legal. Agora, quando esse dinheiro vem para cá, de outros países... E tem que se saber também o porquê de esses países tão bonzinhos mandarem esse dinheiro para cá, qual é o interesse que está por trás disso? E tem que se saber também se eles realmente aplicam esse dinheiro que vem lá de fora em benefício dos indígenas, para melhorar a qualidade de vida dos indígenas, para fazer com que eles, realmente, tenham uma condição humana, tanto na área da saúde, como na da educação. Temos que saber se esses recursos não são desviados. Nós queremos saber, através da CPI, de onde esses recursos vêm.

Por isso, está aqui este trabalho, e queremos que haja a quebra de sigilo, exatamente para ver de onde é que vêm esse dinheiro das comunidades internacionais de toda a Europa. Nós temos vários países que fazem isso. E queremos saber se esse dinheiro, realmente, é aplicado para a qualidade de vida, para o bem-estar dos indígenas.



Esta é a questão que está por trás, que muitas pessoas que vivem, que exploram o índio, não querem que nós esclareçamos dentro da CPI.

Era isso que eu queria deixar registrado aqui. Lamento que as pessoas critiquem um projeto importante desta Casa — que nós apresentamos — sem conhecimento de causa. Precisamos discutir com profundidade e aprová-lo, sim, porque o Brasil precisa do controle da fauna silvestre e exótica de todo o País.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada Erika Kokay, eu queria apenas alertar para o fato de que os Parlamentares em obstrução que usarem da palavra terão computada a sua presença.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas não a votação. A presença está constatada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não. Está contada no quórum.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não a votação! Não a votação! Não a votação!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - No quórum, sim.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, Sr. Presidente. De forma alguma! No quórum, sim; mas estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - No quórum, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - No quórum, sim.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Estamos em obstrução!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Na votação...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente! Quantas vezes... Isso é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu estou falando...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É um absurdo o que V.Exa. está falando! Nós estamos presentes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Os que falarem...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não estão contando para a votação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas eu não disse que está. Eu nunca disse. V.Exa. está, desde a manhã, com o ouvido muito aguçado. Eu jamais disse isso! Eu disse que conta para o quórum.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Conta para o quórum, mas não o quórum de votação; o quórum de presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O quórum de presença.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O quórum de votação, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu acabei de escutar o maior e mais profundo “sincericídio”, porque acabei de escutar uma fala longa que dizia o seguinte: *“Temos que investigar também o Greenpeace, porque ele está divergindo, está me atacando e atacando um projeto de minha autoria”*. É um “sincericídio”. É a morte, pela sinceridade, ou é o desnudamento da intenção de quebrar os sigilos bancários da ABA, do CIMI e ISA.

Em nenhum momento foi dito qual é o sentido e qual era a investigação com que a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico podem, efetivamente, contribuir para se descobrir algo que incrimine essas entidades. Não foi dito. Foi falado apenas sobre opiniões políticas.

Veja o que isso significa. Significa que eu utilizo o instrumento de uma CPI com todo o seu arcabouço para poder perseguir quem tem uma opinião que diverge da minha. Isso é o fundamentalismo. É o fundamentalismo! É o fundamentalismo daqueles que negam ao outro o direito de divergir ou, então, negam ao outro o direito de ser outro.

Eles pensam: *“A minha verdade é absoluta. As minhas propriedades são absolutas”*. São os que detêm a propriedade e os que são áulicos dos que detêm, sabujos dos que detêm, e transformam os seus mandatos em mandatos para apoiar o latifúndio, ainda que não sejam, talvez pelo desejo de sê-lo.

Quando nós falamos aqui de uma bancada ruralista, sabemos que muitos são os que estão defendendo a sua própria terra, o seu latifúndio. Outros são os que estão defendendo aqueles que têm a terra, porque são áulicos da lógica colonialista, dos colonialistas e dos latifundiários.



Então, portanto, o que nós escutamos aqui neste momento é isto: *“É preciso combater o Greenpeace, porque ele diverge de um projeto que eu tenho, ele tem uma interpretação de um projeto meu”*.

Acham que é preciso combater o CIMI porque ele defende as populações indígenas e *“as terras que eu quero que sejam minhas terras” — “minhas terras”!* Quer-se retirar do indígena a sua condição étnica. Há um etnocídio em curso, aliado ao epistemicídio, que é a negação do conhecimento indígena.

Indígena? *“Esses não existem. A minha verdade latifundiária e as minhas cercas são absolutas”*. É a lógica fundamentalista o que nós escutamos aqui, porque, em nenhum momento, em toda esta sessão, foi dito por que se quer quebrar o sigilo do ISA. Por que recebe dinheiro de fora? E nós precisamos saber quanto que recebe de fora? E como utiliza? Por que recebe dinheiro de fora?!

Outros dizem: *“São esses que têm milhões”*. E eu me pergunto: que milhões tem a ABA? Que milhões que tem a ABA? Que milhões que tem o CIMI?

Quem tem milhões é o que cede o seu helicóptero para membros da CPI, nos pequenos mimos. Mimos esses, inclusive, que já cassaram Parlamentares desta Casa. Mimos esses que já fizeram com que Parlamentares fossem presos. Mimos esses que passam a ser absolutamente normais, naturais.

“Não, nós vamos utilizar um helicóptero de uma empresa para poder fazer os trabalhos da CPI” — da CPI! É uma empresa investigada, aliás é uma empresa condenada e objeto de investigação desta CPI.

Aqui nós solicitamos que pudesse haver a quebra de sigilo bancário do senhor antropólogo que aqui disse que estava a serviço da bancada latifundiária, ruralista, ou bancada do boi desta Casa. Ele veio depor aqui. Ao vir aqui, o antropólogo não disse como se sustenta, não disse como sobrevive, não disse. Disse apenas que estava a serviço dos laudos encomendados pelo latifúndio, apenas isso. E aí como não se quer quebrar o sigilo de uma pessoa que veio aqui e mostrou uma série de inconsistências, inclusive disse de viva voz que tinha assinado um laudo mentiroso? Ele disse isso aqui. Ele disse que o laudo, com o qual não concordava, era mentiroso. Mas ele assinou. Assinou!

Dessa pessoa, desse antropólogo Eduardo, dessa pessoa não se quer que haja a quebra de sigilo bancário, nem fiscal, nem telefônico. Não importa. *“Importa*



apenas perseguir e investigar aqueles que têm uma posição que não é a minha posição”. Isso é ditadura! Isso é rompimento democrático. Isso é desconstruir um instrumento como a CPI.

Em nenhum momento, o CIMI veio aqui. O CIMI não veio aqui para que pudesse ser inquerido. Não veio! Apenas se quer quebrar o sigilo do CIMI porque se quer criminalizar quem defende indígenas, quilombolas, quem defende a democratização da terra, a função social da terra. Esses vão para o pelourinho.

Ah! que saudade esses ruralistas têm dos pelourinhos e os transformam e os constroem todos os dias simbolicamente. À população indígena, aos quilombolas eles querem o retorno literal aos pelourinhos. Eles dizem *“A terra que me pertence não pode ser daqueles que são seus verdadeiros donos”* — são seus verdadeiros donos!

Isso está desnudo. O fascismo perdeu a modéstia. A condição ditatorial perdeu a modéstia, está pululando por esta Casa, saltitando por esta Casa, saltitando nesta Casa. Ela está defendendo de forma ferrenha que sejam encobertas as empresas que devem ser investigadas por esta CPI, as pessoas que devem ser investigadas por esta CPI, mas *“os meus canhões, os canhões construídos com a lógica ditatorial, esses eu aponto para indígenas, eu aponto para quilombolas”*.

“Como ousam quilombolas e indígenas serem donos da sua própria terra? Como ousam? Como ousam carregar e empunhar a Constituição? De que vale a Constituição? Essa eu rasgo todos os dias, rasgo todos os dias para defender os interesses do latifúndio neste País, de 0,08% da população brasileira”.

E alguém aqui acredita que sem terra o indígena pode ser indígena? Pode ser indígena? Alguém aqui acredita que se pode manter viva uma etnia quando querem construir aqueles cercados? E dizem: *“Não, não! Aos indígenas? Deem-lhes uma cesta básica, deem-lhes assistência à saúde e sim! E pronto! E acabou! Mas não lhes deem condição de serem indígenas, não lhes deem a terra, porque a terra eu quero que fique nas cercas que cercam os latifúndios, e cercam também os sonhos, e cercam também a perspectiva de um país mais justo e mais democrático”*.

Então, nós estamos vencendo isso. E alguém nesta sessão, porventura, disse que era preciso investigar o CIMI. Por quê? Há uma suspeita de crime contra o CIMI? Alguém disse que era preciso investigar o ISA. Por quê? Há uma suspeita de



crime contra o ISA? Também disseram que é preciso investigar a ABA. Por quê? Há uma suspeita de crime contra a ABA? Ninguém disse isso! Disseram apenas que esses órgãos recebem dinheiro de fora e que, então, precisam ser investigados. Passou a ser crime receber dinheiro, dinheiro que é legalizado, dinheiro que é computado e que é objeto de profunda transparência neste Brasil.

Portanto, tudo está claro. Caem as máscaras. Os cenhos franzidos, os semblantes fechados, os semblantes raivosos apenas são um adorno do que está em curso nesta CPI, que é criminalizar os movimentos, arrancar terra de indígena, arrancar terra de quilombola e dar viva às cercas, aos bois, como se bois fossem mais importantes do que pessoas e como se este País pudesse ser democrático com tanta concentração de terra, de recursos e de poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado João Daniel.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, eu gostaria de lamentar a possibilidade de aprovação desses requerimentos. Eu espero que não haja quórum para essa votação final, que se adie.

Nós queremos, primeiramente, saudar com muito carinho todos aqueles missionários e missionárias que fizeram, durante toda a história do CIMI, esse grande trabalho de apoio e de compromisso com os povos indígenas no Brasil. Tive a oportunidade de conhecer o trabalho do CIMI em vários Estados e no âmbito nacional.

Quero dizer que levo a mais alta solidariedade a todos aqueles que perderam sua vida na luta em defesa dos povos indígenas, todos os batalhadores e batalhadoras. Lamentavelmente, isso não poderia estar ocorrendo aqui. Quero saudar todos que representam o ISA, em nome de todas as entidades sérias, honestas, que fazem um trabalho em defesa do meio ambiente, em defesa dos povos e das comunidades tradicionais.

Também quero saudar todos os que fazem o Centro de Trabalho Indigenista, todas as entidades. Na verdade, o que nós estamos acompanhando aqui é a tentativa de linchamento de todos aqueles que defendem os povos indígenas e as comunidades quilombolas, os mais pobres, os mais fracos, que lutam em nosso País.



Se não bastassem a história da discriminação, a história do abandono ao longo dos governos, os massacres e a dizimação dos povos indígenas, agora esta Comissão quer, a todo custo, o linchamento público, porque, se nós quiséssemos saber o que têm de recursos financeiros essas entidades, eu tenho certeza absoluta de que elas viriam com todo o prazer nesta mesa para falar, colocar a história de seu trabalho. Qualquer dúvida esta CPI tiraria, com toda a clareza. Mas o que se quer e o que nós estamos vendo é que a CPI, com interesses particulares, quer aprovar apenas os requerimentos de interesse daqueles que são contrários aos povos indígenas e aos quilombolas, para denegrir, para perseguir as lideranças e as entidades que defendem o povo trabalhador, em especial essas comunidades.

Quando se coloca a história da empresa Serra Grande Assessoria Agropecuária, que coloca em suspeita os dirigentes desta CPI, que usaram avião particular, os dirigentes desta CPI, o nosso Relator e o nosso Presidente deveriam pautar todos os requerimentos que aqui foram encaminhados pelos Parlamentares que desta CPI estão participando. Mas não, é direcionado. É direcionado com o objetivo de perseguir, com o objetivo de massacrar aqueles que lutam, aqueles que defendem os povos indígenas.

Por isso, nós não temos dúvida de que esta CPI já se iniciou com todo tipo de ilegalidade. Será mais uma que se encerrará sem nenhum trabalho, a não ser o de continuar fortalecendo uma história que prevaleceu durante séculos e séculos em nosso País, aquela em que o opressor oprime o oprimido e a casa grande massacra a senzala. É a isso que nós não daremos trégua. E denunciaremos nas ruas, na tribuna e em todos os cantos.

Quero lamentar que a CNBB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, neste momento se sinta perseguida, porque essas entidades, assim como o CIMI, são partes desse grande trabalho feito pelas igrejas, em especial a Igreja Católica.

Por isso, nós queremos lamentar e pedir o mínimo de bom senso para o Presidente e para o Relator quanto a tudo o que se quer. Eu duvido que estas entidades não viriam aqui se fossem convidadas para explicar algo que é duvidoso a qualquer membro desta CPI.

O que nós deveríamos apurar nesta CPI é o desvio de bilhões que os ruralistas do Brasil fizeram ao longo da história, as grilagens de terra que foram



feitas em nosso País e os milhares de assassinatos que continuam sendo feitos e que não são apurados e que não são investigados e que foram colocados nas gavetas, porque assim é que foi feita a vida inteira em nosso País com os povos indígenas, com os negros, com os quilombolas, com os posseiros e com os sem-terra. Por isso, nós queremos lamentar e dizer que essas entidades, certamente, vão sofrer todo tipo de perseguição.

Nós sabemos muito bem o que foi feito pela grande mídia, como a grande mídia tem se comportado quando se trata de defender os opressores da terra e aqueles que grilaram, aqueles que mandaram dizimar os povos indígenas. Nós queremos levar a nossa solidariedade a todos e a todas, em especial às entidades que lutam. Queremos dizer que o que vai ser feito e o que está sendo feito nestes quatro requerimentos hoje em debate para serem aprovados nada mais é do que continuar massacrando, perseguindo, denegrindo os lutadores e as lutadoras do povo brasileiro, aqueles que deram a vida, e a continuam dando, para construir uma Nação livre, justa e soberana.

Para encerrar, Sr. Presidente, o agronegócio brasileiro, aquele que exporta e produz, aquele que tem inteligência, deve estar neste momento se perguntando: por que aprovar esses requerimentos? Por que lançar uma onda de perseguição contra as entidades e os povos indígenas? Os nossos produtos internacionais e as entidades internacionais, hoje, amanhã e sempre, sem dúvida nenhuma, continuarão fazendo as denúncias dos maus tratos, das perseguições, contra os povos indígenas, contra as organizações que lutam em defesa dos nossos povos indígenas e quilombolas, e isso leva o prejuízo futuro das empresas que exportam.

Então, eu acho que, até do ponto de vista econômico, esta CPI é prejudicial ao próprio agronegócio que exporta. Eu acho que a bancada ruralista coordenada desta CPI não estava avaliando, não está pensando nas questões nem sequer econômicas. É a fome e a vontade de continuar tirando os índios das terras para que as empresas internacionais e multinacionais continuem devastando nossas terras, levando a riqueza, destruindo o maior patrimônio de um País, que é o povo, em especial as comunidades tradicionais e as comunidades indígenas.

Quero parabenizar a iniciativa do Deputado membro do Partido Comunista do Brasil e os demais e dizer que se for para quebrarmos o sigilo bancário e fiscal,



então que o façamos em relação a todos. Façamos um acordo e iniciemos por todos os membros da CPI. Todos os membros devem colocar seus dados à disposição, para, em seguida, fazermos um acordo sobre quais as empresas que a situação e a oposição querem investigar. Aqui temos quatro entidades. Quais são as entidades que o PCdoB, que o PSOL, que o PT quer. Aí, sim, esta CPI seria democrática, e nós daríamos a oportunidade para apurar, saber ouvir, defender e dar direito a todos à sua defesa. Por isso, se esta CPI é legal e quer fazer investigação, que seja democrática e abra para todas as iniciativas, de todos os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio, de acordo com a inscrição.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero de uma maneira muito serena, muito objetiva, fazer aqui uma reflexão com os demais colegas, até porque eu me dispus a participar desta CPI porque tenho absoluta convicção de que a FUNAI é um instrumento importante de política pública em defesa dos nossos índios.

Eu tenho absoluta clareza de que a nação, para que de fato possa ser uma nação de todos os brasileiros e para que possamos continuar nos orgulhando da condição de brasileiro, tem que respeitar todas as suas etnias e tem que garantir direitos a todos os cidadãos. Os nossos compatriotas, os nossos irmãos indígenas precisam, sim, de uma atenção, de um apoio, de uma valorização e, diria mais, porque própria Constituição prevê isto, de uma proteção.

Uma CPI como esta — desde o primeiro momento entendi e continuo entendendo assim — não se presta e não se prestará em nenhum momento a qualquer atitude contra os indígenas, muito pelo contrário. A atitude é a de defesa dos indígenas.

Então, que criminalização é essa que alguns desfilam aqui, insistindo que alguém, ou que esta Comissão, ou que algum Parlamentar queira fazer? Ora, é mais ou menos a mesma linha que faziam esses mesmos, que diziam no passado que não precisava haver CPI da PETROBRAS, por exemplo; que queriam criminalizar a PETROBRAS, como se nós não gostássemos da PETROBRAS.



Ora, o que se investiga e o que se aprofunda em um debate como esse não é contra a instituição ou aquela etnia; é na defesa, para que se apurem os crimes que se cometem contra essas pessoas ou instituições, quase sempre se associando a esse crime o desvio de dinheiro público, o roubo, a corrupção. Aqui há indícios de que não só há desvio de dinheiro público, mas há indícios muito fortes de desvio de dinheiro do Ministério da Saúde, por exemplo, colocado em grande quantia em instituições sem a devida prestação de contas, ou sem o devido esclarecimento sobre por que tanto dinheiro em determinadas instituições.

Há suspeição, sim. Quando da criação da CPI afirmaram que dinheiro vindo inclusive do exterior financiava ações que estimulam o conflito indígena com os demais compatriotas brasileiros. Portanto, o que se quer é evitar esse conflito. Se ele está sendo instigado, seja por quem for, a CPI tem que fazer a investigação. Se em um dado momento tem que quebrar sigilo... Aí eu volto a dizer que para quebrar o meu não precisa aprovar requerimento. Eu vou trazer e deixar à disposição de todos a cópia que fiz — não agora, mas na Legislatura passada e no início desta —, formalizei e protocolei na Procuradoria-Geral da República. O meu sigilo bancário, fiscal e patrimonial é permanentemente aberto.

E isso não é nenhuma vantagem, não estou me gabando disso. Transparência para o exercício da vida pública, para mim, é princípio fundamental. Agora, cada um responda por si. Não me parece nem razoável essa coisa de dizer que se vai pedir requerimento para quebrar sigilo de todos os Deputados. Cada um responda por si, e os eleitores que fiscalizem a ação de cada Deputado.

No entanto, se há a necessidade de esclarecimento sobre entidades que têm uma relação ou que participam ou participaram, em alguns momentos, de conflitos — conflitos que inclusive ceifaram vidas —, e se a investigação se faz necessária, deve ser feita sem distinção.

E, insisto, votarei a favor de que se coloquem outros requerimentos e de que se construam inclusive acordos para uma pauta mais objetiva, mais célere, talvez sem obstrução, com todos os requerimentos que tenham justificativa, obviamente. Para mim, não importa se dizem respeito a alguma entidade não governamental, a empresa, a pessoa jurídica ou a pessoa física. Havendo fundamentação, havendo sentido, havendo uma razão objetiva, votarei a favor. E me parece que qualquer



peessoa que queira ter uma posição coerente para com os brasileiros que estão nos ouvindo deveria votar a favor.

Ouçõ outros aqui dizerem: *“Estão querendo criminalizar essa ou aquela instituição!”* Acabo de ouvir alguém dizendo que a CNBB está se sentindo constrangida ou atacada. Eu sou católico, todo o meu eleitoral sabe disso. Respeito profundamente essa instituição secular e universal, mas não me dou o direito, por ser católico, de falar em nome da CNBB.

Nós temos partidos políticos que se acham meio donos da CNBB. Sei que há algumas raízes aqui ou acolá, mas tanto o Estado brasileiro é laico, como a nossa Igreja tem, por orientação do Sumo Pontífice, uma independência de natureza partidária.

Portanto, eu não caio nessa conversa fiada de quem vem aqui fazer discurso como se estivesse falando em nome da CNBB e, pior, querendo dizer que fala em nome da Igreja e que ela estaria sendo aqui perseguida. Fico imaginando o que pensaria o Papa Francisco, se ouvisse isso. O que pensaria desses que não querem permitir que a verdade seja esclarecida?

Como é que alguém pode falar em nome da Igreja, se teme a verdade? Como é que alguém pode dizer que está falando em nome dos pobres e dos índios, se teme esclarecer a verdade? Nós queremos apenas a verdade. Queremos apenas que se coloque uma luz sobre os fatos.

E é claro que a abertura de sigilo não significa criminalizar ninguém. Se fosse assim, eu, ao abrir o meu sigilo, estaria me comportando como um criminoso. Abre-se um sigilo para se ter conhecimento claro do que ocorre. E eu o fiz porque exerço representação pública.

Em tempos em que tentam nivelar por baixo, dizendo que todo político é bandido, eu não aceito essa pecha. Eu tenho seis mandatos de vida pública e nenhum processo, ou melhor, houve uma tentativa: o Lulinha resolveu me processar porque eu disse que ele teria que ser investigado. Houve Deputado que desfilou aqui na tribuna dizendo que eu era irresponsável de falar que os filhos do Lula deveriam ser investigados e que eu é que iria parar na cadeia. O tempo mostrou que eu estava com a razão. A Procuradoria-Geral da República mandou arquivar o processo.



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, encerre a votação. Já foram 45 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Portanto, Sr. Presidente, quando estamos do lado da verdade, não temos que ter medo nem esconder nada. É por isso que eu procuro ter transparência na minha vida pública e não tenho necessidade de sigilo.

Acho que uma instituição séria, ligada à Igreja Católica, não tem que ter preocupação com sigilo. Ainda assim, eu entendo que, uma vez quebrado o sigilo — e o Regimento desta Casa prevê isso —, não é para sair publicando aos quatro cantos e dando a esse sigilo ou a essas informações qualquer tipo de interpretação. Deve-se administrar esse sigilo mantendo o direito constitucional de preservar todos aqueles que foram investigados.

Portanto, o sigilo vai ser quebrado. E, se ali não houver nada de errado, como alguns já profetizam, que maravilha! Eu vou festejar. Mas, se houver algo de errado, como acabou se constatando na PETROBRAS...

As pessoas de bem, como o Deputado Patrus Ananias, que está aqui, festejam que hoje o Brasil esteja passando a limpo aquilo de errado que ocorreu, indiferentemente de quem esteja no comando. E ainda há muito que ser passado a limpo, concordo. E acredito que o Deputado Patrus Ananias tenha esse sentimento.

V.Exa., Deputado Patrus Ananias, é uma das referências que cito sempre, porque tenho um enorme respeito por V.Exa.

Não importa se é Michel Temer que esteja governando, nem importa quem venha a governar amanhã: nós não podemos viver num país em que tenhamos que fazer uma Lava-Jato para cada governo! *“Olha, vai acabar esta!”* Daqui a 10 anos — ou menos, quem sabe, daqui a 3 anos —, cria-se outra Lava-Jato, porque a permissividade para se continuar a cometer crime é uma regra no Brasil. Tem que mudar isso! A regra tem que ser esta: ser correto, honesto, transparente. A CPI é para isso, Sr. Presidente.

É curioso perdermos uma manhã, e talvez um dia, para tentar quebrar um sigilo bancário. Isso deveria ser voto de consenso.

Falou-se aqui sobre um helicóptero. Já veio uma versão de que o helicóptero está cedido judicialmente para a Prefeitura, com determinação judicial, para prestar



serviço; e que a Prefeitura o teria disponibilizado. Ora, se é isso, tragam isso de maneira formal, por escrito, assinado! E que seja disponibilizado para todos, com transparência e clareza.

Eu concludo dizendo que comungo com o acordo para que todos os requerimentos que tenham fundamentação adequada sejam votados, até em bloco! Quanto àqueles em que haja divergência, que também estes sejam votados. E se decida no voto!

Eu voltarei com a minha consciência. Se eu sentir que algum não tem fundamentação, votarei contra, porque entendo também que isto aqui não deve virar uma devassa irresponsável, o que nos levaria a uma Torre de Babel. Mas em tudo que haja fundamentação — e não importa se vai afetar alguém do partido A, B, C, D ou do meu partido —, que a CPI cumpra o seu papel.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, foram 50 minutos!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E parem com essa demagogia de dizer que quem tem que investigar acusações de crime está agindo contra os pobres, está agindo contra as minorias. Eu escutei isso com relação à PETROBRAS, com relação ao BNDES. Chega! O Brasil não suporta mais que, toda vez que alguém queira investigar alguma coisa errada, venha alguém dizer: *“Estão se voltando contra as minorias. São as elites!”* A conversa era esta: quem estava contra o mar de lama que se instalou no Brasil eram as elites, que queriam derrubar o Governo. Hoje está aí, a Operação Lava-Jato provou isto: a PETROBRAS só não quebrou porque acordamos a tempo. Mas roubaram demais este País. Chega!

Estão roubando os índios. E não estão roubando só dinheiro, mas também a oportunidade de uma vida digna. Usam esses cidadãos, esses seres humanos, que são figuras especiais, com uma cultura maravilhosa, usam-nos para roubar ou fazer proselitismo político.

Aliás, eu vejo pessoas que só têm voto em capital se colocarem como grandes defensoras de determinadas causas, atacando os ruralistas do Brasil inteiro. Provavelmente, onde colhem votos, ninguém deve plantar um pé de alface!

O povo das capitais precisa acordar e deixar de aceitar esse tipo de exploração demagógica de alguém que, sob o pretexto de que o seu eleitorado é só da capital, crê que pode, de maneira sistemática, agredir quem planta, quem



trabalha, quem sustenta este País. Chega desse tipo de demagogia! Espero que o eleitor que nos acompanha se torne vacinado contra isso, repudie esse tipo de exploração de quem quer bater em produtor rural, pensando o seguinte: *“Eu não vou precisar de voto de produtor rural, porque eu sou votado na capital”*. Parem com isso! As pessoas da capital vão começar a rejeitar esse tipo de atitude criminosa contra o Brasil. Nem se pode acusar todos os produtores, nem se pode acusar aqueles que não são produtores. São seres humanos, são pessoas que devem ser respeitadas, cada uma na sua posição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está sendo seguida a ordem de inscrição, Deputado. Há mais dois Deputados na sua frente.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu me alio ao que o Deputado Domingos Sávio acaba de dizer. Nós estamos num momento do País em que se procura passar a limpo tudo o que nos surpreendeu em relação à manipulação e à fraude com o dinheiro público.

Nesta CPI, que apura fatos relacionados não apenas à FUNAI mas também ao INCRA, nós temos documentados o relatório e a investigação procedida pelo Tribunal de Contas da União. Só aquilo já é uma demonstração cabal e definitiva de que esta CPI tem sua razão de ser.

E, com esse instrumento da quebra de sigilo oportunizado a esta CPI — ou seja, dispomos do mesmo instrumental de que dispõe um juiz para responsabilizar aqueles que agem à margem do direito, aqueles que cometem delitos —, nós estamos procurando descobrir efetivamente onde foram parar esses tantos milhões e milhões, para não falar em bilhões, desviados.

Eu participei, como Relator, da CPI dos Correios. Essa mesma grita eu testemunhei lá, uma dificuldade permanente a que se buscasse a verdade. Há aqueles que buscam impedir que nós saibamos o que efetivamente ocorre por trás das cortinas com o dinheiro público, o dinheiro suado, aí sim, dos pobres e dos índios, que lamentavelmente servem de massa de manobra para aqueles que



nababescamente, como os documentos comprovam, vivem e sobrevivem da incitação ao conflito. Nós temos certas instituições e certas ONGs que só se justificam enquanto nós tivermos o conflito. E daí essa dificuldade toda que é apresentada.

Não vejo nenhuma instituição que possa ser imune a investigação. Já se disse aqui que, quando se iniciou a investigação da PETROBRAS, a grita foi assemelhada, a obstrução foi no mesmo nível. Mas por quê? Por que nós que temos duas grandes e primaciais razões de ser, legislar e fiscalizar, quando fiscalizamos ou pelo menos pretendemos fiscalizar, encontramos todos esses óbices, todas essas dificuldades, todos esses obstáculos que estamos testemunhando aqui? As pessoas poderiam estar produtivamente trabalhando, quiçá, até em outro assunto! Nós não evoluímos, nós não avançamos, ficamos em discussões paralelas.

É bom que a população brasileira saiba que há quem dificulte que nós possamos chegar à verdade. *“Ah, mas eu quero investigar mais esse assunto”*. Tudo bem, haverá oportunidade para outros assuntos, para outras pessoas! Mas nós estamos com uma pauta posta e com um quadro definido para que nós decidamos sobre esses requerimentos. Por que, para votar estes requerimentos, nós temos que submetê-los antes a uma dificuldade, no sentido de que se deva incluir este ou aquele?

Nenhum dos Parlamentares aqui tem o intuito de ocultar aquilo de que dispõe, os seus bens, enfim, como usa os seus recursos. Agora, em toda CPI, basta fazer uma busca, e se observará isto: não queremos que se quebre o sigilo de todos os Parlamentares. Esta CPI não tem absolutamente nada a ver com a conduta dos Parlamentares. Ela tem uma razão de ser. Eu não tenho dificuldade nenhuma e também publicamente coloco à disposição todos os dados que eu possa ter, todos os sigilos que eu tenha, só que acho uma manobra muito baixa, muito rasteira, uma manobra insistente de quem, quando perde os argumentos, começa a industrializar, começa a criar situações paralelas, de sorte a impedir que nós avancemos.

Esta CPI tem uma razão de ser, sim, e não é perseguir indígenas. Eu fui também Relator da PEC dos Indígenas, a PEC 215. Nunca foi meu objetivo dificultar; ao contrário, nós queremos que definitivamente os índios sejam protegidos. E esses milhões e milhões de reais que nós vemos nos documentos, nós



os queremos no concreto, na realidade. Que eles efetivamente alcancem os nossos índios, que mal sobrevivem, maltrapilhos, adoentados! Reportagens e reportagens são demonstrativas de como são maltratados esses indígenas que, aparentemente, estariam tão bem protegidos pelas nossas instituições.

Nós estamos iniciando um Governo em que nós acreditamos, com uma mudança recente em relação à condução da FUNAI. E nós temos esta expectativa, com certeza, de que nós iremos possibilitar aos indígenas aquilo que durante esses anos todos eles não tiveram: uma vida digna. Isso significa, no mínimo, o direito a uma habitação e a uma alimentação que correspondam a uma sobrevivência — e eu nem diria “a uma vida normal”, porque o que hoje eles têm é absoluta dependência. É bom que se diga que existem muitas pessoas efetivamente dedicadas à causa indígena, mas não há quem possa ocultar que também há muitos aproveitadores, muitos que se valeram desses recursos, que nós sabemos nababescos. E nós queremos saber como foram empregados. Eu não vejo por que alguém que tenha recebido... Isso é uma obrigação legal. Já se disse tudo que estou falando aqui. É uma obrigação legal, uma obrigação constitucional até: quem tem recursos públicos deve, sim, franquear que se saiba como isso tudo é utilizado.

Por isso, eu lamento que nós estejamos nos aproximando do ponto final e talvez não tenhamos tempo e número suficiente para avançar nesta CPI, para que tenhamos possibilidade de acesso a dados que são fundamentais para que a Comissão seja efetivamente produtiva.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nós lamentamos, nós que conhecemos a agricultura e conhecemos o País inteiro.

Eu participei de uma Comissão Externa na Raposa Serra do Sol. Deputados petistas e de todos os outros partidos participaram. Tínhamos um laudo, tínhamos uma posição, e ouvimos a posição dos indígenas, da grande maioria dos indígenas, favorável ao tipo de demarcação. Os abusos que estavam ocorrendo lá — nós participamos e assistimos — está nesse relatório. O hoje Senador Lindbergh Farias



era o Relator dessa Comissão, e o Deputado Moacir Micheletto era o Presidente. Nós participamos e vimos. E ali está, no relatório, a posição que os índios defendiam, e é a mesma que nós defendíamos.

Conheci também o caso lá de Rondônia, um processo que aconteceu lá, dos índios cintas-largas. Para os senhores terem uma ideia, colegas, as maiores reservas de diamante do mundo praticamente estão lá em Rondônia, onde víamos aqueles índios. O mesmo que nós, uma Comissão de Deputados, discutimos e apresentamos no nosso relatório estava também no relatório de uma Comissão de Senadores. Relatava-se o abuso que meia dúzia de caciques cintas-largas estavam fazendo com o dinheiro dessas reservas de diamante lá, ao venderem diamantes. Nós fizemos esse depoimento. Infelizmente, as coisas ficam por aí.

Há esses dois casos, mas vou citar um terceiro caso, do Rio Grande do Sul. Eu mesmo, Deputado Nilson Leitão, fiz uma denúncia: 33 mil hectares arrendados para brancos, em oito reservas indígenas. Só um cacique, chamado Antônio Ming, na localidade de Nonoai, arrenda 8 mil hectares. Qual é o latifundiário que tem 8 mil hectares? Pega dinheiro de soja, dinheiro de milho, dinheiro de trigo — são alguns milhões —, arrendando para produtores inescrupulosos. Nós já condenamos também esses produtores. E o que faz o cacique? O dinheiro é para si. Os índios da tribo dele vivem com bolsa-família, pedindo apoio para a Prefeitura para poderem sobreviver. Vivem miseravelmente.

Eu estou citando três casos, Rondônia, Roraima e Rio Grande do Sul, mas isso vale para o Brasil inteiro. Os índios que nós defendemos são a imensa maioria dos índios. Não somos contra os índios, jamais! Agora, estamos com esta situação, em que vemos denúncias.

Por isso, Deputado Alceu Moreira, esta CPI está hoje tentando quebrar o sigilo bancário, porque essas entidades — CTI, CIMI, ISA — recebem dinheiro estrangeiro. As maiores reservas de água doce estão no Brasil. As maiores reservas de florestas estão no Brasil. As terras agricultáveis estão no Brasil.

Deputado Nilson Leitão, V.Exa. é lá do Centro-Oeste. O Estado de Roraima, por exemplo, hoje está 60% ou 70% inutilizado com reservas indígenas, com áreas de preservação, etc. Trata-se de um Estado potencialmente riquíssimo, que equivale ao Estado da Flórida, nos Estados Unidos. Imagine que o que se pode fazer naquele



Estado dos Estados Unidos, pode-se fazer em Roraima. E eu não consigo utilizar o Estado, porque há segundas intenções, sim!

Lá em Pacaraima, eu vi até uma índia, que era Prefeita daquele Município, e a população toda — 90% descendentes de índios — falando assim: *“Fora, esses padres italianos! Fora, esses padres alemães! Fora, esses padres não sei o quê!”* Criticavam o abuso que estes estavam fazendo. E quem estava junto com esse pessoal lá? Estava o CIMI, estava o ISA, estava o CTI, enfim, essas entidades. Os próprios índios estão dizendo isso.

Então, nós não somos contra. Nós ouvimos colegas aqui dizerem que nós somos contra os índios, que nós somos latifundiários. Pelo amor de Deus, nós é que fizemos este País andar! Portanto, o que nós lamentamos é que tenham essa intenção e não queiram, como disse o Deputado Osmar Serraglio... Falavam ontem na CPI da PETROBRAS, e está havendo esse escândalo mundial! Falavam lá atrás, na CPI dos Correios, e eis o que estamos assistindo neste momento! Portanto, aqui ocorre o mesmo.

O que nós queremos? Abrir as contas. Que se abra de quem quiser, não apenas para saber de helicóptero! Saibam de quem quiserem. Votamos agora. Depois, pode colocar essa matéria para ser votada também, não há problema. Vamos acompanhar.

Portanto, nós estamos vendo — e ficamos tristes com isto — que o Brasil que produz, o Brasil que dá certo, é repudiado por certo grupo de Parlamentares desta Casa. Ontem criticavam os banqueiros, criticavam as multinacionais. Hoje eu não ouço mais críticas a banqueiros nem a multinacionais. A quem se dirige a crítica hoje? Aos produtores rurais, justamente aquele setor que ainda está sustentando este País.

Se o Brasil está em dificuldade, o Presidente Michel Temer, coerentemente, com a equipe econômica, com o Ministro Blairo Maggi, com o Ministro José Serra, enfim, com um grupo de Ministros capacitados, vamos dizer assim, está endireitando o País. Nós vimos, no último trimestre de 2016, o País dando sinais de melhora. Agora, no início de 2017, o País dá sinais de melhora, para que comece um plano de recuperação. Vamos levar anos para recuperar a situação do Brasil.



Portanto, nós estamos ouvindo gente falar agora dos latifundiários e dos agricultores. Ontem, eram os banqueiros. Os banqueiros hoje têm os maiores lucros da história do Brasil, e isso aconteceu com o Presidente Lula e com a Presidente Dilma. Os bancos nunca ganharam tanto no Brasil como nesse período. Falavam das multinacionais; eu não ouço mais se falar das multinacionais. Agora falam de quem? De quem está sustentando este País, que é a agricultura, a pecuária e a produção. Não interessa se é o pequeno produtor, o médio produtor, o grande produtor: são eles que estão sustentando o País!

Neste momento, Deputado Dilceu Sperafico, no seu Paraná ou no meu Rio Grande do Sul, o que aconteceu aos produtores de trigo, que começaram a colher em setembro, outubro e novembro do ano passado? O trigo desse pessoal foi vendido a 27 reais ou 28 reais. E eles continuam firmes, produzindo.

Neste instante, na produção de milho — e estivemos agora com o Governador Sartori na abertura da colheita de milho no Rio Grande do Sul, há duas semanas —, o pessoal está desesperado, vendendo o milho a 26 reais, com o custo de 34 reais ou 35 reais. Esse pessoal joga semente na terra, esse pessoal enfrenta multinacional, esse pessoal enfrenta banqueiros, esse pessoal enfrenta estas ideologias trabalhistas, quilombolas, indígenas, MST. É tudo para cima deles! Acaba não dando certo.

Portanto, eu acho que é extremamente importante que nós tenhamos respeito com aqueles que geram riquezas neste País, com aqueles que estão levando o alimento à mesa do povo brasileiro, para que possamos, de certa forma, seguir em frente e fazer com que este Brasil dê certo. Este Brasil vai ser consertado, seguramente, pelo Presidente Michel Temer e sua equipe. E nós estamos fazendo a nossa parte.

E aqui há uma parte da história do Brasil que nós queremos que seja investigada. Infelizmente, muitos não querem que nós façamos essa investigação. Isso é extremamente importante para este Brasil que dá certo, para este Brasil da agricultura, para este Brasil do comércio, para este Brasil da indústria, para este Brasil desses trabalhadores que de certa forma fazem parte desse processo. Tudo é um conjunto, e eles são participantes conosco desse processo.



Portanto, Deputado Nilson Leitão e Deputado Alceu Moreira, temos que seguir adiante. Lamentamos que nós, já no adiantar da hora, não possamos ter encerrado com a aprovação desse requerimento. Mas seguramente nós vamos fazer com que essas contas sejam abertas, porque, afinal, quem não deve não teme.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, hoje está em discussão aqui a quebra de sigilo de quatro instituições importantes do Brasil, a do ISA, do CTI, do CIMI, que é a pastoral indigenista da Igreja Católica, e da Associação Brasileira de Antropologia. Essas instituições publicam os seus relatórios financeiros anualmente, passam por auditorias independentes, e, quando se utilizam de recursos públicos para desenvolver os seus projetos, têm os convênios também auditados pelo Tribunal de Contas da União. No requerimento que está aqui em discussão, não há nenhum motivo que justifique a quebra de sigilo bancário e de sigilo fiscal.

Sr. Presidente, o requerimentos é diferente de outros requerimentos que estão nessa mesa, aos quais se deu entrada nesta CPI, requerimentos que pedem, por exemplo, que se traga para a CPI a ACRISSUL, a FAMASUL, que têm acusação e têm processo de financiamento através da Gaspem Segurança, de financiamento de milícias que estão assassinando os indígenas, por exemplo, no Mato Grosso do Sul.

Há Deputados aqui que sabem disso, tanto é que Deputados vieram, pediram para fazer diligência lá no Mato Grosso do Sul e usaram helicóptero de empresa que também é acusada e deveria estar sendo investigada aqui na CPI. Então, os Deputados que viajaram ou os seus funcionários que viajaram nessas empresas não têm coragem de vir aqui.

O SR. DEPUTADO MARCON - Deputado Nilto Tatto, o tempo que S.Exa. estabeleceu para encerrar chegou, às 14h30min.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu já tinha pedido para encerrar a votação.



O SR. DEPUTADO MARCON - S.Exa. estabeleceu que deveria encerrar às 14h30min; já são 14h30min. A Mesa disse isso.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu já tinha pedido para encerrar a votação.

Alguns Deputados aqui falaram que não temem nada. Falam ao microfone que não temem nada e querem abrir o sigilo, no entanto trabalham nos bastidores para não serem pautados aqui na CPI. Então, têm medo.

Também não vêm para esta CPI investigar, por exemplo, o Sr. Marino José Franz, que é processado pela Polícia Federal por ser operador de um esquema de venda de lote no Mato Grosso que envolve inclusive Parlamentares desta CPI. Isso não vem para cá.

O SR. DEPUTADO MARCON - Deputado Nilto Tatto, espere só um pouquinho. O Presidente falou primeiro que a reunião duraria mais uma hora e meia.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, já está na hora de acabar.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Peço também que se encerre esta sessão, na medida em que não tem quórum, porque está claramente demonstrado que há Parlamentares que têm vergonha de votar a abertura de sigilo de instituições tão importantes como estas que estão colocadas aqui, de quebrar o sigilo bancário de um arcebispo.

Esta CPI quer quebrar o sigilo bancário do Arcebispo Dom Roque, lá de Rondônia. Por aquilo que significa a quebra de sigilo numa CPI, pelo valor simbólico disso, V.Exas. acreditam que o Bispo é bandido? É nisto que V.Exas. acreditam? No entanto, V.Exas. têm outros bandidos que estão pautados nesta CPI, para os quais V.Exas. não colocam requerimento.

Então, eu peço a V.Exas. que coloquem a mão na consciência e revejam a atitude que estão tomando agora, ao querer quebrar o sigilo bancário de pessoas sérias, de pessoas importantes na luta dos direitos dos indígenas, só porque V.Exas. são contra esses direitos, por interesses particulares, por interesse daqueles que V.Exas. representam aqui. V.Exas. querem quebrar o sigilo de instituições que colocam os relatórios na Internet, relatórios que são submetidos a auditoria externa.



Se V.Exas. querem saber onde são aplicados os recursos dessas instituições, basta olhar na Internet, que tudo está lá. Basta pedir para essas instituições, que elas mandam para cá. Não o simbolismo de se quebrar sigilo bancário! V.Exas. querem fazer política e querem esconder as falcatruas que existem nessas instituições às quais V.Exas. estão a serviço nesta CPI.

Portanto, V.Exas. têm que levar o ônus, sim, da quebra do sigilo bancário de certas pessoas e instituições, como os bispos e a CNBB, instituições com reconhecimento internacional pelo trabalho que fazem em defesa dos povos indígenas.

Então, Sr. Presidente, está claramente demonstrado que há Parlamentares descobrindo o que está por trás deste requerimento. Eles sabem o ônus político que haverá ao quebrarem o sigilo de instituições sérias e não virão aqui para dar presença. Está mais do que na hora de encerrar esta sessão, porque já faz mais de 1 hora que ela está aberta.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Há 1 hora e meia já, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Com certeza esses Parlamentares não vão vir aqui dar o quórum, porque não querem compactuar com a sacanagem política que está sendo feita nesta CPI, nesta sessão, quebrando o sigilo bancário de instituições como a Igreja Católica.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, são 2h33min. Há 1 hora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Valmir Assunção.

Não há compromisso algum desta Presidência com horário de encerramento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Há, Presidente. Quando o Deputado assumiu a Presidência, ele deixou claro que finalizaria às 2h30min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Esta Presidência não concorda com essa orientação e vai continuar.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então é pessoal a Presidência? Tem que ser impessoal, Presidente. Ele estava no comando da Comissão e falou que terminaria às 14h30min.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, a palavra está à disposição do Deputado Valmir Assunção, se ele desejar fazer uso.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, então eu vou fazer uma combinação. Quando V.Exa. tiver que colocar alguém na Presidência porque tem que sair, coloque alguém em quem confie e acredite na palavra.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Perfeito, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - O Presidente assumiu, disse que às 2h30min encerraria, e não há garantia? Então, neste aspecto, V.Exa. não confia no Deputado Luiz Carlos Hauly?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Perfeito!

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - É isso? A palavra dele não vale nada ou é a palavra de V.Exa. que não vale? Isso tem que ser resolvido. Qual é a credibilidade que uma CPI tem se a palavra da Presidência não vale? Qual é a credibilidade de uma CPI em que a Presidência faz o que quer de acordo com a sua conveniência? Qual é a credibilidade de uma CPI dessas?

Estou falando isso porque é preciso fazer esta explicação para a sociedade, para as pessoas entenderem, Sr. Presidente, porque isso não pode ser uma coisa séria. Se fosse sério, tenho certeza de que estaria na mesa para ser quebrado o sigilo bancário e fiscal das empresas ligadas ao agronegócio. Mas não está. Não está por quê? Porque o Presidente disse que age de acordo com a sua vontade, e não pode ser assim, não pode ser desse jeito. É duro, é difícil, nesse processo, que os trabalhos sejam conduzidos desse jeito. É difícil.

Então, por isso, eu acho que nós temos que ter, nesta Comissão, outra convivência. Não dá simplesmente para o Presidente e o Relator determinarem que deva ser do jeito que eles querem, e acabou! Nesse aspecto, não há respeito ao direito das minorias e ao processo, o que é fundamental, de transparência e debate. Não há respeito.

Sr. Presidente, eu acredito que é importante restabelecemos outra convivência dentro desta CPI, porque do jeito que está não dá. Esta é a compreensão que eu tenho com relação à CPI.

Outro aspecto que eu quero abordar é que há Deputados que vêm aqui dizer: "*Não, nós estamos preocupados com os indígenas*". Qual é a preocupação com os



indígenas, se, sempre, os indígenas são vítimas dos grandes fazendeiros de parte do agronegócio deste Brasil? Quem assassina os indígenas neste Brasil? Quem persegue os indígenas neste Brasil?

Um Deputado aqui falou que o grande problema é a grande extensão de terra que os índios têm, ou seja, o agronegócio tem o objetivo de ir lá destruir a natureza e produzir a sua monocultura nas terras indígenas — quer novamente tirar os índios das suas terras. É isso o que querem? Querem destruir as entidades e as organizações dos povos indígenas justamente para facilitar o trabalho? Ah, mas isso nós não podemos aceitar e com isso nós não vamos concordar. Por isso, nós vamos resistir aqui.

Outro aspecto, para concluir, que eu quero falar é que alguns dizem aqui: *“Não, nós no Brasil, agora, estamos dando um passo significativo para resolver os problemas tanto dos indígenas como da economia brasileira”*. Eu sou daqueles que acha que os golpistas não têm moral para falar em democracia e transparência neste Brasil. Não têm moral, porque concordam com um Presidente golpista, que cria um Ministério para dar a um cidadão que está sendo investigado pela Lava-Jato só para ele não ser preso. E os Deputados concordam com isso? Isso é um absurdo! Não podemos concordar com isso.

Há mais ainda: o Presidente golpista indica Alexandre de Moraes para ser Ministro revisor do processo da Lava-Jato? Por que ele está fazendo isso? Para se proteger. Ou seja, tudo o que dizem para a sociedade, como “queremos transparência e investigação”, é balela! É tudo mentira! Querem acabar com a Operação Lava-Jato, e, de certa forma, proteger os seus, porque agora, pela delação da Odebrecht, quase todo mundo aí do PMDB e parte do PSDB estão envolvidos. Todos envolvidos! Esta é a grande realidade!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Aprenda a escutar. Quando V.Exa. está falando, eu estou ouvindo. Aprenda a escutar. Eu escuto, mesmo não concordando, mesmo não concordando.

Então, está todo mundo com medo! Parte do PMDB e do PSDB está com medo da delação da Odebrecht. Aí, meus caros Deputados, é esse medo que faz



com que se indique um Ministro para ir lá se tornar revisor do processo para se ganhar proteção.

Diante do que se debate aqui, uma coisa é o que se fala para a sociedade, outra, o que se faz aqui dentro. Aqui, os Deputados da bancada do agronegócio, os ruralistas não estão querendo proteger índio nem quilombola. Querem, de certa forma, criar proteção lá do Palácio a favor dos seus, querem proteção do Palácio e, ao mesmo tempo, querem criar mecanismos para poderem ir para as terras indígenas, aquelas terras que foram demarcadas pelo Presidente Lula. Eles querem agora utilizar essas terras para expandir o agronegócio com a sua monocultura. É isso o que querem fazer. Por isso, querem desmoralizar, perseguir e criminalizar as organizações, entidades, ONGs que defendem os povos indígenas, que defendem os quilombolas.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, isso é um descalabro!

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu pedi a palavra, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A Presidência está pressionando de forma agressiva um Parlamentar! Eu já votei "obstrução". Eu já votei "obstrução". Obstrução! Obstrução é voto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Nilson Leitão.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, como eu peço a palavra? É aquele que grita mais? Vamos gritar, então!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Nilson Leitão.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu me inscrevo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu estava apenas orientando o Parlamentar que não é presença, é votação.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu até compreendo esse alvoroço de alguns em relação a esta votação. Quando a Deputada pede verificação de quórum, é compreendido...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Presidente, Presidente, Presidente, inscreva-me, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Há um Deputado na tribuna falando.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Exatamente. Na tribuna fictícia. Inscreva-me em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não vou registrar que eu ouvi V.Exa., porque V.Exa. interferiu sem educação na fala de um Parlamentar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Desculpe-me, Deputado. Desculpe-me, Deputado. Inscreva-me, Deputado. Inscreva-me, Presidente. Não vai me inscrever? Não vai me inscrever? Não vai me inscrever? É isto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputado.

(Não identificado) - Vamos respeitar o Presidente, pelo amor de Deus.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não vai me inscrever?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se V.Exa. quiser ter respeito pelo Parlamentar, eu o faço, mas tenha respeito. Aliás, não adianta ficar fazendo pressão desta natureza.

Por favor, Deputado, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu pedi a palavra antes.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Inscreva-me. Inscreva-me, Deputado. Sr. Presidente, não vai me inscrever?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se V.Exa. ficar quieta, eu inscrevo. Senão, eu não inscrevo, e acabou.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O que é isso, Sr. Presidente? “Ficar quieta”? Isso é forma de se dirigir a uma Parlamentar?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Bom, diante dessa situação...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu gostaria que V.Exa. me ouvisse. Eu tenho muito respeito por V.Exa. Eu sempre a trato com muito carinho, mas é imprescindível que esta guerra de nervos neste momento tenha um pouco mais de equilíbrio.

O debate que está se fazendo aqui está entre as razões de alguns e as razões de outros. Ninguém vai querer estabelecer a verdade diante da sua



contundência ou dos seus gritos. O fato é que nós estamos pedindo uma quebra de sigilo bancário de entidades que receberam milhões de dólares, e não é crime recebê-los, mas...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu não vou debater com V.Exa., porque V.Exa. está desequilibrado. Depois nós conversamos na tribuna. Agora eu estou falando.

Essa quebra de sigilo bancário é necessária exatamente para dar transparência a essa história de propriedade de índios, de propriedade de quilombolas, de acusações infundadas. O que nós queremos fazer nós colocamos no papel. O debate será feito de forma democrática, o que já houve dos dois lados.

Muitas vezes, o Partido dos Trabalhadores e o Governo que foi derrubado por *impeachment* pela maioria desta Casa, pela vontade popular, conduziram exatamente assim, muitas vezes, as suas vontades, debatendo as suas ideias, defendendo as suas razões. Agora não queiram colocar uma pecha de que esta Comissão está contra o índio, está contra o negro, está contra a Igreja. Os senhores não são proprietários da Igreja, dos índios, dos negros. Aliás, não aqui agora, mas, em qualquer outro momento, nós podemos discutir a condição que o índio viveu nos últimos 10 anos. Eu repito, aumentaram em 168% as mortes de índio no Brasil nos últimos 10 anos, e de cada 100 índios mortos, 40 são crianças de 1 a 5 anos.

Quem matou foi o Governo brasileiro! Quem matou foi o Estado! Quem matou foi a falta de política, porque o remédio não chegou lá! Foi a falta de educação! Quem cuidou desses índios foram Prefeituras, associações, grupos de pessoas, porque o Governo não cuidou. Morreram de malária, de depressão, de alcoolismo, de doença, pela ausência de Governo. Indigenistas de apartamento eu conheço vários! Vários! Vários!

Não há um índice que passe de 1% ou 2%, foram índios mortos por homicídios! Aliás, a maior parte de índios mortos por homicídios foi entre eles! Essa guerra que querem criar entre índios e pequenos, médios e grandes produtores rurais foi criada na política e não na verdade, não no fato, não lá na base! Esse factóide deve vir por terra com esta CPI! E nós vamos também levantar os números da Secretaria Nacional de Saúde, que são bilhões de reais gastos!



Agora mesmo, apresentei requerimento pedindo o nome dos proprietários de táxi aéreo. Há aeronaves voando para cima e para baixo, e os índios não se beneficiam disso, não! Quem está se beneficiando são outros! São outros! Não é mais uma guerra partidária aqui.

Se de fato queremos melhorar a vida do índio brasileiro, se de fato queremos melhorar a vida do quilombola, do assentado, é necessário trazer às claras todos esses dados! Todos eles! E estamos totalmente à disposição, até porque eu repito todas as vezes que eu não sou produtor rural, eu não tenho área indígena, eu não tenho envolvimento com isso, eu não tenho nada disso, e estou tranquilo para qualquer debate.

Agora o que precisa deixar claro é que esse debate dizendo que aqui o que nós estamos aprovando é para poder atrapalhar, perseguir segmentos como esse, não é verdade. Nós vamos provar que quem vai ajudar esses setores é justamente esses que são acusados.

Nós seremos a diferença para a vida do índio favoravelmente. Nós vamos apresentar proposta para melhorar a vida deles, coisa que não tiveram capacidade de fazer, ao longo do Governo que comandaram durante 12 anos. E não a tiveram! Os nossos assentados estão passando necessidade! Os nossos índios estão passando necessidades! Se querem ajudar a melhorar a vida dos índios, vamos melhorar a vida deles como ser humano. E é isso que nós vamos fazer.

Por isso, este debate que vocês insistem em fazer, querendo trazer-nos contra eles, vai acabar e vai acabar rapidamente, porque vocês hoje não têm mais como ficar enganando através da caneta. Agora nós vamos trazer às claras à mesa os números dos investimentos que tiveram, para aonde está indo esse dinheiro, de fato, o que está por trás disso, porque querem tanto aumentar reservas cada vez mais, e índios estão morrendo de fome.

Com todas as áreas que foram demarcadas, não melhorou a vida do índio! Não melhorou, porque faltou a política social para eles, faltou cuidar da vida deles, porque eles são instrumentos da melhoria da vida de muitos que estão aqui, menos a deles.

Muitos se elegem fazendo discurso bonito, usando o índio e o negro, mas eles continuam pobres, miseráveis, passando fome. Muitos se elegem e se



reelegem. Muitos realmente são originários de lá. Vocês melhoram a própria vida, mas não a deles! Não a deles! Talvez uma meia dúzia que está lá no comando, mas a vida real do índio, do assentado, do negro, não melhorou. Pode ter melhorado quem se elegeu, usando o palanque deles, usando-os como escada, mas a vida deles não melhorou.

Vamos tirar a limpo isso agora. Essa vai ser a grande diferença.

Então, Sr. Presidente, o que nós queremos aprovar é uma transparência. O nosso respeito à Igreja Católica, o nosso respeito às ONGs sérias no Brasil, o nosso respeito aos institutos e organizações que trabalham a favor do Brasil. E quebrar sigilo não é feio, a vida é transparente. E tudo aquilo que estiver quebrado e tiver mostrado que está tudo certo nós vamos aplaudir e vamos condecorar. O que estiver errado nós vamos cobrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está encerrada a votação.

(Pausa.)

Vou proclamar o resultado.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sim, eu vou respeitar a inscrição, mas está encerrada a votação. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Duas horas, depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está encerrada a votação.

(Pausa.)

Vamos proclamar o resultado: “não”, 16 votos; “sim”, zero.

Está rejeitado o requerimento.

De acordo com os artigos 117, § 1º e art. 192, todos os requerimentos de adiamento de discussão estão prejudicados. *(Pausa.)*

Está sobre a mesa requerimento de autoria da Deputada Erika Kokay, quer requer, nos termos do art. 40, do Regimento Comum, adiamento de votação.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, só uma pergunta, por favor. Eu queria só saber quais os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para encaminhar...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, por favor.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu gostaria de saber, Sr. Presidente, quais são os requerimentos prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Todos os requerimentos que estão com o mesmo texto de adiamento de discussão.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Quantos são, Sr. Presidente? Quais são, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Dez requerimentos. *(Pausa.)*
Concluída a votação, passamos à orientação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. acabou de ler o requerimento de adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu acabei de ler um requerimento de sua autoria, Deputada, que é de adiamento de votação. Não é de discussão. E nós queremos fazer o encaminhamento.

Estão à disposição os Srs. Parlamentares para fazerem o encaminhamento.
(Pausa.)

O SR. DEPUTADO MARCON - Eu estava inscrito, Sr. Presidente, anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - As inscrições que eram feitas, antes da discussão, quando não tínhamos vencido o quórum...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, vai me cortar a fala?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas eu vou lhe dar...

O SR. DEPUTADO MARCON - Há uma hora que eu estou...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu me inscrevi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu vou lhe dar a palavra.
(Pausa.)

Para encaminhar, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO MARCON - Estou vendo a negação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para encaminhar.

Todo mundo sabe que esta discussão, no intervalo da votação, acontece porque nós estamos esperando que seja dado o quórum. Dado o quórum nós vamos. Não é nem regimental.



Por favor, para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO MARCON - Eu quero falar, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Dois a favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputados Erika Kokay e Dionilso Macon, a favor. Deputados Dilceu Sperafico e Osmar Serraglio, contra.
(Pausa.)

Deputado Dionilso Marcon tem a palavra para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, eu quero aqui dizer, em primeiro lugar, que, se há alguém que o conhece na vida política, eu sou um que o conhece muito bem. V.Exa. nunca foi de falar e negar o que falou. Quando V.Exa. foi Presidente da Assembleia no Rio Grande do Sul — podemos ter divergências políticas, mas eu o respeito muito —, sempre manteve a palavra. Hoje foi mais uma das vezes que eu vi V.Exa. roer com aquilo que falou. Isso eu quero registrar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não fui eu que falei, Deputado. Não fui eu.

O SR. DEPUTADO MARCON - Não, foi o anjo da guarda ou satanás, talvez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não fui eu.

O SR. DEPUTADO MARCON - Foi o satanás que falou. E outra: eu estou com a minha alma limpa. Eu nunca fui preso por questões de corrupção. Não respondo em lugar nenhum, no Ministério Público, Estadual e Federal, por desvio de qualquer questão. Eu represento aqui uma categoria e uma classe neste País, que é o sem-terra, com muito orgulho, e que são os trabalhadores. As minhas ações aqui na Câmara sempre foram para defender os índios, os negros, as mulheres, os sem-terra, contra a reforma da Previdência — V.Exa. foi o Relator, votou favorável —, contra a reforma trabalhista. Essas sempre foram as minhas ações.

Se alguém acompanha esta reunião da CPI e vê muitos dos nossos colegas aqui, vai falar que nós somos contra os índios, contra os negros, contra os pobres. E os Judas são favoráveis a todos esses. Eu conheço bem os meus colegas gaúchos. Tenho gravadas as falas que eles fazem pelo interior do Estado dizendo que negro, índio, travestis, gays e lésbicas são todos iguais e não valem nada. Mas hoje fazem o discurso de Nossa Senhora Aparecida, de salvador da pátria e de todos os que



vêm para frente. Quem conhece fica com ânsia de vômito, ao ver alguns que falam aqui neste plenário.

Eu peço perdão àqueles que estão assistindo a esta reunião, via Internet, da Câmara, porque quem está defendendo aqui fala aquilo que nunca defendeu. Pelo contrário, sempre perseguiu a categoria de baixo das pirâmides.

Estamos falando aqui dos índios, dos negros, dos sem-terra. Mas a luta nesta CPI é a luta de classe. Aqueles que defendem, são contra a democracia e que, inclusive, Deputados, aqui não têm nem o direito de falar, pois lhes são cassada a palavra, não têm condições de falar. O Deputado que coordena os trabalhos não honra nem com a fala deles, não sustenta. Uma hora e meia depois, aquilo que falou não vale mais.

Então, nós temos que votar aqui, Sr. Presidente, as regras. Se não há ninguém em quem confia, V.Exa. não sai da mesa. Aquilo que for falado tem que ser sustentado. Como se diz em vários cantos neste País: o fio do bigode tem que prevalecer. É isso o que nós temos que fazer aqui nesta Comissão. Que votemos esse requerimento, porque entendemos que é importante, é importante esse requerimento. Nós entendemos que os requerimentos que foram colocados aqui na mesa devem ser chamados e apreciados.

Eu não tenho medo de nenhuma entidade mencionada aqui e que vocês estão perseguindo. É graças a elas que os índios se organizam um pouco.

E não é verdade que, no Governo Lula e no Governo Dilma, morreram mais índios do que nos governos passados. No Rio Grande do Sul, aqueles dois Governos terminaram com muitas questões que prejudicavam o povo indígena.

Além disso, há alguns que falam nos arrendamentos e mandam os seus filiados partidários lá no Rio Grande do Sul arrendarem as terras dos índios. É isso que é feito. Os filiados partidários daqueles que falam aqui dos arrendamentos é que arrendam as terras dos índios no Estado do Rio Grande do Sul. Faz-se um discurso para a fora, mas a prática é bem outra. É isso que nós temos que explicar para a sociedade, senão vão achar que nós somos os Deputados contra os índios e que os favoráveis a eles estão na Mesa. Eu quero repudiar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Conclua, Deputado, por favor.



O SR. DEPUTADO MARCON - Eu estou muito feliz. Nunca saí algemado de lugar algum por indício de corrupção. Nunca! E nunca fui indiciado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCON - ...pelo Ministério Público Federal por qualquer coisa contra a lei. Então, por isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio para a manifestação de voto contrário.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Sou contra o adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para falar a favor do adiamento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria só um esclarecimento, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Depois da Deputada Erika Kokay, por favor.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nós estamos vivendo aqui um festival de autoritarismo. E cada dia fica muito mais clara a intenção da construção desta CPI, que foi instaurada sem fato determinado, coleciona um rol de ilegalidades e tem, à Presidência, uma completa personificação da parcialidade e de interesses muito claros.

As pessoas podem ter as suas convicções políticas, mas não podem, na condição de Presidente de uma instituição ou de um instrumento como uma CPI, fazer dessas convicções instrumentos de apartação ou de eliminação do seu contrário. Isso é uma afronta absoluta ao Regimento desta Casa.

A outra CPI divulgou depoimentos sigilosos — sigilosos! — para uma rede de TV de alcance nacional, e nada foi feito. É como se nada tivesse acontecido. Foram divulgados depoimentos sigilosos para uma rede de TV de alcance nacional e nenhuma investigação foi feita. Alguns membros desta CPI se utilizaram de helicópteros de empresas que estão sendo investigadas e que são, inclusive, objeto de requerimento de quebra de sigilo para poder efetivar os trabalhos da própria CPI. Além disso, esta CPI se nega a avaliar, em igualdade de oportunidades e de condições, requerimentos que partem da Minoria desta instituição.



Portanto, nós temos aqui um festival de ilegalidades. E, obviamente, essas ilegalidades, para serem consumadas, têm que vir revestidas de um profundo autoritarismo e desrespeito — desrespeito misógino, desrespeito sexista, desrespeito machista —, como se a democracia não tivesse que ser considerada e eu pudesse me desviar dela para, efetivamente, fazer valerem os objetivos que movem a maioria das pessoas que aqui estão.

Não me venham aqui dizer que há uma defesa dos indígenas se querem lhes tirar as terras. Querem tirar as terras dos indígenas! São terras que estão asseguradas na Constituição!

Aí me lembro da fala de um cacique, que dizia: *“Será que alguém acredita que eu posso ser índio, se eu não tenho terra, se eu não posso caçar, se eu não posso pescar, se eu não posso estar no lugar em que estão os meus antepassados?”*

Então, dizer que se defendem os índios retirando-lhes a terra, impedindo que as suas terras sejam homologadas, é cinismo, é tentar se apropriar do que não lhe pertence, é uma prática de fala corrupta. Apropriam-se do que não lhes pertence ou expressam como se fossem seus os sentimentos de proteção e de defesa dos indígenas.

Ora, querem dizer que defendem os indígenas, arrolam o número de mortes de indígenas e, ao mesmo tempo, tentam criminalizar o CIMI, criminalizar a ABA, criminalizar o ISA. Essa é a intenção. Até o momento, nós não temos nenhum argumento que justifique a quebra de sigilo do CIMI. Não há nenhum argumento.

O que se fala aqui, num processo de repetição absolutamente cruel, é que são entidades que recebem recursos de fora — recursos todos declarados, recursos todos publicizados, recursos todos fiscalizados. Essa é a justificativa para se retirarem ou se quebrarem sigilos, como o sigilo telefônico.

O que se quer aqui é, com a quebra desses sigilos, buscar criminalizar e buscar argumentos que possam colocar em questão a autoridade e a reputação ilibada de instituições como CIMI, ABA e ISA. É o que se busca. Busca-se pegar os dados para verem se encontram alguma coisa, porque nem a CPI anterior, nem esta CPI, nenhuma delas encontrou nada contra o CIMI, encontrou nada contra a ABA,



encontrou nada contra o ISA — nenhuma diligência, nenhuma investigação, nenhum depoimento.

E agora querem quebrar o sigilo, numa CPI que tem menos de 1 mês de funcionamento. Esta CPI se acha no direito de quebrar o sigilo dessas instituições simplesmente porque diz que elas recebem dinheiro de fora. Isso é um “sincericídio”. São réus confessos, réus confessos!

Ao tentarem argumentar para justificar a quebra de sigilo, desnudam que querem criminalizá-las, porque querem calar as vozes de quem defende os interesses do meio ambiente, os interesses indígenas e os interesses que estão previstos e assegurados na nossa Constituição.

Portanto, chega de cinismo! Assumam que estão aqui a mando do latifúndio, assumam que estão aqui para a defesa, muitas vezes armada, como já foi dito, do latifúndio, contra este País e a nossa brasilidade.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Peço só um esclarecimento, Presidente, por favor. Quais requerimentos V.Exa. considerou prejudicados? O de adiamento de discussão, há pouco rejeitado, foi o Requerimento nº 80. Eu queria saber se V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, essa é matéria vencida.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, é só um esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. pode pedir esclarecimento posteriormente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, Sr. Presidente. Eu preciso de um esclarecimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Esclareça, leia os requerimentos que foram indeferidos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - São dez requerimentos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Leia os requerimentos. Dê-nos o direito de conhecê-los.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nós temos requerimentos...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encaminhamento de votação.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Dilceu Sperafico, V.Exa. tem condição de encaminhar contrariamente?

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Sr. Presidente, nós já estamos discutindo aqui há bastante tempo. A matéria está muito esclarecida. Todo mundo tem conhecimento do que vem ocorrendo.

Nós somos contrários ao adiamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado.

Orientação.

Como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, a orientação é para o encerramento da discussão, para podermos votar a matéria.

Eu trouxe alguns dados que infelizmente ainda não conseguir externar. Quero mostrar, antes de terminar a reunião, os números reais que temos sobre a questão indígena no Brasil, para que as pessoas não fiquem falando coisas que não existem, passando mentira para a sociedade. Vamos falar em números: 13% do território brasileiro são dos indígenas; nós plantamos em 8% do território brasileiro. É isso, Deputada Erika Kokay. E outras questões que estamos colocando trazem números, dados, censo demográfico, etc.

Então, vamos parar de passar coisas erradas, falsas para a sociedade e vamos passar informações corretas, para que a sociedade possa decidir e se posicionar quanto à questão indígena no Brasil. Nós queremos ajudar sim. Aqueles que não ajudaram estão fazendo o discurso de salvadores da Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluído o seu tempo, Deputado.

Como vota a bancada do PT?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, cada dia fica mais claro, é réu confesso — réu confesso! Qual é o argumento para se quebrar o sigilo? É que os indígenas têm mais terras do que os latifundiários. Aliás, os indígenas eram donos do Brasil — donos do Brasil! Mas aí se diz: “Não, quero dizer aqui a



verdade! Os indígenas têm 13% do território nacional.” Tinham 100%! “E nós temos só 8%. Por isso é preciso que nós tenhamos mais, é preciso que os indígenas não tenham tanta terra. Por isso é preciso criminalizar.”

Adiaram a discussão de quebra de sigilo. É preciso quebrar o sigilo do CIMI — Conselho Indigenista Missionário e do ISA — Instituto Socioambiental, é preciso quebrar o sigilo da ABA — Associação Brasileira de Antropologia porque os indígenas têm muita terra neste Brasil. Isso foi dito aqui. Eu não estou colocando palavras — palavras! — que não foram ditas. As notas taquigráficas são fiéis. As notas taquigráficas dizem que a defesa de quem quer quebrar os sigilos bancários é porque “os indígenas têm 13% de terra, e nós só temos 8%”. Portanto, tiremos as terras dos indígenas, e, para tirarmos, calemos as vozes de quem defende o Brasil, de quem defende o seu povo e de quem defende o povo indígena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Por isso, o PT vota a favor do adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, o PSDB vota “não”, contra o requerimento. Entende que devemos votar. CPI é para investigar. Quem não quer que investigue... É a mesma história da PETROBRAS. Aqui ninguém está votando nada para tirar terra de indígenas, meu Deus! Mas justamente para defender que não sejam explorados, enganados por aqueles que já exploraram e roubaram tanto o Brasil. Chega de roubalheira!

Nós votamos “não”, para que se abra o sigilo e se apure. Se houver ilegalidade, que quem a cometeu seja punido, para proteger os índios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PSDB vota “não”.

Como vota o PP?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O PP vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PSD? (*Pausa.*)

Como vota o PSB?

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - O PSB vota “não”.



Eu não estou entendendo uma coisa... Nós estamos votando a quebra do sigilo. Eu acho que ninguém deve ter medo, principalmente o CIMI. Eu sou católica e espero que realmente nada seja encontrado. Então, eu não sei por que todo este pandemônio. Eu não sei por que este pandemônio! Nós não estamos falando em vender terras indígenas e em retirar terras dos índios. Ao contrário, nós queremos transparência e resolver a situação.

Por isso, o PSB orienta o voto “não” e rejeita o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o DEM?

O SR. DEPUTADO MANDETTA - O DEM vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O DEM vota “não”.

Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota o PDT? (*Pausa.*)

Como vota o PTB? (*Pausa.*)

Como vota o PSD? (*Pausa.*)

Como vota o PTN? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o PPS?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, são hipócritas algumas falas, alguns discursos que chegam a enjoar. Primeiramente, eu queria dizer para o Deputado Nilson Leitão que o debate aqui não é partidário. Eu, por exemplo, votei a favor do *impeachment* e defendo o aprofundamento da investigação. Mas a investigação não pode ser direcionada, não pode ir à tentativa de exclusão, digamos assim.

Se nós pegássemos todos os requerimentos, junto com estes, para fazer a quebra do sigilo, seria uma maravilha. Eu vou ser a primeira a fazer a defesa. Mas aqui há uma tentativa clara de intimidação: pegar as instituições que têm maior credibilidade no Brasil. O reconhecimento delas pelos órgãos internacionais, como ONU e outros, se dá pelo nível de credibilidade do trabalho relacionado às comunidades indígenas.

Então, algumas pessoas vêm aqui com o discurso muito mentiroso de defesa das comunidades indígenas. É mentira! O que estão querendo aqui é fazer com que



nossas comunidades indígenas continuem desprotegidas — e foram muito desprotegidas sim nos últimos anos. Nós não tivemos demarcação de terras no Brasil. O que precisamos, na verdade, é olhar para as comunidades indígenas. O que esta CPI está fazendo é, sobretudo, perseguição para fazer com que as comunidades que fazem seu trabalho...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu peço que conclua, Deputada. O seu tempo de orientação foi esgotado.

Como vota o PPS?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, para finalizar, eu peço a V.Exa. que esclareça quando nós pedirmos esclarecimentos nesta Comissão. Isso é o mínimo que pode fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PPS?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O PPS vota pelo adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PMB? *(Pausa.)*

Como vota o PRP? *(Pausa.)*

Encerrada a orientação, vamos à votação.

Faço um esclarecimento aos Srs. Deputados: aqueles que aprovam o requerimento de adiamento de votação votam “sim”; aqueles que rejeitam votam “não”. A votação se expressa dessa forma.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram; os Deputados que rejeitam se manifestem. *(Pausa.)*

Está rejeitado o requerimento.

(Falha na gravação.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, registre por favor...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço aos Srs. Parlamentares que permaneçam aqui porque teremos outro processo de votação imediatamente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Presidente, é possível registrar nominalmente os Parlamentares que se colocaram a favor do adiamento da votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O voto é simbólico, mas não há nada contra que se pronunciem.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Registre o meu voto, Presidente, também.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Registre o voto da bancada do Partido dos Trabalhadores: Deputados Paulão, João Daniel, Valmir Assunção, Marcon, Nilto Tatto e Erika Kokay. Nós votamos a favor do adiamento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem.

Há requerimento sobre a mesa, nos termos do art. 292, letras “i” e “b”, de votação nominal para item constante da Ordem do Dia.

Está à disposição dos Srs. Parlamentares para encaminhamento. O Regimento Interno estabelece que fale um Deputado de cada lado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Por que nós queremos a votação nominal? Porque é preciso que a Nação entenda quem está aqui tentando perseguir e criminalizar instituições como CIMI, ABA, ISA, entre outras. É preciso que o Brasil inteiro veja quem está aqui em nome de uma pseudodefesa dos indígenas, tirando os direitos indígenas deste País, ferindo mortalmente a nossa brasilidade, que é indígena.

Os indígenas sofreram um genocídio — e ainda sofrem —, um etnocídio, — e ainda sofrem, de forma acentuada — e um epistemicídio, porque seu conhecimento é negado. Os interesses dos indígenas passam a ser ditados pelos latifundiários, que se sentem no direito de dizer o que os indígenas querem, do que os indígenas precisam: dizer “não”. Nós estamos aqui para dizer.

“Confinem os indígenas, confinem várias etnias, e nos deem a sua terra, para que nós possamos produzir” — via de regra, com muito agrotóxico. “Mas confinem os indígenas, porque eles não precisam de terra. Nós precisamos de terra porque



nós alimentamos o povo brasileiro.” Essa é, em verdade, uma grande mentira. Quem alimenta o povo brasileiro é o pequeno produtor. É o pequeno produtor que produz o que vai para a mesa do trabalhador e da trabalhadora deste País.

Mas o que nós estamos aqui defendendo é que haja votação nominal sim. Quem quer quebrar o sigilo... Vejam o que diz a Consultoria da Casa, a partir da Constituição: *“para ser válido, o requerimento precisa atender a algum requisito”*. Fundamentação! Não há fundamentação. Dizer que recebem dinheiro de fora — e nem todas essas entidades recebem — não é dar fundamentação.

O STF tem reiteradamente exigido *“(...) para que a violação à intimidade e à vida privada de qualquer cidadão seja legítima, a existência de causa provável que se traduz em plausibilidade e verossimilhança da hipótese investigativa”*. E diz ainda que deve haver indícios suficientes da prática de infração penal.

Qual é a prática de infração penal do CIMI, Deputado Valmir Assunção? Defender o interesse dos indígenas, denunciar as brigadas armadas, estimuladas muitas vezes por Parlamentares desta Casa, como o Presidente desta Comissão, que mandou os latifundiários se armarem para se defenderem dos indígenas e dos sem-terra?

Que crime cometeu a ABA? Representar os antropólogos e as antropólogas que foram vilipendiados na CPI anterior? Aqui se chamou uma antropóloga e se disse que ela tinha escrito o que não escreveu: *“Como a senhora explica que tenha defendido na sua tese tal aspecto?”* Ela disse: *“Mas eu não defendi isso. Onde está isso na minha tese?”* Isso deveria inclusive anular a CPI anterior, porque um dos argumentos para se criar a CPI foram essas frases que teriam sido ditas numa tese, e nunca existiram. Então havia um argumento falso — um argumento falso!

Na ânsia de se dar combustível à Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000, e de tirar esses 13% que tanto incomodam, tentam atribuir toda sorte de crimes a essas instituições. Os Parlamentares desta Casa, desta CPI, deveriam se ater a isso. Viola-se a intimidade na existência de causa provável, nos indícios suficientes e robustos de prática de infração penal — penal! — não porque simplesmente essas instituições querem que os indígenas ou os quilombolas tenham os seus direitos assegurados.



Por isso nós queremos votação nominal, para que os Parlamentares mostrem que estão do lado da ilegalidade e protegem — eu concluo com isso, Presidente — o sigilo de empresas condenadas. Aliás, talvez protejam o sigilo dessas empresas porque se utilizam de helicópteros de sua propriedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluído o seu tempo, Deputada.

Tem a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, o mundo gira. Ontem vimos Dilma Rousseff elogiar Eike Batista — que o Brasil tivesse outros como ele; vimos Eike Batista pagar 1 milhão de reais por um terno de Lula. Hoje ele está na boca do povo.

Portanto, nós votamos “não” ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para orientar, como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PT?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O mundo dá voltas. Eu ouvi aqui as falas dos que diziam que Dilma estava nomeando Lula para protegê-lo da Operação Lava-Jato. Agora se cria um Ministério para Moreira Franco — da Operação Lava-Jato — e se coloca no Supremo Tribunal Federal, para ser revisor da Operação Lava-Jato, um áulico desses que tomaram o Palácio do Planalto por golpe.

O mundo dá voltas. Estes que estão aqui, na sua maioria, têm um discurso que guarda coerência: sempre disseram que era preciso retirar os indígenas de suas terras, sempre disseram que não tinha que se ter a democratização do uso do solo, sempre disseram que essas terras tinham que lhes pertencer e sempre disseram que o Brasil deveria ser o País das casas-grandes e senzalas. Incomodam-se quando nós desconstruímos os pedaços da casa-grande e da senzala.

Por isso, o PT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, nós precisamos concluir os trabalhos neste dia. Portanto, oriento o voto “não” e peço aos demais



partidos que também têm esse sentimento que permitam, sistematicamente, colocar “não” no painel, para ganharmos tempo.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O PP vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Todos os partidos concordam em votar “não”?

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - O PSB vota “não”.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - O Democratas vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pode colocar “não” em todos os partidos que concordam com o voto “não”?

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que concordam com a votação nominal permaneçam como estão; os Srs. Deputados que discordam se manifestem. *(Pausa.)*

Rejeitado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, é possível nominar os Parlamentares que votaram a favor da transparência, que votaram a favor do requerimento de votação nominal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço aos Deputados que votaram a favor do requerimento de votação nominal que pronunciem seus nomes.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Erika Kokay.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Valmir Assunção.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - João Daniel.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Paulão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Requerimento nº 80 de 2016, do Sr. Nilson Leitão (Requerimento de Instituição de CPI nº 26, de 2016), que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido, ora formulado, de decretação do afastamento do sigilo fiscal e do sigilo bancário nos termos que especifica.

Como foi estabelecido pelo autor, esse requerimento se refere tão somente à pessoa jurídica, não se refere à pessoa física.

Peço ao Relator que se manifeste.



O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, eu só queria saber se estão incluídas nesse requerimento as empresas que estamos sugerindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Esse requerimento, V.Exa. sabe, é intempestivo. Há quatro requerimentos na pauta. Não estão incluídos.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, eu peço apenas que se mantenha a quebra do sigilo bancário e do sigilo fiscal da pessoa jurídica, suprimindo tudo que se trata de pessoa física.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Só uma orientação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não cabe orientação.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Não é orientação, é só uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para encaminhamento, um Parlamentar a favor e outro contra.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Não é isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra está a sua disposição.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Eu não quero orientar, eu só quero uma explicação.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, mantendo...

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Só quero uma explicação.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu só quero concluir, depois V.Exa...

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sim.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Mantendo apenas o item 1 do requerimento, que trata da entidade — CNPJ —, e suprimir o item 2, que trata de pessoas físicas.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Eu só quero fazer uma ponderação ao Relator, o Deputado Nilson Leitão. Como é manter o CNPJ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. está encaminhando?

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Não, não, não. Só estou tentando dialogar. É possível? Se não for, também não falo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tudo bem.



O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Não dá para incluir todos os requerimentos que foram apresentados...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - V.Exa. tem que fazer essa sugestão ao Presidente, não a mim. Eu não incluo nada em pauta. Quem inclui é o Presidente.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Não. V.Exa. apresentou... Não dá para incluir? Justamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É intempestivo.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Não é intempestivo. Não quero enrolar. Nós temos um requerimento ali. Não quero enrolar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, um Deputado para falar contra o requerimento...

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encaminhamento do requerimento: um contra e um a favor.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Quero falar contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem que estabelecer se será o Deputado Nilto Tatto ou V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Deputado Nilto Tatto, pode falar.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Este requerimento de quebra de sigilo do Centro de Trabalho Indigenista é baseado no depoimento que tivemos aqui daquele que se diz antropólogo, Edward Luz, que veio para dizer que teve problemas em alguns relatórios antropológicos. Aí nós vimos com requerimento de quebra de sigilo bancário e fiscal de uma instituição séria, que produz seus relatórios financeiros e passa por auditorias independentes, publica na Internet, e, quando há convênio público, é fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União.

Aí vem um antropólogo, que foi expulso inclusive da Associação Brasileira de Antropologia, e faz uma série de ilações nesta CPI para destruir o próprio instrumento do laudo antropológico, que é uma criação nossa, dos brancos, como exigência para definir o que é e o que não é terra indígena. Portanto, depois de aprovado esse instrumento, ele é implementado pela FUNAI, o órgão do Governo para implementar um direito que está garantido lá na Constituição.



Aí, esse antropólogo, que é contra o instrumento do laudo antropológico, vem a esta CPI, faz essa série de ilações para cima do Centro de Trabalho Indigenista e o Deputado Nilson Leitão, com esse argumento sem fundamento nenhum — deste que se diz antropólogo, Edward Luz —, propõe a quebra de sigilo dessa instituição.

Então, não há sentido nós avançarmos nesta discussão e aprovarmos a quebra de sigilo, sabendo do simbolismo que significa a quebra de sigilo bancário e fiscal numa CPI desta Casa. Se votarmos e aprovarmos essa quebra, estaremos denegrindo o próprio instrumento da Comissão Parlamentar de Inquérito, jogando por terra a importância da CPI nesta Casa. E o próprio requerimento demonstra claramente que não existe justificativa para isso.

O que vai acontecer se este requerimento seguir em frente e for aprovado? A própria entidade vai entrar na Justiça novamente e ganhar a causa, como aconteceu na CPI anterior. Nós Parlamentares, e a própria Câmara dos Deputados, de novo vamos ficar reclamando que a Justiça está se metendo naquilo que é afeito ao Parlamento. Nós estamos incorrendo no mesmo erro, no mesmo vício que incorremos na CPI anterior ao trazer para cá a aprovação da quebra de sigilo sem ter justificativa plausível em cima daquilo que reconhecemos ser o papel de uma CPI e do seu instrumento de quebra de sigilo bancário e fiscal.

Então, Deputado Nilson Leitão, eu acho que é um equívoco este requerimento, que claramente segue a linha de perseguir e intimidar uma instituição com mais de 30 anos, reconhecida internacionalmente pelo seu trabalho sério em defesa dos direitos dos povos indígenas. Essa instituição vem trabalhando há muito tempo e tem esse reconhecimento. O Deputado Nilson Leitão deve estar a serviço de outros e não dele próprio, porque claramente não há justificativa, não há motivação. Ele deve estar a serviço de outros, para querer intimidar uma instituição que tem um histórico sério.

Volto a dizer que não há problema nenhum mandar suas prestações de contas e seus relatórios para cá. Inclusive esses relatórios e convênios públicos têm auditoria do próprio Tribunal de Contas.

Peço que votemos contra este requerimento de quebra de sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze para argumentar favoravelmente.



O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Encaminho “sim” ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para orientar.

Como vota o Partido dos Trabalhadores?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, a deliberação desta CPI para discutir essa quebra de sigilo bancário é negada pela própria Consultoria da Casa, que em vários momentos diz que é preciso haver fundamentação. Por isso se exige debate, discussão sobre a matéria. O que nós estamos vendo aqui é que não há discussão sobre a matéria — não há discussão sobre a matéria! É importante que nós discutamos a quebra de sigilo durante o tempo que é exigido em todas as proposições desta Casa.

Mas é muito nítida a intenção aqui, pois sem qualquer tipo de fundamentação esta quebra de sigilo resvala para o arbítrio, resvala para a ilegalidade. Aliás, nós exigimos que seja nominal, mas por si só. V.Exa. deve dizer que é nominal. Por que deve dizer que é nominal? Porque tem que haver quórum qualificado para se votar quebra de sigilo.

Portanto, o Partido dos Trabalhadores é favorável ao...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ao requerimento?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não. O Partido dos Trabalhadores é favorável a que se mantenha a lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, conclua. Posicione-se “sim” ou “não”.

Deputado Valdir Colatto, por favor, como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, o PMDB vota “sim” ao requerimento, por achar importante, e solicita a todos os partidos que concordam com o “sim” que votem em bloco, para agilizarmos a votação.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O PP vota “sim”.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. teve o tempo necessário para fazer a manifestação de voto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, fiz a manifestação que nós votamos contra o requerimento.



Quero fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não. Qual é a questão de ordem? Qual é o artigo? Processo de votação não aceita questão de ordem. V.Exa. conhece perfeitamente o processo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, nós temos que discutir a matéria. A matéria tem que ser discutida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - "Sim". Pergunto aos Srs. Parlamentares...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, quero apenas reiterar o voto "sim" do PSDB. Obviamente, a matéria observou todos os procedimentos, houve o encaminhamento a favor, houve o encaminhamento contra, houve a discussão. E, mais do que isso, eu digo que quem foi contra admitiu no encaminhamento que há um depoimento nesta CPI fazendo colocações objetivas. E a CPI não vai investigar? Ora, ela vai investigar. A quebra de sigilo é para isso, não é para acusar, não é para criminalizar. Vai quebrar o sigilo. Se não existe nada, ótimo; se existe algo, que tenhamos uma resposta para dar à sociedade.

O Voto é "sim". O resto é quem quer encobrir o que há de errado.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O PP vota "sim".

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - O PSB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Foi acordado que todos os partidos colocassem "sim". Então, sugiro que se coloque "sim" no painel.

Em votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como estão; os que discordam se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário dos Parlamentares do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. me permite fazer uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Questão de ordem não cabe no processo de votação, Deputada.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas já houve a votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu estou proclamando o resultado, se V.Exa. me permite.

Aprovado o Requerimento nº 80, de 2016, excluindo-se as pessoas físicas, conforme proposto pelo Relator, autor do requerimento.

Próximo requerimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é a questão de ordem?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, nós acabamos de aprovar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o artigo, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Art. 117.

O que eu quero dizer para V.Exa., Sr. Presidente, é que o art. 117 excetua do processo de impedimento de discussão, ou dispensa de discussão, as discussões acerca da quebra de sigilo.

Portanto, Sr. Presidente, V.Exa. não poderia ter feito uma discussão de quebra de sigilo bancário, pois há toda uma argumentação, inclusive do Supremo, que diz da necessidade de se discutir a matéria. Aqui diz: *“É entendimento dos Consultores Legislativos...”* Inclusive, já há deliberação da Consultoria da Casa que afirma que não é possível a votação sem permitir a discussão e a votação de cada quebra específica.

Há o argumento de que há que se discutir a quebra de sigilo e que não se compara a um requerimento de adiamento de votação ou a qualquer outro que o valha, porque se precisa da fundamentação. Como é que se aprova nesta CPI a quebra de sigilo bancário sem se ter lido o requerimento e sem que se tenham lido quais entidades terão a quebra de seus sigilos bancários? Isso foi aprovado aqui sem sabermos quais são as entidades. Não se sabe quais são as entidades a depender dessa discussão.

E aqui nós temos a decisão do Supremo. O Ministro Marco Aurélio diz: *“Requer-se que constem da deliberação as razões pelas quais veio a ser determinada a medida”*.



Aqui se argumenta que as fundamentações podem estar difusas, é fato. E por que podem estar difusas é necessário que haja a discussão. A discussão de uma matéria como essa, de quebra de sigilo, é absolutamente fundamental para que se ateste a fundamentação. Senão, nós vamos ter o quê? Nós vamos ter a aprovação de uma quebra de sigilo sem que tenha sido lido quais são as entidades — não se sabe quais são as entidades que terão seus sigilos quebrados, não se sabe — e sem ter havido qualquer tipo de discussão.

Em rigor, V.Exa. deveria ter promovido a discussão, porque talvez na discussão nós tivéssemos claro qual é a fundamentação. Mas como não há fundamentação, V.Exa. optou por retirar a discussão de uma forma ilegal.

Então a nossa questão de ordem é para que V.Exa. reveja essa votação, abra a discussão da matéria passada e das posteriores, e que nós conheçamos quais são as entidades para as quais está se objetivando a quebra dos sigilos para que possamos respeitar a própria legislação atribuída a esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, concluída a questão de ordem. Está indeferida a questão de ordem formulada por V.Exa., de acordo com o art. 117, parágrafo 1º. Ela está indeferida.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, V.Exa. pode ler?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está indeferida. Não há discussão sobre a questão de ordem. Não se discute decisão de indeferimento.

V.Exa. pode recorrer à Comissão de Constituição e Justiça, se quiser.

Item 2.

Requerimento nº 81, de 2016, do Sr. Nilson Leitão. *(Pausa.)*

Há sobre a mesa dois requerimentos. O primeiro: *“Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 40 do Regimento Comum, adiamento de votação do Requerimento nº 81, de 2016”*.

Para encaminhar, ouviremos um Deputado contra e outro a favor da matéria. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Antes disso, Sr. Presidente, V.Exa. me permite um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não. Adiamento de votação. Não tem nada antes disso.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. não pode me prestar um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não. Matéria vencida, matéria vencida.

Por favor, Deputado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quebrou-se o sigilo bancário de quem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Esses documentos estavam à disposição...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quebrou-se o sigilo bancário, fiscal e telefônico de quem? Nós não sabemos, nós não sabemos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Nós encaminhamos contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, está disponível e publicado o número do requerimento. Os requerimentos estão disponíveis na Comissão desde o ano passado. Vocês conhecem perfeitamente pelo número e pode ver quais são as instituições, com todos os detalhes.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Por que vocês querem esconder de quem estão quebrando o sigilo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Nós não estamos escondendo nada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Estão escondendo sim! Estão escondendo sim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputado. O Deputado tem a palavra.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Em alto e bom som, embora não seja necessário, a instituição é o Centro de Trabalho Indigenista, CTI. Se é tão necessário dizer, digo em alto e bom som.

Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - E de quais pessoas o sigilo também foi quebrado?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - As pessoas... V.Exa. sabe que não. Não há discussão.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Qual o argumento?

O argumento está disponível no processo. Se V.Exa. tivesse lido, saberia.

Eu sugiro que coloquem o tempo à disposição do Deputado. Se S.Exa. não usar, eu descontarei.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Presidente, nós somos contrários a essa quebra de sigilo. Nós estamos preocupados. A nossa Casa, a Câmara dos Deputados, abre uma CPI para perseguir essas entidades, para trazer aqui informações que não quer saber. Ela quer, sim, denegrir, massacrar aqueles que defenderam e defendem os povos indígenas em nosso País.

Os povos indígenas foram os mais perseguidos, massacrados. Eles ficaram fora de todas as políticas públicas. Passaram a ter direito a políticas em alguns Governos, a exemplo do Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Mas as forças reacionárias, conservadoras deste País, representadas no Congresso pela bancada ruralista se prestam a perseguir, neste momento — quando deveríamos discutir questões importantes do nosso País, como os problemas sociais, as questões agrárias, as demarcações das terras indígenas, as demarcações e o reconhecimento das comunidades quilombolas —, quatro entidades que têm o maior respeito e reconhecimento na luta histórica em defesa dos povos indígenas, na defesa do meio ambiente.

Portanto, nós não temos dúvida nenhuma, Sr. Presidente, de que essa decisão de quebra do sigilo bancário e fiscal dessas entidades ou dos membros dessas entidades é antidemocrática, não tem nenhum sentido. Não há nenhum motivo. A única coisa que motiva esta CPI, essa bancada conservadora, é perseguir as lideranças e as entidades defendem o povo brasileiro, em especial os povos indígenas.

Nós não podemos deixar de repudiar esse requerimento. Quando é que uma dessas entidades não viria com todo o prazer aqui fazer a sua defesa, dar esclarecimentos, apresentar o seu trabalho dedicado a vida inteira a essas causas?

Agora, esta CPI, claro, sem o apoio da nossa bancada, sem o apoio de outros partidos e de outros Parlamentares, faz exatamente ao contrário, faz força para



denegrir, para jogar na mídia, na grande mídia conservadora, para jogar no Ministério Público Federal, na Polícia Federal, para fazer o linchamento das entidades. O objetivo é só esse. Essas entidades não mereciam isso. A Câmara dos Deputados e esses Parlamentares deveriam era agradecer o trabalho prestado por esses homens, por essas mulheres, por esses missionários e missionárias que deram a vida por essa causa, por essa luta em defesa do meio ambiente.

Tive a oportunidade de visitar o Acre. Tive a oportunidade de ver o trabalho feito pelos ambientalistas, entre eles, a história e a vida do nosso querido e saudoso Chico Mendes. Nesse momento, quando essas entidades passam a ser perseguidas, passam a ter quebrados os seus sigilos bancário e fiscal, removem aqueles homens e mulheres, a exemplo de Chico Mendes e Margarida Alves, homens e mulheres lutadores e lutadoras, para que reconheçamos que lamentavelmente vivemos mais um período de golpe dado em nosso País, um golpe antidemocrático de retirada de direitos. E, neste momento, esta CPI cumpre mais esse papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Para concluir, Sr. Presidente, há uma série de projetos conservadores, uma série de emendas constitucionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não quero ser descortês. Cinco minutos foram suficientes para a argumentação.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Nós temos clareza, Sr. Presidente, que o Relator da CPI coloca...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Só para encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O tempo já foi encerrado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Eu vou encerrar. Nós queremos o adiamento urgente desta votação. Não aceitamos esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.



O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - “Não” ao adiamento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tempo da Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para orientar.

Como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o Partido dos Trabalhadores?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Há aqui um festival de ilegalidades, até porque nós estamos quebrando sigilo bancário sem qualquer tipo de fundamentação. E a fundamentação é um princípio básico para que você invada a privacidade. Há que ter indícios, e aqui eu já li e posso reler: *“Requer-se que constem da deliberação as razões pelas quais veio a ser determinada a medida”*. Isso não existe. Não houve discussão nem leitura do nome das entidades. Nós tivemos que solicitar, que exigir que soubéssemos de quem estava se quebrando os sigilos. Portanto, nós estamos vivenciando aqui um processo da mais profunda ilegalidade. É o ódio contra indígenas, contra quilombolas, o amor às cercas e ao gado que têm feito com que se transforme esta CPI num palco de ilegalidades. V.Exa. inclusive deveria, se honrasse o seu mandato e o povo do Rio Grande do Sul, abrir mão da Presidência desta CPI pela parcialidade que carrega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, qual é o seu voto?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT é favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O povo do Rio Grande do Sul é inteligente para não fazer uma coisa dessa.

Como orienta o PSDB?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - “Não”, Sr. Presidente. Queremos transparência e acreditamos que, se não houver nada de errado, mal nenhum fará para nenhuma dessas instituições. A transparência e a verdade só fazem o bem. O Brasil não quer mais corrupção e ninguém é conivente com a corrupção. O que nós queremos com isso aqui é transparência, decência e que esta CPI investigue, de fato. Portanto, nós somos contra essa permanente obstrução e somos a favor do requerimento.



O PSDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PPS?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, o PP também vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sugiro aos partidos que votam “não” para votar em bloco.

Com a palavra a Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Deputado, é aquilo que sempre colocamos, e de forma muito clara: a questão aqui não é a quebra de sigilo de A ou de B, é a isonomia que esta Comissão não está tendo. Ou melhor: na verdade, ela está colocando as entidades que defendem os povos indígenas do Brasil como criminosos.

O Supremo Tribunal Federal, quando faz uma avaliação, ou qualquer outra instância da magistratura brasileira, faz a partir de uma série de pré-requisitos. Não se quebra sigilo de forma aleatória. O documento que foi apresentado aqui, Sr. Presidente, é muito vazio. São recortes de Internet — foi feita uma busca no Google. Não há uma fundamentação legal que justifique, em nenhum momento, a quebra do sigilo. A quebra do sigilo tem que ser precedida por uma suspeição de crime. Qual crime essas entidades cometeram? Defender os povos indígenas, ter nossos Bispos e Padres do Brasil e os nossos antropólogos e demais representantes uma luta incansável na defesa dos indígenas do Brasil? Esse é o crime que possivelmente possa ter sido cometido e protegido por alguns outros. Então, Sr. Presidente, não há nenhum sentido de quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Oriente sua bancada, Deputada. Concluído o tempo, “sim” ou “não”.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O PPS apoia o adiamento. Portanto, o voto é “sim” ao requerimento, porque não podemos, em nenhuma hipótese, permitir a quebra desses sigilos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota PSDB?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Já votou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Já votou.



Consulto os Srs. Parlamentares dos outros partidos se concordam em que todos coloquem “não”, já que a posição é conhecida.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, nós votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PT votou “sim”, e o PPS também. Todos os outros partidos votam “não”.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Os partidos responderam?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Os partidos concordam com essa posição?

O SR. DEPUTADO MANDETTA - O Democratas concorda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, a senhora não precisa ficar me corrigindo, por favor. Eu tenho o controle daqui. Eu estou à frente dos trabalhos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor não é o dono da verdade. O senhor é o dono da ilegalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Votação nominal, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Aprovam o quê, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se nós estamos o tempo todo argumentando sobre um requerimento de adiamento de votação, o que nós vamos votar! Qual a cor da abóbora?

Os Deputados e Deputadas que aprovam o adiamento de votação permaneçam como se encontram, os que discordam, manifestem-se. *(Pausa.)*

Rejeitado o adiamento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Peço verificação, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Verificação concedida.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PT está em obstrução.

Solicito aos Srs. Parlamentares que, por favor, registrem presença o mais rapidamente possível.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT está em obstrução. Registro o meu voto de obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que seja registrado o voto da Deputada Erika Kokay como obstrução.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT todo está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. pediu que fosse registrado o seu voto. Eu estou fazendo o que foi solicitado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Estou em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. está em obstrução, mas o voto é registrado. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, Deputado Alceu Moreira, eu quero saber se o que V.Exa. falar vai valer.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ele disse que o que V.Exa. fala não vale.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Isso é intriga dos pares.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Não, não. Vai valer ou não vai?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O Deputado Alceu Moreira vai voltar a presidir a sessão e responderá a questão de V.Exa. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. Logo após falará o Deputado Valdir Colatto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nós estamos aqui com um estudo da Consultoria da Casa sobre a quebra de sigilo. Primeiro, é nítida a necessidade de maioria absoluta para a quebra de sigilo. Nós não estamos falando de qualquer coisa. Nós não estamos falando de coragem ou não. Estamos falando de um direito que o brasileiro, as instituições, as entidades, no caso, têm de preservar o seu sigilo bancário fiscal e o seu sigilo telefônico, de não terem a sua privacidade devastada e utilizada de qualquer forma possível. Nós não estamos falando de qualquer coisa. Não estamos falando de um mero requerimento.

Por isso, essa quebra de sigilo deveria ter sido objeto de uma discussão, como se prevê no Regimento, com 15 minutos para cada Parlamentar, para que nós pudéssemos buscar a fundamentação e que houvesse ou não o convencimento sobre a oportunidade e a legalidade da matéria ou não, mas não houve isso. Supriu-



se o processo de discussão dessa medida, sem ao menos se ler qual é a entidade que está tendo o seu sigilo quebrado. Aliás, em rigor, nós estamos com o requerimento de quebra de sigilos de entidades, pessoas jurídicas, e de pessoas físicas também, porque não foi feito um novo requerimento retirando as pessoas físicas. Apenas se está analisando um requerimento que não foi retirado, mas um requerimento que envolve pessoas físicas e pessoas jurídicas.

Nós não sabemos de quem se estavam quebrando os sigilos. Estamos quebrando sigilo bancário, telefônico e fiscal agora do CIMI, de uma entidade que tem história neste País, de uma entidade que, à época da ditadura ainda, ousou denunciar o genocídio de indígenas, uma entidade de muita coragem e muita fé. Penso que o contrário do medo não é a coragem, o contrário do medo é a fé. A coragem é só a roupa que colocamos na fé. Essa entidade, o CIMI, carrega muita fé, fé em um mundo mais justo, fé em um mundo generoso, fé em que o pão tem que ser compartilhado, fé em se amar ao próximo e em não sugerir e buscar organizar milícias ilegais para matar indígena, armar os latifundiários para matar indígena.

Não se pode considerar que indígena é “coisa que não presta”, como foi dito por um membro desta CPI: *“Ora, o Governo Federal só defende o que não presta: indígenas, gays...”* Enfim, como é que um Parlamentar acha que não prestam os indígenas? Como é que um Parlamentar pode, do alto do seu cargo, um Parlamentar que honrou a Constituição brasileira, que disse que iria respeitá-la, pode propor o armamento de latifundiários contra indígenas, sem-terra e quilombolas?

É isso que está acontecendo nesta CPI. É uma CPI onde há vazamento de depoimentos sigilosos quando interessa ao Presidente e ao Relator da Comissão, e o Presidente não investiga! E esse ato de não investigar é uma confissão de culpa. Se não investiga, é porque tem relação com esse vazamento. Por isso, não querem investigar.

Aí se diz aqui que o CIMI é corrupto, como eu acabei de escutar. É preciso acabar com a corrupção! Qual é o indício da corrupção do CIMI? Qual é o indício de que o ISA é corrupto? Qual é o indício de que a Igreja Católica, através do CIMI, promove corrupção? Aqui foi dito: *“É preciso quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico, porque temos que atacar a corrupção”*. Isso foi dito e está registrado nas



notas taquigráficas. Qual é o indício de corrupção? Eu digo: está se chamando o CIMI de corrupto? Ou que suspeita de corrupção se tem com relação ao CIMI? Que suspeita de corrupção há com relação à ABA? Que suspeita há com o ISA? Não há suspeitas!

A essas entidades não foi solicitado que encaminhassem as suas prestações de contas. Não foi feito isso para que se analisassem as prestações de contas e ali se visse que existem inconsistências e que seria preciso chamá-las. Mas não se solicitou prestações de contas. Não se chamou essas entidades para que elas pudessem vir aqui explicar qualquer inconsistência.

Aliás, nunca aqui foi levantada inconsistência alguma dessas entidades. Essas entidades não foram convocadas para explicar os indícios de irregularidades, porque não há indícios de irregularidades. Aí se busca quebrar o sigilo, para calar as suas vozes, inclusive de uma entidade como o CIMI.

O CIMI enfrentou o autoritarismo, as botas e baionetas em defesa de um Brasil justo, da nossa brasilidade. Lembro-me de Dom Tomás Balduino, aqui no Estado de Goiás. Que coragem! Digo que coragem é a roupa que colocamos na fé. E é preciso ter fé para se ter coragem e para se enfrentar toda a sorte de ataques que são engendrados, articulados em reuniões que são chamadas o mais rapidamente possível, para que elas permaneçam nas umbrias, na escuridão, no subsolos da República e da democracia. É isto que se quer: *“O pacto de que a terra me pertence, o pacto que eu não posso ter só 8% de terras. Eu tenho que ter muito mais.”* Aliás, a terra não é do indígena. A terra é da União. Aqui se tentou dizer que a reforma agrária degradava o meio ambiente e o que se viu é que quem mais degrada o meio ambiente na Amazônia Legal é o latifúndio. Sabe quem mais preserva o meio ambiente? Isto foi visto aqui: quem mais preserva são os territórios indígenas.

Lembro-me da fala de um cacique que dizia: *“Essa terra não me pertence. Eu estou só cuidando dela. Ela me foi emprestada para que eu cuidasse dela e possibilidade que os que ainda vão chegar tivessem terra para viver, tivessem condições de ser indígenas, tivessem condições de reafirmar a nossa brasilidade, que é a indígena”.*



Por isso, o que nós estamos vendo aqui é um circo dos horrores. As garras se explicitam. Aliás, as garras têm ficado muito nítidas nesse Governo sem votos. As garras ficam nítidas quando se constrói um Ministério para blindar Moreira Franco de um processo de investigação. Quando o Ministro do Planejamento diz, para todo mundo ouvir, que é preciso estancar a sangria da Lava-Jato.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze) - Deputada...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Agora se busca estancar a sangria da Lava-Jato, nomeando aquele que acha que os problemas do Brasil se resolvem com balas, aquele que acha que não há respeito pelo outro, que tem uma filiação partidária, que tem uma vida pública de questionáveis relacionamentos, inclusive com o PCC. Esse foi indicado para ser Revisor da Lava-Jato.

Por isso, Sr. Presidente, respeitem o CIMI! Respeitem o CTI! Respeitem o ISA! Respeitem a ABA! Respeitem o trabalho que o CIMI fez em defesa do povo indígena! Respeitem, porque o CIMI não pode ser criminalizado para que vocês mantenham as largas plantações e as cercas em volta do latifúndio, além de cercarem o sonho e a esperança do povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Valdir Colatto, para não parar na opinião pública a tese de que nós estamos pedindo quebra de sigilo bancário de instituições sem que tenhamos indícios claros para fazer isso, enfatizo que os autos do processo que solicita a quebra de sigilo, com 60 a 70 laudas, mostram claramente de onde vieram as denúncias e por que. Está claro! Se não querem ler, é outra questão. Está lá.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é bom que a gente esclareça à sociedade brasileira que a Deputada não deixa os outros falarem.

No Brasil, nós temos 110,9 milhões de hectares de terras indígenas hoje. São 13%. Vejam os números no Brasil. Quanto ao número de índios, a população total de indígenas é de 896 mil, sendo que 517 mil vivem em terras indígenas e 379 mil vivem fora delas, inclusive esmolando nas cidades.

Infelizmente, em Chapecó, nesta semana, foi atropelado um indígena de 7 a 8 anos por falta de cuidado, pelo fato de a FUNAI não cuidar desses índios.



Veja, Sr. Presidente, quem são os latifundiários do Brasil. Quanto ao número de hectares por família, são 110 milhões para 800 mil indígenas. Hoje, cada família indígena no Brasil tem 860 hectares. São 860 hectares!

Sabem quantos hectares têm um assentado da reforma agrária para agricultor produzir? Um módulo fiscal. Na verdade, nem módulo fiscal é. São 12 hectares em Santa Catarina, 50 em outros Estados e, no máximo, 100 no Norte do Brasil. Este é o Brasil em que estamos vivendo e que temos que mostrar para o povo brasileiro.

O que estamos querendo fazer aqui, Sr. Presidente? Nós queremos simplesmente que se cumpra o art. 231 da Constituição brasileira, que diz:

“Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

O art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias diz: *“A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de 5 anos a partir da promulgação da Constituição”* — em 5 de outubro de 1988.

Então, Sr. Presidente, o que nós estamos querendo e fazendo aqui? Temos que esclarecer o que faz a FUNAI e o que está acontecendo com a questão indígena e com as ONGs que estão instaladas neste Brasil. É uma mentira deslavada dizer que nós estamos aprovando aqui lei para dar terra a ONGs. Ora, isso não existe. O que existe são terras para empresas que vieram se instalar aqui, gerar emprego, gerar renda e fazer com que este Brasil ande, como a agricultura faz sozinha, sem o apoio de muita gente.

O que nós estamos pedindo aqui? Quando se fez uma CPI no Senado, de que foi Relator o Senador Raimundo Colombo, atual Governador de Santa Catarina, não se conseguiu concluir, porque o Governo de então não a deixou andar. Ela simplesmente foi arquivada, sem resultado nenhum.

Agora nós queremos saber o que está acontecendo neste País com a questão das ONGs. Nós não queremos saber aqui qual dinheiro vem ou não vem. Com certeza muito dinheiro vem. E essas ONGs tiveram o cuidado de não colocar nas suas páginas de Internet quem manda o dinheiro e quanto manda. Também não



colocaram lá quais compromissos fizeram com essas ONGs internacionais para esse dinheiro vir lá de fora para cá. Será por que nós somos bonzinhos, por que temos a Amazônia, por que temos minério, por que temos terra, por que concorreremos com a agricultura do mundo lá fora? Será que é isso?

Então, nós queremos saber quanto de dinheiro vem para cá e para onde vão esses recursos. Se vão para os indígenas, parabéns, vamos bater palmas e achar que isso está certo. Mas se for para outros... As entidades são pessoas jurídicas, mas quem gasta o dinheiro é pessoa física. Quem são as pessoas que estão usando esse dinheiro, em nome dos indígenas brasileiros, que não chega lá na ponta? É isso que nós queremos saber.

Sr. Presidente, se olharmos o que está por trás do Centro de Trabalho Indigenista — CTI, por exemplo, veremos que há dinheiro da Alemanha, da Suíça, da Inglaterra, da Itália, da Cruz Vermelha Internacional, da Áustria, da Grã-Bretanha, do Canadá, dos Países Baixos, Holanda, dos Estados Unidos, da União Europeia, e por aí adiante. Será que essas pessoas são tão boazinhas que vêm ao Brasil para aplicar dinheiro, a fundo perdido, sem pedir nada? Essa é a questão e a pergunta que eu quero deixar aqui para que possamos caminhar nesta CPI. Precisamos, sim, levantar isso.

Sr. Presidente, eu acho que a quebra de sigilo que nós estamos pedindo na CPI vem em favor do CIMI, do CTI, do ISA. Ora, eu acho que, mais do que ninguém, eles têm interesse em dizer: *“Fizeram uma CPI e nos deram um atestado de idoneidade”*. É isso que nós buscamos fazer aqui. As pessoas têm que entender isso e não nos jogar contra a Igreja, contra os índios, e dizer que somos assassinos e bandidos.

É a agricultura brasileira que mantém este País de pé. Se nós comemos hoje, temos que agradecer, no café, no almoço e na janta, à pessoa mais importante do mundo, que é o agricultor, porque, se o agricultor não planta, a gente não almoça e não janta.

Não venham me dizer que nós vamos alimentar o Brasil com terras indígenas. Nós vamos alimentar o Brasil com agricultores, que vão produzir comida para este Brasil. Pequenos, médios ou grandes, todos eles estão ajudando a colocar comida



na mesa, a manter o Brasil de pé, a manter a balança de pagamentos do País. Essa é a realidade que eles não querem enxergar.

Ai do Brasil se continuasse essa linha de pensamento desse Governo que nós conseguimos mandar embora! Nós vamos mudar o Brasil com certeza, produzindo, gerando emprego, fazendo o que tem que ser feito e colocando no lixo da história essas pessoas que não honraram as posições que assumiram quando eleitas pelo povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vou conceder a palavra agora ao Deputado Domingos Sávio e depois ao Deputado Mauro Pereira.

Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu quero me dirigir aos colegas Parlamentares e quero que isso fique registrado nesta Casa para que aqueles que puderem nos acompanhar pelos veículos de comunicação, por alguma transmissão da Internet, da *Rádio Câmara* ou da *TV Câmara*, tenham melhor clareza do que é verdade, do que é simulação e do que é teatro num jogo político.

Eu estou fazendo isso para que o cidadão não seja enganado, porque isso é que está levando o brasileiro, o nosso povo, a ficar descrente da política, da democracia representativa, a começar a repudiar toda forma de representação política, inclusive generalizando, nivelando por baixo. Isso faz mal à democracia.

O teatro, a coisa colocada para enganar vai ser desmascarada. Mas, às vezes, é preciso que nós sejamos duros aqui, para que cidadão não seja enganado do outro lado. E aí eu vou ter que usar um exemplo bem recente. No início desta Legislatura, nós lutamos aqui para implantar novamente a CPI da PETROBRAS, a exemplo do que está ocorrendo com a CPI da FUNAI, que nós tivemos que implantar novamente.

A CPI da PETROBRAS foi importante para o País. Ela levou ao *impeachment* de uma Presidente que se envolveu em crime de responsabilidade. A CPI da PETROBRAS acabou também sendo importante para cassar o ex-Presidente desta Casa Eduardo Cunha, que hoje está preso. E obviamente, com o trabalho sério feito pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, o Brasil vem sendo passado a limpo.



Muita gente poderosa está atrás das grades e muita coisa ainda vai ocorrer. E eu espero que ocorra, sim, para que este País encontre um novo caminho.

As pessoas que dizem nesta CPI *“estão querendo criminalizar as ONGs, estão querendo criminalizar a FUNAI”* são as mesmas que diziam *“estão querendo criminalizar a PETROBRAS, são contra a PETROBRAS, é a elite brasileira que se insurge contra os defensores dos pobres, dos mais humildes”*.

Esse discurso faz um apelo emocional fácil. Não é preciso muito treino. Alguns o fazem de uma maneira bem direta com uma linguagem simples. Outros o fazem com uma linguagem coloquial muito bem planejada. Chegam inclusive a fazer provocações aqui, como a que eu acabei de ouvir de uma colega Parlamentar que se ausentou, tentando torcer as palavras, dizendo, por exemplo, *“estão falando que o CIMI, que a entidade “x” ou “y” é corrupta! Como é que o Deputado fala isso?!”* Ninguém disse isso aqui, mas a pessoa começa a torcer as palavras. Eu mesmo disse o seguinte: *“O Brasil não suporta mais convivência com corrupção. O Brasil não suporta mais que queiram tapar o sol com a peneira”*. Foi isso que eu disse. E disse claramente que é preciso que nós, ao abrirmos uma CPI, possamos investigar tudo e todos onde haja qualquer suspeição.

O Presidente acaba de dizer, e está nos autos, quem é membro desta CPI tem obrigação de saber, quais são os documentos que já estão à disposição da CPI para nós investigarmos. É uma Comissão Parlamentar de Inquérito, tem um poder investigativo previsto na Constituição. E lá nos autos há documentos da Polícia Federal, há depoimentos, que levam à motivação, à justificativa para quebra dos sigilos bancários dessas entidades. Isso significa que já se está afirmando que elas são corruptas? Não. Mas significa que é preciso apurar.

E eu lembrei algo. Como católico que sou, entendo que quem de fato nos orienta é o Sumo Pontífice, que é o Papa Francisco, que hoje é não só um exemplo para os católicos de todo o mundo, mas também um homem respeitado como um exemplo para os cristãos de todo o mundo, até por aqueles que seguem outra orientação religiosa, um homem que transmite, com muita clareza, paz, humildade e serenidade, mas que é duro e corajoso ao cobrar a verdade, a coerência, a ética, a começar pela sua própria igreja. É preciso, às vezes, até ter a humildade de pedir desculpa, de pedir perdão, que é um fundamento básico do verdadeiro cristianismo,



pedir perdão. Mas se recusar a dar transparência a atos, quando há uma suspeição ou uma acusação formal, ajuda essas entidades? Não, não. Pode ajudar aqueles que usam essas entidades para os seus propósitos políticos ou outros propósitos até inconfessáveis.

Creio eu, e voltei a alertar aquele que ousou vir aqui dizer, em nome da CNBB, que a CNBB estaria se sentindo ultrajada... Eu tenho absoluta convicção de que as boas cabeças da Igreja Católica querem absoluta transparência nesse episódio. É por isso que eu vou votar a favor, porque eu acredito nos fundamentos daqueles que optaram por seguir os ensinamentos de Cristo. E isso não se fundamenta em esconder dados bancários numa investigação.

Ao se fazer a apuração, com a quebra do sigilo bancário, não se está automaticamente acusando ou criminalizando ninguém. O que se faz é apenas verificar se há ali indícios ou alguma prova de que houve desvio de finalidade no dinheiro arrecadado, seja no Brasil, seja fora do Brasil. Portanto, Sr. Presidente, isso fará bem para essa entidade, até porque, se houver algum ilícito ou alguma irregularidade, quem comete o ilícito não é a instituição, mas o dirigente.

Da mesma forma, eu me refiro à FUNAI. Hoje, Sr. Presidente, eu fui fazer uma visita ao novo Presidente da FUNAI. Ele é meu conterrâneo de Minas Gerais. Soube que é uma figura que tem uma história muito bonita, uma história de voluntariado, em boa parte, de servir à causa indianista, e, ao mesmo tempo, a história de um profissional da área da saúde que se dedicou, por muitos e muitos anos, a prestar serviço nessa área e, portanto, conhece, tem familiaridade, tem afinidade e tem bons propósitos. É o que me passou. Eu não o conhecia pessoalmente. Eu tinha boas informações, no sentido de ele ser uma pessoa do bem. Conheço, obviamente, pessoas a ele ligadas, já que somos de cidades vizinhas lá em Minas Gerais. Ele é nascido em Formiga, uma cidade próspera do centro-oeste mineiro, e eu, residente, com toda uma trajetória de vida, onde crio os meus filhos e netos, em Divinópolis. Encontrei ali um cidadão com as melhores das intenções.

Portanto, se apuramos algum ilícito na FUNAI, isso significa que estamos criminalizando a FUNAI? Não. É para salvar a FUNAI das mãos daqueles que a utilizam para propósitos nefastos. É para proteger os índios, que precisam de um



instrumento para de fato ajudá-los a ter uma vida digna e a ter a sua cultura preservada, daqueles que, com propósitos dos mais enganadores, usam esses cidadãos como usam os pobres e fazem um discurso inflamado para o seu eleitorado da capital: *“Olhem, estão querendo tomar a terra dos índios”*.

Ora, um discurso desses deixa revoltado qualquer cidadão brasileiro. Mas é mentira. Quem vem aqui dizer *“querem tomar a terra dos índios”* está mentindo descaradamente. Não há nesta CPI nenhuma lauda, nenhuma proposta, nenhum argumento para se tirar um hectare ou um palmo de terra de qualquer índio, pelo contrário. É preciso assegurar o direito dos índios. E é preciso tirar dali aqueles que exploram, aqueles que insuflam o conflito armado, aqueles que usam todo esse processo para fazer proselitismo político e ideológico.

Portanto, Sr. Presidente, eu concluo deixando bem claro: em defesa do CIMI e das demais instituições, eu quero transparência. Eu quero que haja votação, que se apure isso e que, obviamente, se houver irregularidade, se descubra quem a cometeu. Se for um religioso ou um leigo que atue lá dentro, que ele seja punido, e a entidade, não. A entidade precisa ser preservada, fortalecida, apoiada. O mesmo deve se dar com a FUNAI. Se lá há irregularidades, quem as cometeu que seja punido. Não foi assim com a PETROBRAS? Volto ao exemplo que dei. Não foi assim com a PETROBRAS? Os que estão contra agora diziam: *“Não há nada de errado! O Brasil está às mil maravilhas! Não há corrupção! São as elites!”* O Brasil sabe como saquearam, roubaram! Tentaram destruir este País com propósitos eleitoreiros, politiqueiros, mesquinhos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Começou a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Agora, vamos apurar, sim, os ilícitos que foram cometidos, seja na FUNAI, seja em entidades ligadas a ela, punir os responsáveis e de fato prestar um bom serviço ao País, em especial homenageando os nossos índios, homenageando as famílias indígenas, dando a elas, sim, tratamento digno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Começou a Ordem do Dia, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu dispenso o aviso. Eu tenho uma luzinha aqui na frente. Obrigado.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ótimo! Que boa notícia, Presidente! É uma das melhores notícias desta semana a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para alguns, é a melhor notícia; para o restante dos brasileiros, não.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, se fosse maioria, V.Exas. não tinham elegido o número de Parlamentares que elegeram. A população disse o que aconteceu. A eleição, na verdade, disse onde está a maioria da população.

De qualquer maneira, nada mais havendo a tratar, em virtude do começo da Ordem do Dia, vou encerrar a reunião.

A Secretaria informará os Parlamentares acerca da próxima reunião, conforme agenda a ser definida, para analisarmos o restante da pauta não analisada na reunião de hoje.

Declaro encerrada a presente reunião.